



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

BEATRICE UBER

**A INSERÇÃO DA MULHER EUROPEIA NA CONQUISTA DO “NOVO MUNDO” –
PERSPECTIVAS LITERÁRIAS**

**CASCAVEL – PR
2017**

BEATRICE UBER

**A INSERÇÃO DA MULHER EUROPEIA NA CONQUISTA DO “NOVO MUNDO” –
PERSPECTIVAS LITERÁRIAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras – nível de Mestrado e Doutorado – área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Linguagem Literária e Interfaces Sociais: Estudos Comparados.

Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck.

CASCAVEL – PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas – UNIOESTE)

U14i Uber, Beatrice.
A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo” - perspectivas literárias / Beatrice Uber. --- Cascavel (PR), 2017.
177 f.

Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017, Programa de Pós-Graduação em Letras, Nível de Mestrado, Centro de Educação, Comunicação e Artes.
Inclui bibliografia

1. Ficção histórica – Contemporânea. 2. Literatura- Análise.
3. Mulheres-História. I. Fleck, Gilmei Francisco. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 809.381

BEATRICE UBER

**A INSERÇÃO DA MULHER EUROPEIA NA CONQUISTA DO “NOVO MUNDO” –
PERSPECTIVAS LITERÁRIAS**

Essa dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientador

Profa. Dra. Margarida da Silveira Corsi
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Membro Efetivo (convidado)

Profa. Dra. Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da Instituição)

Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da Instituição)

Cascavel, 08 de dezembro de 2017.

Dedico essa pesquisa, especialmente, à minha
mãe Miralci.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Gilmei Francisco Fleck, pelas sábias orientações concedidas durante a minha trajetória acadêmica.

À minha mãe, Miralci, pelo grande apoio durante toda a minha vida estudantil e pelo incentivo no que diz respeito ao desenvolvimento desse estudo.

À minha irmã, Adriana, e sua família, pela doação de várias obras utilizadas durante essa pesquisa.

Ao meu grande amigo, Dr. Antonio Marcio Ataide, que sempre esteve ao meu lado.

Ao Professor Dr. Wagner de Souza, pelas conversas e incentivo desde a graduação.

Ao CCAA de Cascavel, pelo apoio nesse tempo de estudo.

Aos membros da banca de qualificação, Dra. Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza e Dra. Márcia Sipavicius Seide, que trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À banca avaliadora, Dra. Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza, Dra. Margarida da Silveira Corsi e Dra. Márcia Sipavicius Seide, por se disponibilizarem a estar comigo nesse importante momento da vida acadêmica.

Aos funcionários da Biblioteca Central – UNIOESTE, Campus de Cascavel, pela gentileza com que sempre me atenderam.

Aos meus colegas e amigos de turma, especialmente Alcení, Marina e Tatiana, pelo grande apoio e doces palavras de encorajamento que me foram dadas ao longo do Mestrado.

“Quem vai ao longe casar ou vai enganado ou
vai enganar.”

Ana Miranda (1996),
Na voz de Oribela de Mendo Curvo

UBER, Beatrice. *A inserção da mulher europeia na conquista do “Novo Mundo” – perspectivas literárias*. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel.
Orientador: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck.

RESUMO

Desde o princípio dos registros sobre a colonização das Américas, a mulher foi considerada inferior e submissa ao homem pela visão judaico-cristã e eurofalcêntrica presente no discurso historiográfico que consignou a versão oficial desse passado. Entretanto, ela foi agente fundamental para assegurar a permanência dos colonizadores no território a ser desbravado. Muitos dos “conquistadores” tiveram a presença feminina como âncora para fortalecer sua permanência no “Novo Mundo”. Após o casamento, à mulher cabia cuidar do lar, ser boa esposa e ótima mãe, segundo a ideologia imposta pela Igreja, a qual corroborava a visão patriarcal das metrópoles colonizadoras reinantes na época. A partir dessa conjuntura histórica, a presente pesquisa propõe reflexões e análises acerca do tema da inserção da mulher europeia no “Novo Mundo”. Nosso objetivo é apresentar, por meio da análise das obras *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, e *Bride of New France* (2013), de Suzanne Desrochers, como cada obra constrói uma representação simbólica desse processo de deslocamento, estranhamento e adaptação a uma nova realidade da mulher branca europeia no início da colonização brasileira, no século XVI, e na canadense, no século XVII, respectivamente, sob a égide do romance histórico. Propomo-nos, também, a analisar se as personagens protagonistas, Oribela do Mendo Curvo e Laure Beauséjour, mantêm a instrução recebida pelas instituições que as abrigavam ou se suas concepções se transformam quando passam a viver no “Novo Mundo”; bem como verificar os enfrentamentos dessas visões literárias com o discurso oficial. Nesse intento, buscamos mostrar como as vozes das “órfãs da rainha”, de Portugal, e as “filhas do rei”, da França, refletidas no discurso literário, podem divergir do discurso historiográfico e revelar novas perspectivas desse passado. A pesquisa que realizamos amparou-se na Literatura Comparada. Autores como Afonso Costa (1946), Rodolfo Garcia (1946), Jim Sharpe (1992), Gilmei Francisco Fleck (2007, 2011, 2014, 2017), Aimie K. Runyan (2010), e Marcia A. Zug (2016) são utilizados como aporte teórico para a contextualização histórica dos fatos relidos pela ficção e para estabelecer as especificidades da modalidade do romance histórico na qual as obras do *corpus* se inserem. Como resultado deste processo de investigação, esta pesquisa lança luz sobre a visão da história a respeito da inserção da mulher branca europeia em nosso continente. Ao colocar em evidência a participação da mulher nesse processo histórico, observamos que as narrativas híbridas de história e ficção reatualizam o tema e apresentam uma releitura crítica dos eventos em relação aos acontecimentos do passado perpetrados pela escrita da historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Romance histórico contemporâneo de mediação. História vista de baixo. *Desmundo* (1996). *Bride of New France* (2013).

UBER, Beatrice. *The Insertion of the European Woman in the Conquest of the "New World" – Literary Perspectives*. 2017. 177 p. Thesis (Master of Letters) – Western Paraná State University - UNIOESTE, Cascavel.
Adviser: Gilmei Francisco Fleck, PhD.

ABSTRACT

Since the beginning of the records about Americas' colonization, the woman had been considered inferior and submissive to men by the European phallogocentric and Jewish-Christian point of view present in the historiographic discourse that determined the official version of this past. However, she was essential to assure the colonists' stay in the land to be pioneered. Many of the settlers had the feminine presence as an anchor to strengthen their stay in the "New World". After the wedding ceremony, the woman was responsible for taking care of the house, being a good wife and an excellent mother, according to the ideology imposed by Church, which corroborated the patriarchal vision of the colonizing metropolis prevailing that time. Starting from this historical situation, the present research proposes reflexions and analyses about the insertion theme of the white European woman in the "New World". Our purpose is to present, throughout an analysis of the books *Desmundo* (1996), by Ana Miranda, and *Bride of New France* (2013), by Suzanne Desrochers, how each one builds a symbolic representation of this process of displacement, strangeness and adaptation to a new reality of the white European woman in the beginning of the Brazilian colonization period, in the sixteenth century, and of the Canadian, in the seventeenth century, respectively, under the auspices of the historical novel. We also aim to analyze if the leading characters, Oribela de Mendo Curvo and Laure Beauséjour, keep their received instruction by the institutions that housed them or if their conceptions change when they start living in the "New World", and to verify the confrontation of these literary visions with the official discourse. Based on this, we aim to show how the voices of the "orphans of the queen", from Portugal, and the "king's daughters", from France, reflected in the literary discourse, can differ from the historiographic discourse and reveal new perspectives from this past. The research we did was supported by Comparative Literature. Authors like Afonso Costa (1946), Rodolfo Garcia (1946), Jim Sharpe (1992), Gilmei Francisco Fleck (2007, 2011, 2014, 2017), Aimie K. Runyan (2010), and Marcia A. Zug (2016) are used as theoretical support for the historical contextualization of the facts reread by fiction, and to establish the specific modalities of the historical novel in which the *corpus* is inserted. As a result of this investigational procedure, this research sheds light on the historical vision about the white European woman insertion in our continent. When highlighting the woman's participation in this historical process, we observed the hybrid narratives of history and fiction update the theme and present a critical rereading of the events in relation to the happenings of the past perpetrated by the writing of historiography.

KEYWORDS: Contemporary Historical Novel of Mediation. History from below. *Desmundo* (1996). *Bride of New France* (2013).

UBER, Beatrice. *La inserción de la mujer europea en la conquista del “Nuevo Mundo” – perspectivas literarias*. 2017. 177 h. Disertación (Maestría en Letras) - Universidad Estatal del Oeste de Paraná – UNIOESTE, Cascavel.
Director: Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck.

RESUMEN

Desde el principio de los registros sobre la colonización de las Américas, la mujer fue considerada inferior y sumisa al hombre por la visión judaico-cristiana y eurofalcéntrica presente en el discurso historiográfico que adoptó la versión oficial de ese pasado. Sin embargo, ella fue agente fundamental para asegurar la permanencia de los colonizadores en el territorio a ser conquistado. Muchos de los “conquistadores” tuvieron la presencia femenina como base para fortalecer su permanencia en el “Nuevo Mundo”. Después del casamiento, a la mujer cabía cuidar del hogar, ser buena esposa y óptima madre, según la ideología impuesta por la Iglesia, la cual apoyaba la visión patriarcal de las metrópolis colonizadoras reinantes en la época. A partir de esa coyuntura histórica, la presente investigación propone reflexiones y estudio acerca del tema de la inserción de la mujer europea en el “Nuevo Mundo”. Nuestro objetivo es presentar, por medio del análisis de las obras *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, y *Bride of New France* (2013), de Suzanne Desrochers, cómo cada una construye una representación simbólica de ese proceso de desplazamiento, extrañamiento y adaptación a una nueva realidad de la mujer blanca europea en el inicio de la colonización brasileña, en el siglo XVI, y en la canadiense, en el siglo XVII, respectivamente, desde la perspectiva del romance histórico. Nos proponemos también analizar si los personajes protagonistas, Oribel do Mendo Curvo y Laure Beauséjour, mantienen la instrucción recibida por las instituciones que las abrigaban o si sus concepciones se transforman cuando pasan a vivir en el “Nuevo Mundo”; así como verificar los enfrentamientos de esas visiones literarias con el discurso oficial. En ese intento, buscamos mostrar como las voces de las “huérfanas de la reina”, de Portugal, y las “hijas de rey”, de Francia, reflejadas en el discurso literario, pueden divergir del discurso historiográfico y revelar nuevas perspectivas de ese pasado. La investigación que proponemos se amparó en la Literatura Comparada. Autores como Afonso Costa (1946), Rodolfo Garcia (1946), Jim Sharpe (1992), Gilmei Francisco Fleck (2007, 2011, 2014, 2017), Aimie K. Runyan (2010), y Marcia A. Zug (2016) son utilizados como aporte teórico para la contextualización histórica de los hechos releídos por la ficción y para establecer las especificidades de la modalidad del romance histórico en la cual las obras del *corpus* se insieren. Como resultado de este proceso de investigación, este trabajo revela la visión de la historia con respecto de la inserción de la mujer blanca europea en nuestro continente. Al colocar en evidencia la participación de la mujer en ese proceso histórico, observamos que las narrativas híbridas de historia y ficción reactualizan el tema y presentan una relectura crítica de los eventos en relación a los acontecimientos del pasado perpetrados por la escritura de la historiografía.

PALABRAS-CLAVE: Novela histórica contemporánea de mediación. Historia vista desde abajo. *Desmundo* (1996). *Bride of New France* (2013).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 11
1 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O PASSADO: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO – O ROMANCE HISTÓRICO E A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO.....	p. 19
1.1 A TRAJETÓRIA DO ROMANCE HISTÓRICO – FASES E MODALIDADES DA ESCRITA HÍBRIDA DE HISTÓRIA E FICÇÃO.....	p. 26
1.2 A “NOVA HISTÓRIA” E O NOVO ROMANCE HISTÓRICO: APROXIMAÇÕES COM O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO DE MEDIAÇÃO.....	p. 35
2 A HISTÓRIA DAS MULHERES EUROPEIAS ENVIADAS À AMÉRICA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO – PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS.....	p. 47
2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE <i>DESMUNDO</i> (1996) – UMA SAGA RECRIADA A PARTIR DOS INDÍCIOS HISTÓRICOS.....	p. 49
2.2 A AVENTURA DAS “ÓRFÃS DA RAINHA” EM <i>DESMUNDO</i> (1996) – UMA PERSPECTIVA MARGINALIZADA QUE PERMEIA O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO.....	p. 59
3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE <i>BRIDE OF NEW FRANCE</i> (2013) – MULHERES FUNDADORAS DE UMA NAÇÃO.....	p. 93
3.1 AS “FILHAS DO REI” EM <i>BRIDE OF NEW FRANCE</i> (2013) – A REESCRITA DA HISTÓRIA PELA FICÇÃO.....	p.102
4 ENTRE AS “ÓRFÃS DA RAINHA” E AS “FILHAS DO REI” – EXPERIÊNCIAS MARGINALIZADAS NA CONQUISTA DA AMÉRICA	p. 134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 159
REFERÊNCIAS	p. 172

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a maneira como as mulheres europeias foram inseridas no contexto da conquista do “Novo Mundo”, deparamo-nos com registros, geralmente, elaborados pela visão falocêntrica da sociedade dominante naquela época. Nesse contexto, elas eram menosprezadas e forçadas a agir de forma submissa, devido aos costumes reforçados tanto por parte da família, quanto da Igreja.

Na configuração social dessa época, o papel da mulher era restrito e cabia-lhe cuidar da casa, do cônjuge e dos filhos, permanecendo à sombra do marido, sem ter o direito da palavra e de expor suas impressões sobre os acontecimentos – ideia, também, observada nas análises dessa temática efetuadas por Bruna Otani Ribeiro (2014, p. 11). Já o homem usufruía do poder obtido, da livre condição de ir e vir e, também, de se expressar frente às diferentes situações vivenciadas.

Tal condição de submissão feminina e de autonomia masculina pode ser observada tanto no discurso proferido por boa parte da literatura tradicional, que recria essa época e ambiente em suas diferentes formas de expressão, quanto no discurso historiográfico em relação à colonização da América, espaço discursivo exclusivo da expressão masculina.

A historiografia apresenta relatos sobre o descobrimento de terras, sobre os habitantes nativos encontrados e sobre os hábitos desses povos pelo viés do homem branco europeu: marinheiros, aventureiros, conquistadores, cronistas e viajantes. Desse modo, a história perpetrada nos anais reconhecidos pela ciência histórica sobre o período dos “grandes descobrimentos” registrou-se pela ótica do colonizador. Citemos, a título de exemplo, que, no Brasil, o relato do descobrimento de novas terras, aos 22 dias de abril, do ano de 1500, é contado por Pero Vaz de Caminha, no documento intitulado *A Carta de Pero Vaz de Caminha* – destinada ao rei de Portugal Dom Manuel I –, na qual ressalta a figura de Pedro Álvares Cabral, o capitão da esquadra, como um dos protagonistas da ação. Este acaba sendo visto como o grande herói da façanha e tem o nome imortalizado na história. Nesse documento, vemos, também, que a imagem que se tem das mulheres nativas é mediada pela visão masculina:

[...] aly amdavam antre eles tres ou quatro moças bem moças e bem jentijs com cabelos mujto pretos comprjdos pelas espadoas e suas **vergonhas tam altas e tã çaradinhas** e tam limpas das cabeleiras que de as nos mujto bem olharmos ão tínhamos nhuia vergonha. (CAMINHA, *apud* CASTRO, 2008, p. 49, grifos nossos).

Tais foram os termos usados por homens vindos da Europa para descrever o outro ao se deparar com suas diferenças. Os relatos que sempre prevaleceram foram aqueles produzidos nessa perspectiva masculina, pois o elemento feminino, marginalizado, raramente, tinha voz ou condições de registrar suas próprias experiências.

Outro exemplo vem da história da colonização do Canadá, no qual os primeiros relatos obtidos são, igualmente, de articulação masculina. O navegador francês Jacques Cartier, no ano de 1534, “desembarcou na praia de Gaspé, na baía de Chaleurs, no golfo de São Lourenço.” (MORTON, 1989, p. 19). Ele foi o responsável por “erguer uma cruz e reivindicar a posse do continente para Sua Majestade Cristã Francisco I” (MORTON, 1989, p. 19), segundo expressa o próprio autor. Todavia, Cartier caiu em descrédito “quando se descobriu que o ouro que levava para a França após sua terceira expedição era pirita [...]” (MORTON, 1989, p. 20).

Morton (1989, p. 20) explica que, depois de setenta anos, os franceses voltariam ao território e outro homem seria relevante para obter sucesso no processo de colonização. Seu nome era Samuel de Champlain e foi ele quem “criou a Nova França.” (MORTON, 1989, p. 20). Ele tinha as profissões de cartógrafo, explorador e administrador colonial. Champlain elaborou o primeiro relato detalhado rio São Lourenço, informam Marcel Trudel e Mathieu D’Avignon (2015); e, no dia 3 de julho, de 1608, fundou Quebec, expõe James H. Marsh (2015). De acordo com Trudel e D’Avignon (2015), são os relatos de Champlain que apresentam tudo o que se sabia sobre a América do Norte naquela época.

Ao ter como base essa constatação sobre os relatos históricos que emanam do ponto de vista daqueles que detinham o poder, questionamo-nos sobre como esses mesmos eventos teriam sido apresentados se relatados pelo viés dos marginalizados e excluídos da sociedade dominante. Os acontecimentos não podem ser alterados, no entanto, podemos imaginar outros pontos de vista sobre os eventos do passado. Dessa forma, a literatura – com seu caráter imaginário, inventivo e representativo – pode se fazer presente na reconstituição de fatos

passados, cujas versões são consideradas únicas pela história tradicional, nos quais a interpretação masculina reinava. Já os enfrentamentos do período de colonização da América, relatados pela ficção mais contemporânea, a título de exemplo, oferecem múltiplas perspectivas daquilo que, talvez, pudesse ter ocorrido em inúmeros territórios, como o Brasil e o Canadá.

Os romances históricos, narrativas híbridas que mesclam história e ficção, abordam vários aspectos da história, como os descobrimentos, os processos de independência e os fluxos migratórios. Esse tipo de narrativa não só revisita o passado como, também, revela aspectos ocultos e preenche lacunas, expondo o prisma daquele contingente que foi ignorado e marginalizado pela parcela da sociedade que detinha o poder de consignar, pela escrita e o exercício do mando, aquelas versões dos eventos que mais lhe convinham.

Assim, os relatos ficcionais das personagens mulheres, com relação às terras que estavam sendo conquistadas, são de grande importância porque revelam outro possível viés dos povos, de seus hábitos e do processo de colonização, bem como a maneira pela qual foram trazidas essas mulheres europeias para esses locais e como conseguiram se adaptar num território em exploração.

As narrativas híbridas que retratam essa inserção, e que serão utilizadas como *corpus* de nossa pesquisa, são: *Desmundo* (1996), da brasileira Ana Miranda, e *Bride of New France* ([2011] 2013), da canadense Suzanne Desrochers. Em relação às obras canadenses que abordam o tema, podemos destacar, ainda, outras como *The King's Daughter* ([1974] 2011), da canadense Suzanne Martel, e *Promised to the Crown* (2016), da estadunidense Aimie K. Runyan. No entanto, entre elas, a narrativa canadense selecionada foi *Bride of New France* por apresentar um viés mais crítico de releitura. A escolha das obras justifica-se pelo fato de relerem importantes acontecimentos históricos pelo viés de mulheres marginalizadas que outrora foram diminuídas e depreciadas pelo discurso historiográfico.

A obra *Desmundo*¹ narra a vinda de algumas órfãs de Portugal ao Brasil para desposar colonizadores e gerar filhos brancos legítimos durante a colonização no

¹ A narrativa *Desmundo* (1996) foi adaptada para uma versão em filme no ano de 2003 sob a direção de Alain Fresnot e levou o mesmo nome da obra literária. O elenco principal foi formado por Simone Spoladore, no papel da jovem órfã portuguesa Oribela; Osmar Prado, retratado como o colonizador Francisco; e Caco Ciocler, representado como o mouro Ximeno Dias. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0293086/>>. Acesso em: 28 out.2017. A obra cinematográfica também

século XVI. A personagem protagonista se chama Oribela de Mendo Curvo. Ela é uma narradora autodiegética e conta sua árdua travessia de Portugal ao Brasil, numa embarcação em que se encontram sete noivas destinadas ao matrimônio. Também descreve as suas primeiras impressões sobre o lugar no qual irá residir e sua percepção sobre os nativos, escravos, degredados e bandidos na terra a ser colonizada.

A obra *Bride do New France* é contada por um narrador heterodiegético e a personagem protagonista é Laure Beauséjour, que foi arrancada dos braços dos pais – artistas de rua – e colocada num orfanato. Tempos depois, a jovem órfã é enviada para o Canadá², local que estava sendo colonizado pela França no século XVII. A árdua viagem é descrita e toda a dificuldade sofrida pela tripulação, religiosos e noivas também é exposta.

Com relação às mulheres europeias inseridas no “Novo Mundo”, elas receberam algumas designações. As portuguesas vindas de casas de recolhimento para as colônias ultramarinas ficaram conhecidas como “órfãs da rainha” e as francesas que se deslocaram para a Nova França, o atual Canadá, foram nomeadas “*Filles du Roi*”, as “filhas do rei”. Enquanto o programa de inserção de jovens portuguesas deu-se durante o século XVI, o francês ocorreu durante o século XVII.

Nosso objetivo geral é averiguar, por meio da análise das obras *Desmundo* e *Bride of New France*, como cada uma dessas obras constrói uma representação simbólica da inserção da mulher branca europeia durante as primeiras décadas de colonização do Brasil e da Nova França, tendo em vista seu processo de deslocamento, estranhamento e adaptação a uma nova realidade no início da colonização brasileira, no século XVI, e na canadense, no século XVII, sob a égide do romance histórico. Entre alguns dos objetivos específicos, buscamos analisar se as personagens protagonistas, Oribela de Mendo Curvo e Laure Beauséjour, mantêm as instruções recebidas pelas instituições que as abrigavam ou se as suas concepções se transformam quando passam a viver no “Novo Mundo”.

Nesse sentido, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de cunho interpretativo-crítico, ancorada nos pressupostos da Literatura Comparada e

rendeu algumas dissertações como a de Solange Salette Tacolini Zorzo, cujo título *Desmundo: retratos e fotografias metaficcionalis: as relações dialógicas entre o romance de Ana Miranda e o filme de Alain Fresnot*, que foi defendida em 2014 na Universidade de Brasília.

² Embora a historiografia refira-se ao local como Nova França, a narrativa de Suzanne Desrochers (2013) emprega o termo Canadá.

nas relações dessa com outras áreas do conhecimento, que visa a compreender e a interpretar cada obra em estudo e o contraste de suas visões sobre a temática apresentada, assim como a análise do discurso que delas emana em relação aos estudos historiográficos que se referem ao período histórico em destaque e ao fato abordado: a inserção da mulher europeia no processo de colonização da América.

Em relação à perspectiva metodológica adotada nesse estudo, consideramos, como exposto, os pressupostos da Literatura Comparada que, segundo Tania Franco Carvalho (1992, p. 5), embora seja “usada no singular, mas geralmente compreendida no plural, ela designa uma forma de investigação literária que confronta duas ou mais literaturas.” Para essa autora, a literatura comparada é um “recurso analítico e interpretativo.” (CARVALHAL, 1992, p. 7).

Conforme Carvalho (1992, p. 86), há uma “necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma com a História num sentido abrangente”, porque “a investigação de um mesmo problema em diferentes contextos literários permite que se ampliem os horizontes do conhecimento estético ao mesmo tempo que, pela análise contrastiva, favorece a visão crítica das literaturas nacionais.” (CARVALHAL, 1992, p. 86). Dessa maneira, assim como a autora, acreditamos que a técnica de análise comparada não é um campo específico da literatura, mas que transita entre outras áreas e, dessa maneira, proporciona informações diferenciadas sobre uma determinada temática.

Ao ter em vista esta intenção de análise pautada na literatura comparada, utilizamos, como aporte teórico, os estudos sobre o romance histórico contemporâneo de mediação, do brasileiro Gilmei Francisco Fleck (2007; 2011; 2014; 2017), os quais, pela atualidade das informações oferecidas, ocupam lugar central na nossa discussão. Outros estudos que elucidam a trajetória do romance histórico são os do uruguaio Fernando Aínsa (1991), do estadunidense Seymour Menton (1993), do venezuelano Alexis Márquez Rodríguez (1996) e da canadense Linda Hutcheon (1991), todos úteis à contextualização do gênero ao que nos dedicamos.

Também buscamos suporte na teoria da história vista de cima e vista de baixo, do britânico Jim Sharpe (1992), nas pesquisas do historiador francês Jacques Le Goff (1988), sobre os marginais da história, nas informações de Rodolfo Garcia (1946) e Afonso Costa (1946), sobre as “órfãs da rainha” nas embarcações destinadas ao Brasil. Os estudos sobre noivas por encomenda, da estadunidense

Marcia A. Zug (2016), e a tese de mestrado de Aimie K. Runyan (2010), sobre as mulheres francesas que deixaram sua terra natal para se casar com colonizadores na Nova França são usados, igualmente, como subsídio para a pesquisa efetuada.

Nossa pesquisa justifica-se pelo fato de que, ao explorar, criticamente, os textos *Desmundo*, de Ana Miranda, e *Bride of New France*, de Suzanne Desrochers, podemos ter a possibilidade de imaginar uma perspectiva diferenciada de como se deu o processo de inserção da mulher branca europeia na América desde um ângulo ignorado pela historiografia que consignou os registros naquela época. Logo, quando as narrativas fictícias se mesclam à história, por meio da inserção de registros oficiais sobre alguns eventos notáveis do passado e pela reinvenção de outros, temos um texto novo, cujo prisma selecionado atualiza o tema e os conceitos difundidos pela historiografia. Acreditamos que o ponto de vista dessas jovens, marginalizadas, a respeito da migração ultramarina de mulheres europeias à América, subverte a história difundida pelo prisma falocêntrico.

Consequentemente, após analisarmos os romances *Desmundo* e *Bride of New France*, evidenciamos como essas narrativas apontam para uma releitura da história e contrapõem a versão tida como absoluta pela historiografia, além de apontarmos aspectos sobre como esses processos se davam desde as diferentes metrópoles que as instituíam.

Com relação aos estudos efetuados sobre o romance *Desmundo*, até esse momento, temos algumas pesquisas já realizadas, como, por exemplo, a dissertação de Bruna Otani Ribeiro, cujo título é *Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização latino-americana* (2014), que foi defendida na UNIOESTE. Há, também, a tese de Mariléia Gärtner, *Mulheres contando histórias de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina* (2006), defendida na UNESP. Mais recentemente, temos *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda, e Finisterre, de María Rosa Lojo* (2016), tese defendida por Gracielle Marques, também na UNESP. Já sobre a obra *Bride of New France* não encontramos, até o momento, nenhuma pesquisa dessa natureza registrada nos bancos de dados brasileiros.

Segundo nossas averiguações, não há um estudo comparativo entre *Desmundo* e *Bride of New France*, o que propicia à nossa pesquisa um teor diferenciado, pois apresenta uma perspectiva histórica feminina marginalizada e vista de baixo, comparada de uma mesma temática abordada pela ficção brasileira e

canadense. Essa concepção amplia o âmbito dos estudos do romance histórico ao revisitar o período da colonização americana pelas experiências imaginativas das protagonistas e propõem novas leituras desse passado a partir das possíveis ações vividas por mulheres europeias nesse contexto.

No que diz respeito à organização textual desta dissertação, ela está composta pela introdução, por quatro capítulos que abrangem teoria e análise, e pelas considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “A construção discursiva sobre o passado: entre história e ficção – o romance histórico e a história vista de baixo”, fazemos uma breve síntese de alguns estudos dos teóricos que se referem ao caráter discursivo da história e da ficção. Em seguida, no primeiro subcapítulo, “A trajetória do romance histórico – fases e modalidades da escrita híbrida de história e ficção”, apresentamos as diversas modalidades de romance histórico, suas características e mudanças ao longo do tempo. No segundo subcapítulo, “A ‘Nova História’ e o novo romance histórico: aproximações com o romance histórico contemporâneo de mediação”, enfatizamos estudos que se inclinam para o ponto de vista dos marginalizados e excluídos da sociedade.

Adiante, no segundo capítulo, “A história das mulheres europeias enviadas à América no processo de colonização – perspectivas históricas e ficcionais”, comentamos, brevemente, sobre a prática do envio de jovens europeias para contrair matrimônio nas colônias, registrada na história e relida na ficção, com o intuito de introduzir o primeiro subcapítulo, “A contextualização de *Desmundo* (1996) – uma saga recriada a partir dos indícios históricos”, no qual fazemos uma explanação sobre quem eram as órfãs portuguesas. O segundo subcapítulo, “A aventura das ‘órfãs da rainha’ em *Desmundo* (1996) – uma perspectiva marginalizada que permeia o discurso historiográfico”, é dedicado à análise da narrativa brasileira sobre a temática examinada.

No terceiro capítulo, “A contextualização de *Bride of New France* (2013) – mulheres fundadoras de uma nação”, abordamos aspectos da origem das moças francesas destinadas ao matrimônio na Nova França. No primeiro subcapítulo, “As ‘filhas do rei’ em *Bride of New France* (2013) – a reescrita da História pela ficção”, efetuamos uma análise da obra canadense selecionada para revisitarmos a temática da qual nos ocupamos neste estudo.

No quarto capítulo, “Entre as ‘órfãs da rainha’ e as ‘filhas do rei’ – experiências marginalizadas na conquista da América”, buscamos analisar,

comparativamente, o *corpus* dessa pesquisa, dando ênfase ao reavivamento do tema da inserção da mulher branca europeia por meio de uma releitura ficcional crítica em relação aos acontecimentos do passado consignados pelo discurso historiográfico. Após esse estudo das narrativas comparadas, completamos nossa pesquisa com as “Considerações finais”.

Em suma, procuramos analisar narrativas ficcionais que se utilizam do viés da perspectiva de mulheres marginalizadas para reler parte do período da colonização da América no qual as “órfãs da rainha” e as “filhas do rei” fizeram parte, questionando visões tradicionais e hegemônicas da historiografia vista de cima.

Além disso, desejamos que esta dissertação possa ser um ponto de partida para futuras pesquisas e estudos sobre o deslocamento de mulheres europeias para o “Novo Mundo” e a maneira como essas foram representadas em eventos históricos que sempre tiveram como foco o prisma e as ações masculinas, pois cremos que, desse modo, o olhar sobre o passado e sua significação podem ser amplamente expandidos.

1 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O PASSADO: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO – O ROMANCE HISTÓRICO E A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO

De acordo com a canadense Linda Hutcheon (1991, p. 141), no passado, “a literatura e a história eram consideradas como ramos da mesma árvore do saber [...]”. Assim, em relação ao caráter discursivo – tanto da escrita da história como da ficção – notamos que há uma semelhança que se manteve ao longo dos tempos entre as duas. Por isso, partimos desse vínculo para elaborar algumas considerações sobre a conexão da história com a literatura. Em relação à construção do discurso histórico e do literário, essa teórica aponta que:

[...] as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Hutcheon (1991, p. 146) acredita que, nos dias de hoje, “só existem *verdades* no plural, e jamais uma só Verdade; e raramente existe a falsidade *per se*, apenas as verdades alheias.” Dessa forma, não devemos levar em consideração, especialmente em se tratando de recuperar o passado pela escrita, apenas o discurso elaborado por uma determinada pessoa ou mesmo conjunto social, mas há que se cuidar para dar espaço, também, à subjetividade de cada uma das parcelas envolvidas nos eventos recriados pelo discurso que propõe essa revisitação.

Ainda, sobre essa relação entre as duas áreas, Hutcheon (1991) explica que, para Aristóteles, “o historiador só poderia falar a respeito daquilo que aconteceu, a respeito dos pormenores do passado; por outro lado, o poeta falaria sobre o que poderia acontecer, e assim poderia lidar mais com os elementos universais.” (HUTCHEON, 1991, p. 142). Isso nos passa a ideia de que, apesar de haver semelhança, o ficcionista tinha mais liberdade para manusear situações e palavras que poderiam ser elaboradas a partir de sua criatividade, já que o historiador estava mais condicionado à limitação fatural de um determinado evento ocorrido.

Segundo essa autora canadense, desde os tempos de Aristóteles, outra concepção sobre a história e ficção esteve em evidência. Considerava-se então “a

ficção não apenas como sendo distinta, mas também superior, com relação à história, que é uma forma de escrever limitada à representação do contingente e do particular.” (HUTCHEON, 1991, p. 145). Ela assevera que, “desde então, muitos historiadores utilizaram as técnicas da representação ficcional para criar versões imaginárias de seus mundos históricos e reais” (HUTCHEON, 1991, p. 142), e que “o romance pós-moderno fez o mesmo, e também o inverso.” (HUTCHEON, 1991, p. 142). Nesse procedimento de confrontação de momentos da história com a ficção, nossos conhecimentos e nossa crença na história tradicional passou a ser colocada em dúvida e um espaço dedicado a outros prismas começou a surgir.

Conforme Hutcheon (1991, p. 152), os romances pós-modernos, permeados pela autorreflexividade, podem questionar a forma como conhecemos o passado. Essa estudiosa também acredita que “a ficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-los ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.” (HUTCHEON, 1991, p. 147). Com isso, passamos a considerar que a história das órfãs portuguesas e das filhas do rei francês não estão isoladas, relegadas a um passado distante e remoto, mas que estão sendo reveladas pela ficção na atual conjuntura histórico social.

Desse modo, as análises dessas escritas híbridas não proporcionam o encerramento de uma temática, pois, muito pelo contrário, elas suscitam outras oportunidades de análise com vieses diferenciados, alterando a visão homogênea dos acontecimentos do passado e promovendo a reescrita da história na ficção. Deprendemos disso que a literatura, por meio das construções narrativas híbridas de história e ficção, permite uma reorganização de temas e momentos retratados pela história tradicional, a fim de dar aos eventos uma perspectiva mais ampla e diversificada, na qual cabem, também, dúvidas, negações e questionamentos.

Sandra Jatahy Pesavento (1999) também faz uma abordagem da relação entre história e literatura, enfatizando como os discursos históricos e literários constroem a ideia de realidade. Ela menciona que “a história se identifica com o real e, por extensão, com a verdade do acontecido.” (PESAVENTO, 1999, p. 819). A autora aponta que, mesmo que a história seja uma narrativa que se ancore no signo “verdade”, na suposta escrita “objetiva” de fatos acontecidos e vivenciados por homens “reais”, ela é, sempre, permeada pela presença de um narrador que age como mediador e explica, aos outros, aquilo que viu ou ouviu falar.

Podemos dizer que a ficção trabalha com a ideia de se “colocar no lugar de” (PESAVENTO, 1999, p. 820) ou de “dar o efeito de real” (PESAVENTO, 1999, p. 820), permitindo ao público leitor imaginar como aquilo que se narra teria acontecido. Assim, acreditamos que, enquanto que a história atua no campo científico, a ficção age no campo artístico, apoiando-se no signo da verossimilhança.

Pesavento (1999) afirma que “a tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente” (PESAVENTO, 1999, p. 820) e, assim, eles se impõem ao historiador que lhes concede um *status* de fonte. Como resultado, a história tem um nível de verdade possível ao ser representada. Todavia, conforme a autora, o historiador também tem suas dúvidas e faz uso de termos como “talvez” e “de certo nada se sabe” em seus relatos, fazendo suposições e inferências, mas, apesar disso, ele consegue convencer que sua representação do passado é verídica.

Segundo Pesavento (1999), tanto o historiador quanto o romancista buscam alcançar um “efeito real” em suas narrativas, mesmo que estejam fora do espaço narrativo. Ambos querem convencer o leitor, por meio de seu discurso, sobre a relevância e acuidade do ponto de vista expressado. Acerca dessa aproximação que os dois tentam colocar em prática por meio da escrita, a pesquisadora observa:

Se o texto histórico busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente. (PESAVENTO, 1999, p. 830).

Assim, ao tentar atingir o “efeito de realidade” num texto, o ficcionista traz para dentro de suas narrativas aspectos da história elaborados pelo discurso historiográfico com o intuito de convencer seu leitor que aquilo que se narra faz sentido e, para isso, ele usa todas suas artimanhas, intuições, estratégias e sentimentos. Esse “entrelaçamento” da história e da ficção é bastante significativo para a trajetória do romance histórico, conforme veremos ao longo deste estudo.

Ainda, no que concerne à relação entre história e literatura, o peruano Mario Vargas Llosa (2002), explica que a literatura “mente” à sua maneira, pois apresenta outro lado da história, evidenciando aquilo que seria primordial para um romance. Segundo as palavras do autor:

[...] *en efecto, las novelas mienten – no pueden hacer otra cosa – pero ésa es sólo una parte de la historia. La otra es que, mintiendo expresan una curiosa verdad, que sólo puede expresarse encubierta, disfrazada de lo que no es.*³ (VARGAS LLOSA, 2002, p. 16).

As “mentiras” ofertadas pela ficção possibilitam a (re)descoberta de fatos que podem ter sido ocultados pela historiografia. Dessa maneira, a construção discursiva de um determinado autor tem a possibilidade de tornar públicos diversos panoramas contidos em documentos, diários de viagens, cartas, entre outros, mas que não foram apresentados pelos historiadores, bem como reconstruir, ficcionalmente, fatos de forma astuciosamente elaborados por meio de estratégias e recursos escriturais próprios do fazer literário.

Vargas Llosa (2002, p. 17) acredita que “*no se escriben novelas para contar la vida sino para transformarla, añadiéndole algo.*”⁴ Para esse autor, as “verdades” que as “mentiras” da ficção expressam são “*las mentiras que somos, las que nos consuelan y desagruvian de nuestras nostalgias y frustraciones.*”⁵ (VARGAS LLOSA, 2002, p. 21-22). Ele acrescenta que, mesmo que os homens saibam que são “mentiras”, elas fazem falta porque “*la ficción enriquece su existencia, la completa, y, transitoriamente, los compensa de esa trágica condición que es la nuestra: la de desear y soñar siempre más de lo que podemos alcanzar.*”⁶ (VARGAS LLOSA, 2002, p. 29).

Conforme Antonio Candido (1972), a literatura está ligada à vida social, pois é uma arte que transforma e humaniza o homem e a sociedade em que vive. Para esse autor, o homem tem a necessidade de fantasiar e imaginar; e a literatura é uma forma profícua de expressar isso. Porém, Candido (1972) também explica que a imaginação manifestada pela literatura tem como apoio a realidade, que propicia ao homem e ao leitor um contato diferenciado sobre as relações sociais e concepções.

A narrativa fictícia, que age como um artifício fabricado, engrandece a vida do leitor, pois preenche um espaço, muitas vezes, deixado em branco pela história,

³ Essa e todas as outras traduções de língua espanhola, inglesa e francesa, ao longo dessa dissertação, serão elaboradas por nós: De fato, os romances mentem – não podem fazer outra coisa – mas essa é somente uma parte da história. A outra é que, mentindo expressam uma curiosa verdade, que só pode ser expressada de forma encoberta, disfarçada daquilo que não é.

⁴ Não se escrevem romances para contar a vida senão para transformá-la, adicionando-lhe algo.

⁵ As mentiras que somos, aquelas que nos consolam e proporcionam alívio das nossas recordações e frustrações.

⁶ A ficção enriquece sua existência, a completa, e, temporariamente, os compensa dessa condição trágica que é a nossa: a de desejar e sonhar sempre mais do que podemos alcançar.

consolando-o das adversidades e aproximando-o do real. O ficcionista consegue transformar temas e possibilitar que seu leitor recrie sua visão da história, em sua mente, por meio das meias “verdades” da ficção, sendo diferente do historiador, que precisa de um fato para que sua escrita tenha valor verídico.

O pesquisador Antonio Roberto Esteves (2010, p. 20), menciona que as verdades da literatura são “verdades pela metade, verdades relativas e que nem sempre estão de acordo com a história.” Ele também considera que “a verdade literária é uma e a histórica é outra” (ESTEVES, 2010, p. 20), mas sugere que, mesmo que a literatura seja repleta de mentiras, ela conta

[...] histórias que a história escrita pelos historiadores não sabe, não quer ou não pode contar. Os exageros da literatura servem para expressar verdades profundas e inquietantes que só dessa forma poderiam vir à luz. (ESTEVES, 2010, p. 20).

Quando se trata de apresentar “verdades” inquietantes, as modalidades críticas do gênero romance histórico tratam bem desse papel e cumprem seu dever de forma muito hábil. Entretanto, vale lembrar que isso é um trabalho mais atual, cujo marco, no contexto latino-americano, ocorreu em 1949, com a publicação do primeiro novo romance histórico latino-americano – *O reino deste mundo*, do cubano Alejo Carpentier (2009) – que altera o cenário do romance histórico tradicional e implementa as releituras críticas do passado pela ficção. Mas, por muito tempo, a história e a ficção caminharam lado a lado, complementando-se em modalidades acríicas de escritas híbridas. Embora hoje essas duas áreas sejam vistas cada qual com sua peculiaridade, nem sempre foi assim. Sobre isso, Fleck (2017, p. 28) menciona:

Até o século XIX, a literatura e a história possuíam, em seus territórios até então comuns, uma função compartilhada: associar-se ao esforço humano na busca de orientação e compreensão do presente pelo revisionismo do passado, em busca de novas projeções para o futuro. Surgiram, então, as proposições estabelecidas pelo historiador alemão Leopold Ranke (1795-1886) de que, à história, cabia apenas a tarefa de revelar os fatos tal qual eles se deram [...]. Essa visão, aliada à busca de um discurso legitimador para aquilo que se desejava registrar como “fato” pelas instâncias do poder, dá a tônica às mudanças que separam a história da ficção.

Embora a história tradicional tenha chegado até nós como uma versão única e estruturada, com o passar do tempo essa versão elaborada sob as premissas do historiador alemão Leopold Ranke – considerado o impulsor maior da história tradicional – deixou de ser concebida como “verdadeira” e, de acordo com Celia Fernández Prieto (2003), a história tradicional perdeu sua força unificante e cedeu espaço para outras histórias e visões.

Podemos dizer que os relatos sobre o passado, expostos pelo discurso da história – e tidos como verdadeiros –, passam a ser vistos como “as vozes” da história porque a “*voz monolítica y monológica de la Historia, que ocultaba sus dependencias ideológicas, sus servidumbres hacia el Poder, bajo la coartada de la objetividad de datos y documentos, ha sido sustituida por múltiples voces y diversos enfoques.*”⁷ (FERNÁNDEZ PRIETO, 2003, p. 147). Aquela construção discursiva que era considerada única e grandiosa pela visão rankeana está sendo forçada, atualmente, a dividir seu espaço com outras vozes, principalmente aquelas que foram marginalizadas e excluídas.

Fleck (2017, p. 40) relata que foi a partir do “período do romantismo, no qual a Europa ainda sentia os reflexos das invasões napoleônicas”, que a escrita do romance histórico ampliou as relações entre ficção e história, promovendo uma reflexão que se estendeu ao âmbito da história. Para o pesquisador, esse tipo de escrita, a do romance histórico, gerou uma revisão nos métodos tradicionais de abordagem ao passado empreendida pelos historiadores.

A partir disso, Fleck (2017) comenta que, se a primeira leitura chegou até nós como um discurso reconstruído pelo historiador, que era considerado científico e hegemônico, a versão revisitada pelo ficcionista, na contemporaneidade, chega até nós de forma desmistificadora das imagens anteriormente fixadas pela historiografia. Nesse sentido o pesquisador comenta:

Compreender o processo de desmistificação, feito pelo romancista, analisar o ponto de vista histórico e científico, participar de ambos, posicionando-se, aceitando ou rejeitando suposições e criando suas próprias versões, olhando para o passado como quem dele é de fato fruto, buscando aí as origens da sua existência atual e sem evadir-se da realidade, poder vislumbrar um futuro diferente, é chegar ao âmago da leitura de um novo romance histórico latino-americano, de

⁷ A voz monolítica e monológica da História, que ocultava suas dependências ideológicas, suas obrigações para com o Poder, sob o alibi da objetividade de dados e documentos, foi substituída por múltiplas vozes e diversos enfoques.

uma metaficção historiográfica ou de um romance histórico contemporâneo de mediação. Um ato de coragem que, se efetuado pelos próprios latino-americanos pode dar-lhes, de fato, a certeza de uma história própria, uma existência coletiva e uma consciência do que é ser parte deste complexo passado que uniu mundos opostos. (FLECK, 2016, p. 165).

Assim, alteraram-se, para o leitor crítico, ao longo dos tempos, as histórias constituídas como únicas e verdadeiras – oriundas das produções ideológicas de cunho historiográfico tradicional –, para se colocar em evidência imagens que desconstruíam ou ofertavam outros prismas dos eventos outrora articulados por perspectivas unicamente masculinas – constituídas pelos meios legítimos da ficção –, isto é, ocorre uma reação ao modelo padrão, consagrado na esfera da ciência.

Ao partir desse vínculo entre a história e a literatura, depreendemos que *Desmundo* e *Bride of New France*, obras construídas a partir de um determinado ponto de vista por parte das ficcionistas, conseguem não só exteriorizar as agonias sofridas pelas jovens moças destinadas a uma terra desconhecida, mas, principalmente, desmistificar a bela imagem de mulher submissa, boa mãe e esposa, que havia sido criada em relação ao programa de inserção das mulheres no “Novo Mundo.”

Esses romances trazem à tona aspectos preocupantes sobre a possível vida que elas tiveram nas colônias em desenvolvimento durante os séculos XVI e XVII. Contudo, o ficcionista desse tipo de narrativa histórica consegue apresentar uma releitura dos fatos e provocar dúvidas na mente de seu leitor sobre aquilo que poderia ter acontecido. Conforme Esteves (2010), a partir de algumas ideias de Abel Posse, a literatura possui “a clara função de desmitificar a história para tentar descobrir uma versão mais justa.” (ESTEVES, 2010, p. 21). Com isso, compreendemos que a literatura, com seus novos romances históricos, pode questionar uma história difundida como única. Tais obras mistas, de história e ficção, buscam recuperar as possíveis vivências de pessoas marginalizadas e excluídas, além de exaltarem uma diversidade de temas e personagens.

No próximo subcapítulo, abordamos a trajetória percorrida pelas modalidades de romance histórico em suas três distintas fases – a fase acrítica, a fase crítica e desconstrucionista e a fase mediadora –, conforme foram denominadas nos estudos de Fleck (2017) e, por meio de suas pesquisas, também expomos suas características.

1.1 A TRAJETÓRIA DO ROMANCE HISTÓRICO – FASES E MODALIDADES DA ESCRITA HÍBRIDA DE HISTÓRIA E FICÇÃO

Ao considerar que, nas narrativas *Desmundo* e *Bride of New France*, entrecruzam-se história e ficção, faz-se necessário um breve exame sobre as diferentes fases da trajetória desse gênero híbrido e das modalidades de escrita de romances históricos que constituem cada uma dessas fases. Esse tópico da trajetória do gênero romance histórico, com suas diferentes manifestações escriturais, tem sido estudado, entre outros pesquisadores estrangeiros e brasileiros, por Fleck, desde 2007. Em seus estudos podemos ver que o pesquisador defende que há cinco modalidades do romance histórico: o romance histórico clássico, o romance histórico tradicional, o novo romance histórico latino-americano, a metaficção historiográfica, e o romance histórico contemporâneo de mediação. (FLECK, 2017).

Essas modalidades, segundo evidenciam os resultados das pesquisas efetuadas por Fleck (2007), conformam três etapas diferentes na trajetória do gênero: a etapa acrítica – na qual se encaixam as modalidades clássica e tradicional –, a crítica e desconstrucionista – composta pelas modalidades do novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica – e a fase mais atual concebida como a mediadora – na qual o pesquisador insere a modalidade do “romance histórico contemporâneo de mediação” (FLECK, 2017), por ele estabelecida, já que as demais teorias disponíveis não chegam a alcançar a atualidade nesse campo de estudos, sendo restritas, com mais frequência, às décadas de 70 a 90, do século XX.

A escrita da primeira modalidade do gênero híbrido, o romance histórico clássico, deu-se entre os anos de 1814 e 1848, como é apontado por György Lukács ([1936 ou 1937] 2011). Contudo, a escrita clássica do romance histórico, na Europa, ultrapassou essa marca temporal, estendendo-se, em alguns países, até depois da metade do século XX. Isso ocorreu, por exemplo, na Itália, com a produção da trilogia *Il mulino del Po* (1951a, 1951b, 2013), de Riccardo Bacchelli⁸, escrita entre 1938 e 1940, segundo a pesquisadora Odete da Glória Oliveira Tasca (2016, p. 4).

⁸ Os livros utilizados como referência nessa dissertação são as obras brasileiras do ano de 1951 e a italiana do ano 2013, visto que ainda não houve tradução dessa obra para a língua portuguesa.

Esse grupo de obras retrata a complexa história de uma família de moleiros, narrada ao longo de três gerações sucessivas, que tem como “pano de fundo” os eventos históricos que vão desde a queda de Napoleão até o início da Segunda Guerra Mundial.

Nesse tipo de obra é preciso que o autor se encontre distante historicamente do tema de sua escrita e que use o material histórico como contexto, um “pano de fundo”, para a escrita de uma história de amor, puramente ficcional, que se apresenta no plano principal da narrativa.

O venezuelano Aléxis Márquez Rodríguez apresenta, em sua obra *Historia y ficción en la novela venezolana* (1996, p. 22-23), as quatro características fundamentais dessa modalidade clássica. Conforme o pesquisador expõe, primeiro deve haver um “pano de fundo”, cuja ambientação está baseada num período histórico real e cronologicamente distante do romancista. Nesse “pano de fundo”, a história é mantida de forma rigorosa e as personagens secundárias desse contexto são figuras históricas que mantêm suas características e seus nomes originais. Em segundo lugar, há uma trama ficcional que se ajusta a esse “pano de fundo”, e suas ações e aventuras estão presentes no cerne da narrativa. A terceira característica é o fato de a maioria das obras narrar uma história de amor problemática em primeiro plano, sendo o desfecho tanto feliz quanto infeliz. Por último, a trama amorosa inventada é a parte essencial da obra e o contexto histórico serve apenas como um cenário às ações narradas. As personagens principais são ficcionais e as secundárias são de extração histórica, mas o enfrentamento entre elas ocasiona uma análise de seus comportamentos. Contudo, essa modalidade não questiona o registro oficial do passado, que é utilizado tal qual a história o apresenta como “ambientação” da trama fictícia.

Na segunda modalidade, denominada de romance histórico tradicional, a estrutura destoa do modelo clássico de Walter Scott. O que muda, em essência, é que a obra apresenta uma trama que recria uma passagem histórica em primeiro plano e não mais utiliza o material histórico apenas como pano de fundo. Nesse modelo, a narrativa corrobora as versões da história oficial e a diegese é apresentada, muitas vezes, por uma visão particularizada, em primeira pessoa, que dá maior sustentabilidade às versões oficializadas dos eventos passados.

Fleck (2017, p. 50-51) descreve as seis características básicas dessa modalidade de romance histórico, que ele classifica dentro das expressões acrílicas

do gênero. Na primeira característica “desaparece a estrutura do ‘pano-de-fundo histórico’ comum no romance clássico, e o evento histórico e seus protagonistas focalizados na narrativa ficcional constituem o eixo único do romance.” (FLECK, 2017, p. 50).

Como segunda característica dessa modalidade, o autor aponta que “a ideologia que perpassa a escrita do romance histórico tradicional comunga com o da historiografia a intenção da construção de um discurso que exalta e/ou mitifica o herói do passado pela aclamação de suas qualidades [...]” (FLECK, 2017, p. 50). Além disso, Fleck (2017, p. 50) menciona que esse herói do passado e suas ações são um modelo para o leitor no presente.

A terceira característica mencionada pelo pesquisador evidencia que as “ações seguem a linearidade cronológica dos eventos históricos retomados na ficção para dar a impressão de que o tempo é um fluir constante e ininterrupto e que a história é incontestável por seu caráter cronológico.” (FLECK, 2017, p. 50).

A quarta característica, exposta nos estudos mencionados, indica que “a visão onisciente, comum no modelo clássico, pode ser substituída nessa modalidade tradicional por visões individualizadas, ancoradas em narrações em primeira pessoa, homo ou autodiegéticas.” (FLECK, 2017, p. 50). Conforme as considerações de Fleck (2017, p. 50), “essa alteração rompe com a distância épica entre o fato narrado e sua recepção, pois possibilita ao leitor real dar-se conta de que o passado é o gerador das situações presentes.” Com isso o autor acredita que, “o foco narrativo possibilita a subjetivação do material histórico incluído na diegese.” (FLECK, 2017, p. 50).

Na quinta característica, de acordo com Fleck (2017, p. 50), “prevalece na narrativa do romance histórico tradicional a intenção de ensinar a versão histórica hegemônica do passado ao leitor.” Tal objetivo, conforme é apontado pelo pesquisador, pode gerar “um acentuado didatismo do romance e a sobreposição dos elementos históricos na tessitura da narrativa.” (FLECK, 2017, p. 50). Logo, “o conteúdo histórico a ser ensinado ao leitor no romance ganha o aval de uma perspectiva muitas vezes bastante convincente, ancorada no foco narrativo escolhido como voz enunciativa do discurso.” (FLECK, 2017, p. 50).

A sexta e última característica apontada pelo pesquisador mostra que “as personagens romanescas passam a ser, na maioria dos casos, aquelas já consagradas como os heróis na historiografia, e as puramente ficcionais podem até

desaparecer totalmente da diegese.” (FLECK, 2017, p. 50). Assim, ao voltar sua atenção para personagens e ações que são ilustres fica claro que “o relato ficcional reelabora o passado registrado pela história com tons efusivos e consagra, desse modo, a versão perpetrada pelo discurso historiográfico.” (FLECK, 2017, p. 50-51).

Tais especificidades da segunda modalidade, que integra a produção romanesca da primeira fase acrítica do gênero romance histórico e que são definidas pelos estudos de Fleck (2017), evidenciam as suas peculiaridades com relação à modalidade clássica, e apontam, também, para o fato de que a produção ancorada nessas características segue em evidência até os dias atuais, promovendo a irmandade entre o discurso histórico e o ficcional para exaltar fatos e heróis do passado.

Na terceira modalidade, o novo romance histórico latino-americano, temos uma forma distinta de manejo do material histórico pela literatura, fato que, de acordo com as pesquisas de Fleck (2017), dá início a uma segunda fase na trajetória do gênero híbrido de história e ficção: “a fase crítica e desconstrucionista.” (FLECK, 2017, p. 57-98).

As produções dessa modalidade foram estudadas pelo uruguaio Fernando Aínsa (1991), que elencou dez características presentes nos romances históricos hispano-americanos das décadas de 70 e 80, do século XX, que diferenciavam essa produção da anterior. Das especificidades elencadas por esse estudioso, destacamos o papel da paródia nessas releituras da história pela ficção:

*La re-lectura distanciada ‘pesadillesca’ o anacrónica de la historia que caracteriza esta nueva narrativa, se refleja en una escrita paródica. En el intersticio deliberado de la ‘segunda escritura’ de la parodia surge un sentido nuevo, un comentario crítico sobre lo peculiar de una textualidad asumida, donde la historia puede ser tanto una epopeya de ‘mitos degradados’, un drama o una comedia grotesca y en algunos casos una ‘epopeya bufa’, o una demoledora visión sarcástica.*⁹ (AÍNSA, 1991, p. 85).

Cumpramos esclarecer que, para Aínsa (1991), a paródia é uma estratégia usada pelo ficcionista de forma intencional para possibilitar outros sentidos, mas que age

⁹ A releitura distanciada inimaginável ou anacrônica da história que caracteriza esta nova narrativa se reflete numa escrita paródica. No interstício deliberado da ‘segunda escrita’ da paródia surge um sentido novo, um comentário crítico sobre algo típico de uma textualidade assumida, onde a história pode ser tanto uma epopeia de ‘mitos degradados’, um drama ou uma comédia grotesca e, em alguns casos, ‘uma epopeia bufa’ ou visão sarcástica demolidora.

como um eixo determinante nessa modalidade de romance histórico crítico e desconstrucionista.

Outro estudioso dessa modalidade do gênero é o canadense Seymour Menton (1993). Em sua obra *La nueva novela histórica da la América Latina: 1979-1992*, o pesquisador apresenta seis características que amalgamam um conjunto de obras latino-americanas nessa modalidade (1993, p. 42-46). Segundo a síntese que de sua exposição fazemos, são elas: 1- a subordinação, em diferentes graus, da reprodução mimética de certo período histórico à representação de algumas ideias filosóficas, segundo as quais é impossível de se conhecer a verdade histórica ou a realidade; o caráter cíclico da história e paradoxalmente, o caráter imprevisível dessa, ou seja, que os eventos mais inesperados e absurdos podem vir a ocorrer; 2- a distorção consciente da história perante omissões, anacronismos e exageros; 3- grandes personagens históricas são ficcionalizadas; 4- presença de aspectos da metaficção, ou comentários do narrador sobre o processo de criação, podem aparecer na obra; 5- a intertextualidade que ocorre em grande nível; e 6- a presença de conceitos bakhtinianos como os de dialogia, paródia, heteroglossia e carnavalização.

A quarta modalidade – também pertencente à segunda fase da trajetória do gênero, segundo aponta Fleck (2017) –, a metaficção historiográfica, teve sua nomenclatura proposta pela canadense Linda Hutcheon (1991). Para essa estudiosa, a metaficção historiográfica “mantém a distinção de sua auto-representação formal e de seu contexto histórico, e ao fazê-lo problematiza a própria possibilidade de conhecimento histórico [...]” (HUTCHEON, 1991, p. 142). Assim, a teórica afirma que “a metaficção historiográfica se aproveita das verdades e das mentiras do registro histórico.” (HUTCHEON, 1991, p. 152).

Uma das principais peculiaridades dessa modalidade de romance histórico é que a metaficção historiográfica traz relatos e questionamentos sobre o processo de produção discursiva na superfície da narrativa. Isso ocorre por comentários por parte do narrador ao narratário, entre outras possibilidades. Esse narrador pode assumir, também, o papel de autor-implícito, ou mesmo de um autor ficcionalizado que, desde dentro do processo de produção, comenta os meandros da tessitura escritural. É por meio do emprego dessas estratégias que se procura manter o leitor ciente de que está lendo uma obra literária e que ela é fruto de uma elaboração discursiva que se manipula.

De acordo com os estudos de Fleck (2017, p. 78), “entre todas as modalidades de escrita híbrida de história e ficção, a mais radical e desconstrucionista é o conjunto de romances que se constituem como metaficção histórica.” Ainda, conforme as observações apontadas pelo estudioso, o romance histórico que se “constitui [como] uma metaficção historiográfica insere-se num conjunto maior de especificidades da arte que se revela sempre que esta se volta pra si mesma.” (FLECK, 2017, p. 79). Ocorre, então, nessa escrita híbrida, um processo de autorreferenciação dentro da própria obra, com estratégias que podem se fazer presentes de formas distintas, conforme aponta Fleck (2017, p. 79-80).

Segundo Fleck (2007), vale a ressalva de que a presença de alguns elementos da metanarração – comentários acerca do processo de criação da obra elaborados pelo narrador ou autor – numa narrativa híbrida de história e ficção, “não é, pois, elemento suficiente para fazer de uma obra uma metaficção historiográfica. Isso lhe garante, sem dúvidas, o emprego do adjetivo ‘metaficcional’.” (FLECK, 2007, p. 159). Com o intuito de esclarecer melhor essa ideia, Fleck (2007, p. 159) ressalva:

O que caracteriza as obras essencialmente de metaficção historiográfica, e que diferenciam tais obras das concebidas dentro da modalidade do novo romance histórico, é, em essência, a profunda autoconsciência com que o narrador exibe e assume o conhecimento de que a história e ficção são, ambas, construções discursivas, sistemas de dar sentido ao real. [...] Para tanto, vale-se dos mecanismos e estratégias da metanarração para questionar ou mesmo eliminar os limites entre a ficção e a realidade, ou seja, entre a literatura e a história.

Outra peculiaridade de grande importância na modalidade da metaficção historiográfica – ideia já mencionada por nós e, igualmente, observada por Fleck (2017, p. 78) –, é que “o objetivo primordial que impulsiona sua produção é a de mostrar que, sobre o passado, não existe uma ‘verdade’ única, mas sim, discursos ideológicos construídos sob determinados aspectos condicionantes.”

A quinta e última modalidade, denominada e pesquisada apenas nos estudos de Fleck (2017), é a do romance histórico contemporâneo de mediação. É a tendência mais atual de escrita híbrida de história e ficção, tanto na América Latina como fora dela.

A vasta produção dessa modalidade também levou o teórico a instituir, em seus estudos, uma terceira fase da trajetória do gênero. Essa está marcada pelo signo da “mediação” entre o tradicionalismo e a criticidade precedentes. Suas principais características foram estabelecidas nas pesquisas realizadas pelo professor Fleck desde o ano de 2007 até o presente e publicadas em vários artigos e capítulos de livros.

No ano de 2017, na obra *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*, o pesquisador consolida suas teorias e expõe, em um estudo de fôlego, as três fases da trajetória do gênero, as modalidades que compõem cada fase e as características que possibilitam amalgamar as diferentes produções em cada uma delas.

Fleck menciona que a denominação dada a essa produção mais recente se deve ao fato de se perceber, nessa tendência de escrita híbrida, “a manifestação de tentativas de conciliação entre as modalidades antecedentes.” (FLECK, 2014, p. 89). As seis características dessa modalidade podem ser encontradas, entre outras publicações e na referida obra de 2017, no estudo “Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação – leituras no âmbito da poética do descobrimento”, por Fleck (2011), e também na obra *Canudos: conflitos além da guerra – entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleilton Fonseca (2009)*, por Albuquerque e Fleck (2015).

Tais características, brevemente apresentadas nessa síntese, mas melhores elucidadas e discutidas ao longo da análise do nosso *corpus*, são: 1- a obra apresenta uma releitura crítica do passado, mas mantém a verossimilhança dos eventos históricos; 2- a narrativa ocorre de forma linear sem grandes sobreposições, retrospectivas ou avanços temporais; 3- o foco narrativo do romance opta por privilegiar visões periféricas e não grandes nomes da história tradicional; 4- a linguagem nesse tipo de obra é amena e fluída, com frases, preferencialmente, curtas e um vocabulário comum, que se volta àquele leitor sem muita prática no gênero romance histórico; 5- o emprego de recursos escriturais bakhtinianos, mas com uso bem menos desconstrucionista; e 6- a possível presença de recursos metaficcionalis no texto. (FLECK, 2017, p. 109-111).

Ao analisar essas características apontadas pelo pesquisador, depreendemos que, de fato, existe uma “conciliação” de algumas das principais características das

produções tradicionais (acríticas) com características das produções da vertente crítica e desconstrucionista.

No contexto canadense, a escrita híbrida de história e ficção – especificamente de romances históricos – também revela uma pluralidade de produções que vão desde modalidades acríticas até as releituras críticas e desconstrucionistas do passado registrado pela história. Por exemplo, a obra *Speaking in the Past Tense: Canadian Novelists on Writing Historical Fiction* ([2006] 2009), de Herb Wyile¹⁰, apresenta onze entrevistas com escritores canadenses sobre a escrita de romances históricos¹¹. Segundo as palavras do autor, expostas na introdução do livro:

*Speaking in the Past Tense participates in an expanding critical dialogue on the writing of historical fiction, providing a series of reflections on the process from the perspective of those souls intrepid enough to step onto what is, practically by definition, contested territory.*¹²

Além disso, de acordo com Wyile (2007), numa revisão sua sobre *Speaking in the Past Tense: Canadian Novelists on Writing Historical Fiction*, na *Quill&Quire* – uma revista canadense *online* e de assinatura, que mostra livros novos e, também, faz revisões –, ele apresenta um panorama de sua obra. Wyile (2007), no *site* da revista, explica que a divisão dos autores é baseada na forma como eles se aproximam e na sua associação da história com a ficção. Por exemplo, ficcionistas como Guy Vanderhaeghe, Rudy Wiebe e Jane Urquhart, expressam uma escrita que se mantém ao lado da história. Já Margaret Sweatman, diz que se sente confortável manipulando eventos e reescrevendo pessoas para preencher a necessidade de um

¹⁰ Dr. Herbert H. F. Wyile (1961-2016) foi professor de inglês na Universidade de Acadia, em Wolfville, na província da Nova Escócia, no Canadá. Seu trabalho tinha foco em áreas da literatura com regionalismo, história e economia neoliberal. Disponível em: <<http://english.acadiu.ca/dr-herb-wyile.html>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹¹ Disponível em: <<https://quillandquiere.com/review/speaking-in-the-past-tense-canadian-novelists-on-writing-historical-fiction/>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹² *Speaking in the Past Tense* participa de um diálogo crítico expansivo sobre a escrita da ficção histórica, proporcionando uma série de reflexões sobre os processos da perspectiva daquelas almas intrépidas suficientes para passar por cima do que é, praticamente por definição, território contestado. Disponível em: <<https://www.wlupress.wlu.ca/Books/S/Speaking-in-the-Past-Tense>>. Acesso em: 10 out.2017.

romance, e George Elliott Clarke acredita que o maior problema do leitor é separar a realidade da imaginação.¹³

Baseado nos vários assuntos presentes nas entrevistas, Wylie (2007) menciona que os escritores de ficção histórica canadense originam-se de lugares distintos e que, também, são de gerações diferentes, como os veteranos Wiebe e Urquhart, mas há, da mesma forma, os mais atuais, como Joseph Boyden, Thomas Wharton e Michael Crummey.¹⁴

Outra obra disponível e que aborda o gênero romance histórico é *National Plots: Historical Fiction and Changing Ideas of Canada* (2010), editados por Andrea Cabajsky¹⁵ e Brett Josef Grubisic¹⁶. Segundo o *website* da editora *Wilfrid Laurier University Press*, esse exemplar pode ser descrito como:

*Fiction that reconsiders, challenges, reshapes, and/or upholds national narratives of history has long been an integral aspect of Canadian literature. Works by writers of historical fiction (from early practitioners such as John Richardson to contemporary figures such as Alice Munro and George Elliott Clarke) propose new views and understandings of Canadian history and individual relationships to it. Critical evaluation of these works sheds light on the complexity of these depictions.*¹⁷

Nesse processo de investigação sobre os romances históricos canadenses, descobrimos que Richard J. Lane (2011) classifica a obra *Les Anciens Canadiens*¹⁸ (1863), de Philippe-Joseph Aubert de Gaspé (1786-1871), nascido em Quebec, como um romance histórico. Segundo Lane (2011), Gaspé passou por dificuldades financeiras e chegou a ser preso entre 1838 e 1841, mas depois de sua libertação

¹³ Disponível em: <<https://quillandquiere.com/review/speaking-in-the-past-tense-canadian-novelists-on-writing-historical-fiction/>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹⁴ Disponível em: <<https://quillandquiere.com/review/speaking-in-the-past-tense-canadian-novelists-on-writing-historical-fiction/>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹⁵ Professora-assistente na Universidade de Moncton, na província de Nova Brunswick, no Canadá. Ela estuda e pesquisa Literatura Comparada. Disponível em: <<https://www.wlupress.wlu.ca/Contributors/C/Cabajsky-Andrea>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹⁶ Doutor em romance contemporâneo. Ensina Literatura Contemporânea na Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver. Disponível em: <<https://www.wlupress.wlu.ca/Contributors/G/Grubisic-Josef>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹⁷ Ficção que reconsidera, desafia, reformula, e/ou preserva narrativas nacionais da história tem sido por muito tempo um aspecto integrante da literatura canadense. Trabalhos de escritores de ficção histórica (desde os primeiros praticantes, como John Richardson, às figuras contemporâneas, como Alice Munro e George Elliott Clarke), propõem novos prismas e perspectivas sobre a história canadense e suas relações entre si. Uma avaliação crítica desses trabalhos lança luz à complexidade de suas representações. Disponível em: <<https://www.wlupress.wlu.ca/Books/N/National-Plots>>. Acesso em: 10 out.2017.

¹⁸ Os primeiros canadenses.

ele passou a fazer parte do *Club des Anciens*, um grupo informal que se dedicou à “researching and recording the details of a stirring past”¹⁹ (BRIERLY, 1996, p. 10 *apud* Lane, 2011, p. 62).

Lane (2011) relata que Gaspé escreveu *Les Anciens Canadiens* e que essa obra foi, inicialmente, publicada em trechos na revista *Les Soirées Canadiennes*, no ano de 1862. De acordo com Lane (2011, p. 62), “*Les Anciens is a historical romance, influenced by de Gaspé’s interest in the novels of Sir Walter Scott.*”²⁰

Após essa trajetória das diferentes fases e modalidades do romance histórico, que nos faz repensar a escrita da historiografia tradicional, antes considerada como única e absoluta, acreditamos que o romance histórico possibilita uma melhor compreensão dos fatos em determinadas épocas. Muitas das obras mistas de história e ficção releem o passado de forma crítica, apresentando prismas que foram esquecidos ou, forçadamente, deixados de lado. Isso ocorreu em grande escala no século XX e XXI, fase na qual o romance histórico passou a viver os períodos críticos, desconstrucionistas e mediadores de suas releituras do passado.

Essas mudanças não ocorreram apenas na literatura. Na realidade, muitas das transformações ocorridas na historiografia literária tornaram-se possíveis pelo fato de historiadores, curiosos por outra versão da história, dedicaram-se sobre os prismas de pessoas inferiorizadas e não mais aquele dos vencedores. O viés do marginalizado, que buscava expor seu lado da história, conquistou seu pouco espaço – e ainda continua a conquistar. Fez-se necessário, então, rever algumas bases frente às transformações históricas ocorridas nas sociedades dos séculos XX e XXI. As mudanças nessa área, assim como suas aproximações com o discurso ficcional, serão o tópico sobre o qual discorreremos a seguir.

1. 2 A “NOVA HISTÓRIA” E O NOVO ROMANCE HISTÓRICO: APROXIMAÇÕES COM O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO DE MEDIAÇÃO

O domínio da historia tradicional, com o passar do tempo, foi subvertido e aqueles que foram marginalizados e excluídos dos registros dessa ciência vieram à tona. Deixou-se de priorizar, como foi comum por muitos anos nesse campo de

¹⁹ À pesquisa e ao registro de detalhes de um passado agitado.

²⁰ *Les Anciens* é um romance histórico, influenciado pelo interesse nos romances de Walter Scott.

estudos, o ponto de vista superior para enfatizar, também, as histórias plurais das minorias. Peter Burke (1992) afirma que a esse acontecimento de transformação na historiografia deu-se o nome de “nova história”. Esse termo, conforme informa Burke (1992, p. 17), surgiu já em “1912, quando o estudioso americano James Harvey Robinson publicou um livro com este título”, e tornou-se um fenômeno a partir da segunda metade do século XX, pois inovou e revitalizou a memória coletiva.

Algumas vezes a expressão “nova história” também é “utilizada para os desenvolvimentos ocorridos nos anos 70 e 80, período em que a reação contra o paradigma tradicional tornou-se mundial, envolvendo historiadores do Japão, da Índia, da América Latina e de vários outros lugares.” (BURKE, 1992, p. 16-17).

Acerca da relação da história tradicional e da nova história, Burke (1992) menciona que “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 12), e foi isso que levou os historiadores dessa nova corrente a observar os eventos históricos com outro prisma, considerando fontes, até então, ignoradas.

Dessa maneira, esse novo campo da historiografia assume grande importância ao tratar dos marginais porque “repensa na história literária, na história da arte, na psicanálise, na psico-história, na antropologia cultural, o que permitia abrir à história nova uma nova frente pioneira preñe de promessas: a história do ‘imaginário’.” (LE GOFF, 1988a, p. 20-21).

Para o francês Jacques Le Goff (1988b, p. 28), a origem da história nova situa-se, em grande parte, numa revolta contra a história tradicional do século XIX e sua principal vantagem encontra-se na ampliação e multiplicidade de documentos históricos, como “documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc” (LE GOFF, 1988b, p. 28), cujo intuito é o de abrir novos horizontes. Também podemos considerar que a nova história tem sua base em 1929, com a origem da revista “*Annales*”, que tirou “a história do marasmo da rotina”, explica Le Goff (1988b, p. 29).

Entre os anos de 1924 e 1939, Le Goff (1988b, p. 30) menciona que “a luta contra a história política [foi uma] pedra no sapato de Lucien Febvre e Marc Bloch”, fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”. Era necessário rever padrões instituídos e analisar outros prismas desse “teatro de aparências” (LE GOFF, 1988b, p. 31). Para o autor, “recusar a história superficial e simplista que se

detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator” (LE GOFF, 1988b, p. 31) era uma ação necessária e que a revista tomou em suas mãos.

Já em 1946, com um novo título que colocava em evidência sua ampliação de temas, “Annales. Economies. Sociétés. Civilisations.” e sob a direção de Lucien Febvre, a revista buscava problematizar a história e não apresentar uma história automática. A visão alienadora e subordinadora da corrente histórica tradicional tem seu espaço reivindicado por outras formas de conhecimento e investigação. Haja vista, por exemplo, que, a partir de Le Goff (1988b), os estudos de Pierre Goubert abrem o campo da demografia histórica e buscam analisar “desde o nascimento até a morte, de todos os indivíduos, de todas as famílias de uma região durante um século, graças à investigação dos registros paroquiais.” (LE GOFF, 1988b, p. 27).

Os “Annales” se transformam com o passar dos anos. Le Goff (1988b, p. 37) afirma que, em 1958, ocorre a publicação do artigo “História e ciências sociais: a longa duração”, por Marc Ferro, o principal inspirador da revista nessa época e, uma década adiante, em 1969, a revista conta com uma nova equipe. São eles: “André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy e Jacques Revel.” (LE GOFF, 1988b, p. 37).

Para aprofundar e compreender um pouco melhor essas novas concepções, conforme as declarações de Jacques Le Goff (1988b), parece-nos essencial, para entender o alcance do termo “nova história”, verificar, por exemplo, a nova perspectiva com relação ao “documento” que nela se encontra:

[...] o documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e pelo seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem deste passado, quanto para dizer ‘a verdade’. [...] É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história? [...] Ao mesmo tempo, é preciso delimitar, explicar as lacunas e os silêncios da história e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram. (LE GOFF, 1988b, p. 54).

Dessa maneira, a “nova história” preocupa-se em preencher as lacunas deixadas pela historiografia tradicional com a principal finalidade de apresentar outro viés, diferente daquele exposto pelos que defendiam uma teoria subordinadora e

alienadora, e que se julgavam detentores da verdade absoluta. Essa corrente não apenas evidenciou outros relatos, mas, principalmente, trouxe à tona pessoas que foram marginalizadas e excluídas perante a sociedade, a partir de formas de estudos diferenciados.

Quando pensamos no termo “marginal”, o francês Jean-Claude Schmitt (1988, p. 264) define a situação de marginalidade a partir de três pontos de vista: uma situação que pode ser transitória, uma situação de integração ou reintegração que indica a perda desse estatuto, e uma noção de exclusão, que pode assinalar uma ruptura com a sociedade.

Conforme Schmitt (1988, p. 261), a história sempre foi “obra de justificação dos progressos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês. Por isso, durante muito tempo ela se escreveu a partir do ‘centro’.” Dessa forma, tudo aquilo que a elite representava e difundia com seu poder, com sua cultura e influência tinha valor. Schmitt (1988, p. 261) afirma que era “a partir do centro [que] irradiava-se a verdade, à qual eram comparados todos os erros, desvios ou diferenças.” Todavia, muitos historiadores se interessaram pelas margens e pela situação daqueles sujeitos excluídos do sistema, como os “vagabundos e os criminosos do passado.” (SCHMITT, 1988, p. 262).

Durante a alta Idade Média, por exemplo, Schmitt (1988, p. 268-269) explica que muitos ofícios urbanos eram julgados desonestos e estavam relacionados à impureza. As profissões de açougueiro, esquetejador e carrasco, que lidavam com sangue, eram mal vistas. Os ofícios que envolviam um sistema de trocas e manipulação financeira caíam na mesma categoria. Por exemplo, ser prostituta, vendendo os prazeres do corpo, era considerado um ato de luxúria; e, um advogado, que vendesse sua palavra, era um ser fraudulento. Logo, pessoas que tinham essas ocupações eram marginalizadas.

Schmitt (1988, p. 271) assegura que, no século XIII, devido às expansões territoriais, “cruzados e peregrinos refluem da Terra Santa e, no mesmo momento, heréticos, leprosos e judeus são definitivamente rejeitados”. Embora os judeus fossem grandes trabalhadores, que se dedicavam “à agricultura, ao artesanato, ao comércio, à medicina” (SCHMITT, 1988, p. 271), foram estigmatizados e obrigados a usar um traje especial, em 1215, imposto pela Igreja, no IV Concílio Ecumênico de Latrão, segundo o autor.

Em 1269, São Luís impôs-lhes o uso de um “pequeno círculo de pano vermelho costurado na manga” (SCHMITT, 1988, p. 272), mas, no ano de 1285, o reinado de Filipe IV – conhecido como o Belo da França, que reinou desde 1284 até sua morte – obrigou os judeus a comprar esse material. Assim, conforme Schmitt (1988, p. 272), “os judeus tornam-se matéria fiscal” e, no ano de 1306, eles são expulsos do reino pelo Rei Filipe. O autor comenta que a Igreja Católica impôs restrições aos judeus e que eles eram forçados a acatar certas obrigações. Caso não respeitassem as ordens recebidas, eram postos para fora daquela comunidade.

Ainda, de acordo com Schmitt (1988, p. 272-273), outro grupo de marginais eram os leprosos. Eles também eram perseguidos, mas pelo fato de serem cristãos, não eram excluídos da comunhão da Igreja. Além disso, viviam nos leprosários, próximos da cidade, e tinham a permissão de ir até o centro urbano durante algumas festas para mendigar, mas com uma vestimenta branca, com capuz, seu saco e com umas “castanholas” que anunciavam sua chegada de longe e permitiam seu reconhecimento.

Segundo os estudos de Schmitt (1988, p. 280), os marginais “são a-sociais em relação à sociedade dominante” e se distinguem de forma negativa pelo fato de não terem uma moradia fixa, por morarem em qualquer lugar e, também, não terem um senhor ou dono a quem devam sua obediência.

Quando tomamos maior conhecimento da história dos marginais, constatamos a grande importância do trabalho efetuado pelos pesquisadores e historiadores que se dedicaram a essa corrente histórica porque eles “começaram preenchendo as lacunas da história tradicional, trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas.” (SCHMITT, 1988, p. 284). No entanto, esse autor se questiona como teria sido possível “ouvir” a voz dos marginais no passado quando essa foi encoberta pelos detentores do poder, pois, conforme o próprio, “chegar diretamente ao que os marginais diziam, sem passar de uma maneira ou de outra pela mediação de um discurso oficial ou erudito, é uma empresa quase desesperada.” (SCHMITT, 1988, p. 284)

Num intento de alavancar mudanças na historiografia oficial, Schmitt (1988, p. 284) aponta que o historiador utiliza, “na maior parte dos casos, os arquivos e documentos que emanam do ‘centro’, não das margens: registros de inquisição, arquivos dos tribunais de justiça ou das prisões, obras polêmicas dirigidas contra os

marginais de todos os tipos, etc.” A partir disso, segundo o historiador, o problema dos marginais gerou um novo tipo de interesse nas fontes históricas, pois foi “nos mesmos arquivos que o historiador também pode ouvir melhor a voz dos marginais.” (SCHMITT, 1988, p. 285).

O autor usa como exemplo as anotações de um inquisidor, que registrou as palavras proferidas por um herético. Não sabemos, entretanto, se ele fez isso por uma convenção do processo ou para ter em mãos as confissões e enunciados dessa pessoa num intuito de se ter algum elemento que comprovasse suas ações e atitudes, conforme Schmitt (1988, p. 285), contudo, “trata-se de vestígios discretos, mas quão vivos!” (SCHMITT, 1988, p. 285). Elementos que podem ser considerados como uma rica fonte de grande estudo e de grandes informações, até então escondidas.

Conforme Schmitt (1988, p. 285), sabemos que esses documentos servem como uma forma de depoimento sobre o “centro”, porque além de contribuir de forma imprescindível acerca da história da marginalidade, também oferecem uma releitura da história desse “centro”. Portanto, a história dos marginais só agregou conhecimento à visão tradicional da historiografia e proporcionou, então, uma grande rede de informações extras.

Margareth Rago (1999, p. 78) afirma que tanto a “Escola dos Annales” como a “nova história” foram vistas como fontes renovadoras com novos temas e abordagens, tudo isso proporcionado pelo aumento de temas e sujeitos históricos que ofertaram novas formas no manuseio de fontes historiográficas. Consequentemente, muitos passaram a duvidar, “crescentemente, da possibilidade de um conhecimento objetivo, enquanto a dimensão subjetiva e o campo simbólico passam a ser avidamente interrogados.” (RAGO, 1999, p. 78).

Outro estudioso que trabalha com essa corrente histórica, a “nova história”, é o britânico Jim Sharpe (1992). Para esse autor, a história sempre foi vista como um relato elaborado pelos vencedores e os detentores do poder, que revelavam suas opiniões políticas. Todavia, com o objetivo de conhecer o outro lado da historiografia, a história daquelas pessoas que eram marginalizadas e excluídas, e explorar novas perspectivas do passado pelo viés da margem e não do centro, tornou-se o foco de muitos pesquisadores e historiadores.

Mencionamos, nesse caso, por exemplo, a francesa Michelle Perrot que se dedicou a estudar a mulher considerada “rebelde”, em *Os excluídos da história*:

operários, mulheres e prisioneiros (1988), no século XX, aquela que além do trabalho doméstico enfrentou o trabalho fora de casa para que sua família usufruísse de uma vida melhor.

Sharpe (1992, p. 39-40) aborda, em seu texto, uma parte da história da Batalha de Waterloo, comandada pelo Duque de Wellington, onde derrotaram o exército francês de Napoleão Bonaparte. O autor menciona, especificamente, o soldado William Wheeler, que escreveu cartas para sua esposa acerca do violento final da batalha. Suas descrições incluíram comentários sobre

[...] a experiência de suportar o fogo da artilharia francesa, seu regimento destruindo um corpo de couraceiros inimigos com uma rajada de tiros, o espetáculo de montes de corpos queimados de soldados britânicos nas ruínas do castelo de Hougoumont, o dinheiro saqueado de um oficial hussardo francês, alvejado por um membro de um destacamento a cargo de Wheeler. (SHARPE, 1992, p. 40).

Conforme os apontamentos de Sharpe (1992, p. 40), “os livros de história nos contam que Wellington venceu a batalha de Waterloo. De certa maneira, William Wheeler e milhares, como ele, também a venceram.” Todavia, os relatos desse soldado apresentam outra perspectiva sobre a Batalha de Waterloo, que é diferente da versão dos vencedores porque não corrobora a versão difundida pela elite detentora do poder e da palavra. Seu ponto de vista é o que Sharpe (1992) nomeia como a história vista de baixo, pois é um movimento que “reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais.” (BURKE, 1992, p. 16).

Contraopondo-se a essa ideia, existe o panorama exposto pela historiografia como a versão da batalha pelo prisma de Wellington. Essa perspectiva é o que Sharpe (1992) considera como a história vista de cima, uma visão “que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos.” (BURKE, 1992, p. 12).

É necessário mencionar que foi em 1966, com a publicação de um artigo de Edward Thompson, em *The Times Literary Supplement*, sobre “*the history from below*”²¹, que “o conceito da história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores.” (SHARPE, 1992, p. 40-41). Quase duas décadas depois outras obras

²¹ A história vista de baixo.

também seriam publicadas, a título de exemplo, “um volume de ensaios intitulado *History from Bellow.*” (SHARPE, 1992, p. 41).

O historiador Sharpe (1992) comenta que essa perspectiva, da história vista de baixo

[...] atraiu aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada [...]. (SHARPE, 1992, p. 41).

Contudo, o autor afiança que um dos problemas enfrentados por esses historiadores, cujo objetivo era a reconstrução das experiências vividas pelas classes inferiores, é que, quanto mais precisavam voltar no tempo, mais escassa era a variedade dessas fontes.

Dessa maneira, no intuito de se estudar a história vista de baixo, “os historiadores utilizaram outros tipos de documentação oficial ou semi-oficial [...]” (SHARPE, 1992, p. 50). Nesse contexto, Sharpe (1992) menciona o caso de Carlo Ginzburg ao relatar a vida do moleiro Domenico Scandella. O objetivo era explorar o mundo intelectual e espiritual desse homem por meio de “um vasto corpo de documentação, em vez da construção de um estudo de caso baseado em uma fonte excepcionalmente rica.” (SHARPE, 1992, p. 50-51). Ademais, acontecimentos sociais ou até mesmo isolados “podem ser usados para proporcionar uma base para uma compreensão mais profunda [da] sociedade.” (SHARPE, 1992, p. 58).

Ao partir de conceitos como a história vista de cima e vista de baixo, Sharpe (1992) tenta compreender e resgatar os acontecimentos passados da massa da população, mesmo sabendo que o acesso às fontes era restrito. Ele acreditava que documentos variados, como diários, memórias, registros paroquiais, testamentos, transações de terras feudais e manifestos políticos ajudavam a reconstruir as vidas, as mentalidades e as aspirações das classes sociais passadas, consideradas inferiores pela elite. Adicionado a isso, a oralidade também foi, e ainda tem sido, utilizada por aqueles que buscam estudar a experiência das pessoas comuns.

Esse historiador relata que “muitos historiadores, especialmente na Europa continental, foram inspirados pela escola francesa dos *Annales*” (SHARPE, 1992, p. 51), que aprofundou o conhecimento do passado e reformulou questões sobre o mundo mental das “classes inferiores”. Segundo Sharpe (1992, p. 51), “a maior

contribuição da abordagem dos *Annales* tem sido a demonstração de como compor o contexto dentro do qual poderia ser escrita a história vista de baixo.”

A partir das ideias de Sharpe (1992), compreendemos que a história vista de baixo preenche duas lacunas de grande relevância. A primeira delas é que essa nova fase serve “como um corretivo para a história da elite” (SHARPE, 1992, p. 53), mostrando que aquelas pessoas mais comuns também tiveram sua participação na construção da sociedade. Especificamos, como exemplo, o caso da Batalha de Waterloo e do soldado Wheeler.

A segunda função dessa corrente, é que a história vista de baixo oferece uma abordagem alternativa e “abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.” (SHARPE, 1992, p. 54).

Conforme esse autor, a referência a uma história vista de baixo implica, por oposição, na existência de uma história vista de cima, e que, por isso, não podem ser dissociados. Para ele, a vida das pessoas consideradas “comuns” está conectada aos amplos aspectos das estruturas sociais e de poder social. Por isso, Sharpe (1992, p. 54) acredita que “a história vista de baixo deve ser ajustada às concepções mais amplas da história”; e que “ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.” (SHARPE, 1992, p. 59).

Os historiadores que se dedicaram a essa corrente colocaram em destaque que “a imaginação histórica pode ser aplicada não somente para estruturar novas conceituações sobre a temática da história, mas também para questionar de outra forma os documentos e fazer coisas diferentes com eles.” (SHARPE, 1992, p. 59). Assim, quando evidenciamos experiências inexploradas, ajudamos a recontar a história daqueles que foram menosprezados e trazemos à tona o passado de pessoas que também foram importantes para a história, mas que estavam apenas ocultas.

Ao fazermos uma conexão entre a literatura e a história vista de baixo, deparamo-nos com a mesma situação: a de não mais exaltar, somente, os cânones literários, mas, também, fazer referência a obras que apresentam personagens que foram relegadas à margem pela história tradicional. Acerca desse tipo de obra, que

expõe experiências inexploradas e pessoas deixadas à margem, Gloria da Cunha – em seu livro *La narrativa histórica de escritoras latinoamericanas* (2004), cujo foco central é divulgar algumas autoras da América Latina que escreveram romances e contos considerados importantes pilares da narrativa histórica feminina – relata que, na América Latina, muitas narrativas históricas floresceram ao longo do século XX.

Segundo Cunha (2004), as obras que atuam na fundação da história de uma nação, mediante a recriação do passado, são definidas como “narrativas históricas do nascimento” e aquelas que questionam a história oficial são consideradas “narrativas históricas do renascimento”. Assim, a estudiosa define que os autores que trabalham com essa perspectiva de “renascimento” primam pela vontade

*[...] de re-fundar la nación, de re-escribir la historia desde la perspectiva de los distintos actores que la hicieron, o que padecieron silenciosamente sus efectos, de revisar tanto la historia oficial de cada país como la de América Latina, para alcanzar la verdadera independencia del pensamiento.*²² (CUNHA, 2004, p. 15).

Guiados pela vontade de refundar e redescobrir a história daqueles cujos feitos foram silenciados, um dos objetivos desses escritores do “renascimento” é “recuperar figuras históricas ignoradas o sucesos históricos olvidados desde perspectivas nuevas.”²³ (CUNHA, 2004, p. 15). Logo, Cunha (2004, p. 15-16) assegura que, se o objetivo da obra é questionar a historiografia, isso pode ser elaborado a partir desse tipo de narrativa, que tenta buscar, pela ficção, outra linha de raciocínio para um mesmo evento.

Tais obras – que também podem ser vistas nos romances históricos em geral – carrega consigo alguns recursos de escrita que são responsáveis por sua caracterização, como:

[...] la superposición de tiempos históricos, la alteración y deformación del tiempo cronológico, la desaparición de las fronteras entre realidad y ficción, la ausencia de anécdotas ficticias, la coexistencia de personajes verídicos y ficticios, la presencia de lo

²² Refundar a nação, de reescrever a história desde a perspectiva dos diferentes autores que a fizeram ou que padeceram, silenciosamente, seus efeitos, de revisar tanto a história oficial de cada país como a da América Latina, para alcançar a verdadeira independência do pensamento.

²³ Recuperar personagens históricas ignoradas ou eventos históricos esquecidos desde as novas perspectivas.

*grotesco, del humor, la parodia, la ironía, la sátira y arcaísmos.*²⁴
(CUNHA, 2004, p. 16).

A autora expressa que, para muitos escritores de grupos minoritários – como seria o caso das escritoras divulgadas por Cunha (2004) – “*la literatura se ha convertido en uno de los principales vehículos para alterar esa identidad otrora fijamente establecida en la historia.*”²⁵ (CUNHA, 2004, p. 16). Tais características apontadas pela estudiosa levam, especialmente, àquelas obras inseridas por Fleck (2017) na segunda fase – crítica e desconstrucionista – e na terceira – a mediadora – do gênero romance histórico.

Ademais, conforme Cunha (2004) expõe, essas escritoras latino-americanas se mostraram inclinadas “*por la recreación de la época de la conquista o de la colonia pero no con la voluntad de glorificarla, sino con ánimo de rescatar y destacar aspectos descuidados de la misma.*”²⁶ (CUNHA, 2004, p. 20).

Isso é o que apresenta a autora Ana Miranda, na narrativa *Desmundo*, ao evidenciar no romance inúmeros aspectos coloniais não mencionados nos anais da história. O mesmo acontece com a narrativa da canadense Suzanne Desrochers, com *Bride of New France*. Embora ela não seja latino-americana, sua obra também aponta para peculiaridades dos eventos da colonização antes ocultadas.

Perante as terminologias de Cunha (2004), de “narrativas do nascimento” e “do renascimento”, o *corpus* da pesquisa enquadra-se em narrativas do renascimento, pois não glorificam aspectos do descobrimento e colonização. Muito pelo contrário, trazem à tona peculiaridades ocultadas pela historiografia.

Cunha (2004, p. 22) esclarece que as personagens femininas retratadas por essas autoras, que se dedicam às narrativas históricas do renascimento latino-americano, tendem a romper com o círculo opressor imposto pela sociedade e seguem sua própria direção. Essa característica é encontrada nas obras em estudo, nas quais as autoras Ana Miranda (1996) e Suzanne Desrochers (2013) não

²⁴ A sobreposição de tempos históricos, a alteração e deformação do tempo cronológico, o desaparecimento das fronteiras entre a realidade e a ficção, a ausência de anedotas fictícias, a coexistência de personagens verídicos e fictícios, a presença do grotesco, do humor, da paródia, a ironia, da sátira e de arcaísmos.

²⁵ A literatura se converteu num dos principais veículos para alterar essa identidade que já foi fixamente estabelecida na história.

²⁶ Pela recriação da época da conquista ou da colônia, mas não com a vontade de glorificá-la, mas com ânimo de resgatar e destacar os aspectos negligenciados da mesma.

reforçam a visão estereotipada da história e afastam-se dos modelos que corroboram esse prisma.

No entrelaçamento da história com a ficção – num gênero híbrido como é o romance histórico –, deparamo-nos com o fato de que as histórias das “órfãs da rainha” portuguesa e das “filhas do rei” francês revelam uma perspectiva do passado não muito salientada pela historiografia.

A partir disso, observamos que as ficcionistas Ana Miranda (1996) e Suzanne Desrochers (2013) apontam para o descobrimento e colonização brasileira e canadense, nos séculos XVI e XVII, e revelam fatos possíveis de haver ocorrido que podem ter sido excluídos dos relatos oficiais para não evidenciar as dificuldades e problemas enfrentados por essas jovens e dar destaque às ações da metrópole.

Nos dois capítulos de análise do *corpus* veremos como a perspectiva das personagens protagonistas dessas obras encaixa-se na corrente da “nova história”, colocando o foco na história vista de baixo para apresentar o prisma de ex-cêntricos que outrora foram marginalizados pela sociedade dominante da época e como o romance histórico contemporâneo de mediação dialoga com essa perspectiva da história.

A seguir, no segundo capítulo, engendramos uma breve introdução sobre o envio de mulheres europeias, brancas e católicas efetuado por algumas Coroas Europeias no início do período das colonizações na América. A partir disso, julgamos necessário elaborar uma contextualização histórica da origem e vida dessas mulheres, a fim de uma melhor compreensão do teor crítico das releituras propostas pelo romance histórico contemporâneo de mediação que, segundo nosso estudo, praticam as autoras de nosso *corpus* literário.

2 A HISTÓRIA DAS MULHERES EUROPEIAS ENVIADAS À AMÉRICA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO – PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS

Os relatos evidenciados sobre o descobrimento do “Novo Mundo” foram os de cunho masculino e, principalmente, daqueles que eram detentores do poder e exaltados pela visão eurocêntrica, como Cristóvão Colombo, considerado um grande navegador e explorador que, junto a sua frota, chegou à América nos anos finais do século XV – 1492 – sob as ordens dos reis católicos da Espanha. É o caso, também, de Pero Vaz de Caminha que, em 1500, escreve ao Rei de Portugal sobre o achamento do Brasil. Também estão nessa lista de ilustres homens da história os conquistadores: Hernán Cortés, que conquista o México, em 1519, e, Pedro de Valdivia, que foi designado pelo conquistador do reino Inca, Francisco Pizarro, para conquistar o Chile, no ano de 1540, entre vários outros.

Nesse contexto de conquistas territoriais, questionamos sobre a possibilidade de algum relato desse período ser realizado a partir do viés daqueles que foram marginalizados. Seria interessante saber qual teria sido a visão das mulheres, por exemplo, perante os acontecimentos no “Novo mundo”. Embora seja conhecido o fato de poucas terem sido as mulheres que tiveram acesso às ações da conquista, também sabemos que, em alguns casos, sua participação foi decisiva, como nos eventos da conquista do Chile, por exemplo, cuja participação feminina foi muito mais evidenciada pela escrita romanesca de Isabel Allende, com *Inés del alma mía* (2006), do que na historiografia. Entretanto, segundo Marques (2016), as crônicas e as narrativas de viagem mostram um prisma “basicamente masculino”, que exclui “praticamente a visão feminina sobre a América.” (MARQUES, 2016, p. 168).

Não sabemos quase nada da história contada na perspectiva desse prisma marginalizado, uma vez que se privilegiou o saber e o conhecer masculino da história vista de cima nos registros oficiais do passado. Na história e na literatura dos Estados Unidos, por exemplo, um dos relatos bem conhecidos acerca de um período de sua colonização foi escrito por uma mulher: trata-se da obra *Narrative of the Captivity and Restoration of Mrs. Mary Rowlandson* ([1682] 2009), de Mary Rowlandson. O texto também recebe o título de *The Sovereignty and Goodness of God*. Nele, a autora relata o seu sequestro e o de seus filhos, no ano de 1675, bem como sua convivência com os nativos.

O relato também revela os trabalhos realizados pela senhora Rowlandson ao longo de seu aprisionamento e o reencontro com o marido, quase três meses depois. Sua perspectiva deixa o âmbito da intimidade e da reclusão – típicas da expressão feminina da época – para ser divulgado e exposto a outras pessoas. No contexto brasileiro, até o momento, não encontramos informação alguma sobre textos que apresentam o ponto de vista das mulheres, suas vivências e experiências, na conquista da colônia.

Nesse sentido, revela-se a importância da ficção, que cumpre a tarefa de trazer à tona possíveis experiências de mulheres que viveram esse período de desbravamento. É o caso do romance *Inés del alma mía* (2006), de Isabel Allende, que retoma a história da conquista do Chile sob a perspectiva da amante de Pedro de Valdivia, para revelar, pela ficção, o quanto de trabalho feminino existiu na fundação de Santiago do Chile. Essa obra romanesca, assim como uma série de outras ficções sobre a conquista da América escritas sob o olhar feminino, tornam-se expressões desmistificadoras daqueles registros oficiais que apenas exaltam, louvam e mitificam figuras masculinas como heróis consagrados pela coragem e luta nesse período.

Acerca da presença feminina no período da colonização, sabemos que o envio de mulheres brancas para as colônias ultramarinas, com o intuito de povoar os territórios recém-descobertos, foi uma atitude frequente de várias Coroas Europeias. Os estudos de Marcia A. Zug (2016) e Aimie K. Runyan (2010) apontam que a França enviou aproximadamente 800 mulheres para a Nova França, o atual Canadá, em meados do século XVII, para cidades como Montreal e Quebec.

Zug (2016) relata que a Inglaterra enviou à Nova Inglaterra, o atual território dos Estados Unidos da América, em torno de 140 mulheres durante o início do século XVII para a região do Estado da Virgínia. Os estudos de Afonso Costa (1946) e Rodolfo Garcia (1946)²⁷ apontam que Portugal também enviou algumas jovens – órfãs portuguesas – para a colônia na região nordestina do Brasil durante o século XVI. Contudo, quase nada sabemos sobre os seus pontos de vista em relação ao local, aos habitantes nativos e aos elementos ali encontrados.

²⁷ Os textos de Afonso Costa (1946) e Rodolfo Garcia (1946) foram, gentilmente, cedidos pela pesquisadora Gracielle Marques (2016). Os mesmos também foram usados em sua tese para oferecer relevância ao âmbito histórico das “órfãs da rainha”, principalmente entre as páginas 177 e 180 de sua tese. Graças a seu gesto, o qual somos imensamente gratos, conseguimos obter mais informações sobre quem eram essas mulheres.

Foi a partir da ausência desse prisma marginalizado sobre os eventos históricos que a ficção encontrou grande espaço e uma fonte rica de produção. Aqueles momentos ocultados pela escrita oficial, como a vinda dessas mulheres para contrair matrimônio, puderam ser revividos e expostos em narrativas híbridas. Assim, obras como *The King's Daughter* ([1974] 2011), de Suzanne Martel, descrevem a trajetória de uma órfã francesa com destino ao Canadá para formar uma família. É uma temática bastante abordada em várias literaturas e que ainda tem muito a oferecer, tanto em diferentes perspectivas como em protagonismos femininos desempenhados em momentos cruciais do passado.

Com base nesse tema, faz-se necessário uma mínima contextualização sobre a saga das órfãs portuguesas, cuja existência, experiência e trajetória é valorizada pela escrita híbrida de história e ficção mais atual no Brasil. Buscamos, desse modo, mencionar – com base nos poucos estudos historiográficos disponíveis sobre o assunto – quem eram, onde residiam e de que forma sobreviviam essas jovens no espaço europeu e como chegaram a ser enviadas à colônia.

Tais aspectos, expostos na sequência, ajudam-nos a elucidar algumas das construções ficcionais da diegese romanesca de Ana Miranda que integra nosso *corpus* de análise, cujos pontos principais serão expostos posteriormente.

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE *DESMUNDO* (1996) – UMA SAGA RECRIADA A PARTIR DOS INDÍCIOS HISTÓRICOS

Foi durante o governo de Dom João III, casado com Dona Catarina, que houve a decisão de enviar jovens lusitanas às terras que estavam sendo colonizadas pelo domínio português. Costa (1946) menciona que, no ano de 1543, o rei Dom João III decidiu proteger – com um dinheiro garantido anualmente – “vinte e uma órfãs honradas, filhas de ministros, e ainda fidalgas, cujos pais houvessem falecido em serviço da coroa.” (COSTA, 1946, p. 105).

Segundo esse autor, elas deveriam ser enviadas à Índia e ao Brasil a cada três anos e se casarem da forma mais decente possível. Essas moças ficaram conhecidas como “Órfãs d’el Rei”²⁸.

²⁸ A pesquisadora Suely Creusa Cordeiro de Almeida (2003) utiliza o termo “órfãs d’el Rei”, mas Afonso Costa (1946) e Rodolfo Garcia (1946) fazem uso de “Órfãs da Rainha”. Até o presente momento, não encontramos fontes que propiciassem alguma compreensão acerca dessa diferença.

Podemos referir-nos às órfãs como “filhas, netas, irmãs e sobrinhas de homens que tivessem morrido a serviço da coroa.” (ALMEIDA, 2003, p. 157). Com a morte da figura paterna, essas moças eram, geralmente, levadas para casas de recolhimento e esses locais eram tutelados por uma ordem religiosa, que tinha suporte financeiro de agentes estatais da Coroa Portuguesa. Para serem amparadas, Almeida (2003, p. 161) esclarece que era necessário “ser órfã de pai e de mãe, filha de um legítimo matrimônio, sem raça de mouro ou judeu e ainda demonstrar condição de pobreza e falta de recursos para tomar estado.”

Outras qualidades eram imprescindíveis, como, por exemplo, ter boa condição física, pois “não se receberiam moças cegas ou aleijadas, doentes de qualquer moléstia considerada contagiosa.” (ALMEIDA, 2003, p. 161). A idade era outro fator importante e “variava entre 12 e 30 anos, fase onde era possível agradar aos homens pelo frescor da juventude, além da possibilidade orgânica de gerar filhos brancos para o Estado.” (ALMEIDA, 2003, p. 161).

Logo, as filhas de homens que tivessem servido ao governo português em lugares que estavam sendo colonizados – como a Índia, o Brasil e a África – seriam acolhidas nessas instituições, caso tivessem as qualidades requeridas, conforme a autora expressa.

O Recolhimento do Castelo, também chamado de Alcaçova, Nossa Senhora do Amparo, do Paraíso ou, ainda, Castelo de São Jorge – segundo Almeida (2003, p. 157) – era um dos lugares que abrigavam as jovens destinadas às terras ultramarinas. Ali, encontravam-se as órfãs que “eram oriundas das mais nobres famílias portuguesas.” (ALMEIDA, 2003, p. 161). Um fato interessante sobre o Recolhimento do Castelo é que, conforme aponta Olimpia E. Rosenthal (2016, p. 79), “*women of Jewish, Muslim, or mulatto background were barred from entering.*”²⁹ Logo, o local aceitava apenas mulheres cristãs e brancas. Não havia mistura de etnias e nem de crenças religiosas. Esse local de apoio também era uma instituição

[...] que não se destinava ao desenvolvimento de uma prática de vida de religiosas, mas apenas se apresentava como um recurso passageiro até a contratação de um casamento vantajoso, o retorno do marido das praças ultramar, ou o perdão por faltas cometidas no âmbito familiar. (ALMEIDA, 2003, p. 162).

Por nossa escolha, usaremos, nesta dissertação, a expressão “órfãs da rainha” para nos reportarmos a essas jovens portuguesas enviadas ao Brasil.

²⁹ Mulheres judias, muçulmanas ou de origem mulata eram proibidas de entrar.

De acordo com Almeida (2003, p. 158), devido aos muitos nomes dos recolhimentos, pensando-se no intuito de simplificar as explicações, alguns pesquisadores desse tema incorporaram, nos mesmos propósitos, os Recolhimentos do Castelo e o do Amparo.

Entretanto, Almeida (2003) relata que o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo foi criado apenas no ano de 1599 e, Maria Filomena Valente Belo (1994, p. 678, *apud* Almeida, 2003, p. 158) relata que o local visava a dar proteção às órfãs oriundas das camadas desfavorecidas da sociedade. Nele se recebiam crianças com idade entre sete e oito anos porque, a partir dos doze, a menina já era apta ao casamento. As crianças permaneciam no recolhimento por cerca de sete anos, pois era o tempo necessário para se prepararem à vida ativa.

Outra instituição fundada para acolher órfãs foi o Instituto Santa Marta, criada pelo neto de D. João III, o Rei D. Sebastião (1554-1578). Almeida (2003) nos informa que, a partir da pesquisa de Artur Alves Barbosa³⁰, as órfãs que desembarcaram no Brasil, durante o reinado de D. Sebastião, vinham desse instituto e não do Recolhimento do Castelo.

Sobre a classe de mulheres que coabitavam o Recolhimento do Castelo, Almeida (2003, p. 168) menciona que havia três categorias: as órfãs, as porcionistas e as criadas ou servidoras. Posteriormente, outra categoria foi integrada: as encostadas. Elas “eram recebidas pelas órfãs e porcionistas com o argumento de lhes fazerem companhia.” (ALMEIDA, 2003, p. 168).

Uma vez que as jovens eram selecionadas pelo Reino, seriam enviadas aos territórios em processo de colonização para, ali, se casarem. Conforme afirma Almeida (2003, p. 157), “o destino das jovens era o Brasil ou a Índia” e eram “selecionadas em função dos serviços que seus parentes masculinos mais próximos falecidos haviam prestado à coroa.” (ALMEIDA, 2003, p. 157). Elas seriam então “recompensadas com dotes no além-mar, como também de atribuição de postos de menor importância na burocracia do império aos seus futuros maridos [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 157). Timothy Coates (1998, p. 36, *apud* Almeida, 2003, p. 157) aponta que o processo de envio das órfãs visava a solucionar três situações: “recompensava serviços prestados à Coroa, resolvia o problema do número

³⁰ BARBOSA, A. A. A capitania de Duarte Coelho e a obra da colonização portuguesa no Brasil. Recife: Edição do Gabinete Português de Leitura. 1935. p. 154.

crescente de órfãos em Portugal e encorajava o desenvolvimento nas colônias de uma elite populacional estável.”

O recolhimento do Castelo era um lugar “que deveria funcionar apenas como um local de passagem para as órfãs.” (GUEDES, 1994, p. 666, *apud* ALMEIDA, 2003, p. 166). Guedes (1994, p. 666, *apud* Almeida 2003, p. 166) menciona que o tempo dessa estadia deveria ser curto, no mínimo dois e no máximo quatro anos.

De acordo com Almeida (2003, p. 159), as jovens recebiam, nos acolhimentos, uma educação que lhes permitia obter conhecimento sobre como manusear uma agulha e como alcançar a educação necessária que se esperava de uma mulher – características consideradas essenciais para uma senhora respeitável e futura mãe de família.

Essa autora explica que apenas quando houvesse “a atribuição de um dote em dinheiro e ofício para o futuro esposo” (ALMEIDA, 2003, p. 159) haveria uma partida para as colônias ultramarinas, ou até mesmo para qualquer outro lugar dentro do reino. Logo, perante as informações apresentadas pela pesquisadora Almeida (2003), as órfãs já saíam de Portugal com o seu marido escolhido e o seu destino traçado.

O governo português não desejava a mistura entre as raças na terra a ser conquistada porque acreditava que a miscigenação levaria os portugueses a desobedecer à coroa, passando a viver de forma mais livre e desregrada junto aos nativos, que possuíam hábitos mais desprezados em relação aos europeus. Buscava-se a dominação total do território e, para isso, acreditava-se numa unidade para se viver: “um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua”, conforme apontou Silviano Santiago (2000, p. 14). Isso garantiria ao reino português a soberania necessária e desejada para impor suas crenças ao longo de seu processo de colonização sobre os nativos que viviam em terras brasileiras. Posteriormente, os escravos também passariam pelas mesmas imposições.

Acerca do tema da miscigenação do povo brasileiro, o escritor Euclides da Cunha ([1902] 2002), faz uma alusão à questão de que, desde o século XVI, isso preocupava a igreja que, na figura do catequizador Manoel da Nóbrega, requeria a vinda de algumas mulheres brancas de Portugal para alavancar a colonização brasileira e assegurar a pureza de sua raça.

Ele também menciona que havia muitos forasteiros, degredados e aventureiros corrompidos presentes na terra a ser desbravada, que a mancebia com as “caboclas” estava sem controle e que nem sequer o clero se isentava de tal comportamento. Esses “amigamentos” dos colonizadores brancos portugueses com as “naturais” precisavam chegar ao fim. Logo, havia a necessidade da vinda de mulheres brancas e católicas, que gerassem filhos puros, para restabelecer a ordem. Segundo Cunha (2002):

A mancebia com as caboclas descambou logo em franca devassidão, de que nem o clero se isentava. O padre Nóbrega definiu bem o fato, na célebre carta ao rei (1549) em que, pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes, declara estar o interior do país cheio de filhos de cristãos, multiplicando-se segundo os hábitos gentílicos. Achava conveniente que lhe enviassem órfãs, ou mesmo mulheres *que fossem erradas, que todas achariam maridos, por ser a terra larga e grossa*. A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola. “Desde cedo”, di-lo Casal, “os tupiniquins, gentios de boa índole, foram cristianizados e aparentados com os europeus, sendo inúmeros os brancos naturais do país com casta tupiniquina”. (CUNHA, 2002, p. 122, grifos do autor).

Numa análise mais aprofundada, percebemos que os termos em itálico, destacados por Cunha (2002), chamam nossa atenção para o fato de que, quando o padre Manoel da Nóbrega pede ao reino português para enviar mulheres, ele não se importa com o fato delas não serem de boa conduta ou mesmo virgens. As “*erradas*”, desde que fossem brancas, também são bem-vindas e, inclusive, consideradas melhores que as próprias nativas da terra.

No estudo de Rosenthal (2016, p. 93), ela relata que a descrição das nativas nas cartas do padre Nóbrega está associada à ideia de sexo fora do matrimônio e de pecado e impureza. Assim, as órfãs brancas portuguesas ou mesmo as “*erradas*” tinham seus *status* vistos de uma maneira superior, enquanto que as nativas eram depreciadas pela cultura portuguesa daquela época.

A pesquisadora Rosenthal (2016, p. 92) também observou que a cor da pele, branca, era um fator de grande importância e que a vinda dessas mulheres distanciaria os homens dos “pecados” nos quais eles viviam. Conforme a própria autora expressa sobre as mulheres que se esperavam na colônia: “*the common*

*attribute that makes their presence in the colony so desirable is [...] their whiteness.*³¹ (ROSENTHAL, 2016, p. 92).

As mulheres vindas de Portugal já estariam mais familiarizadas com o modelo de vida europeu e os colonizadores seriam, então, mais facilmente controlados pela monarquia portuguesa. Independente da vida que essas moças levavam, “todas achariam marido”, assegura o clérigo. Esse é outro fato que nos leva a enxergar o grande número de colonizadores brancos presentes na colônia brasileira, principalmente pelo fato da “terra ser larga e grossa”, ou seja, de grande extensão territorial.

O “achamento” de maridos em terras ultramarinas possibilitava a essas moças “erradas” uma condição de vida melhor e mais digna perante a sociedade portuguesa. Por meio do matrimônio, elas deixariam de ser marginalizadas para serem mulheres casadas e usufruiriam do sobrenome do marido, o que lhes garantiria uma posição superior na sociedade da época.

Assim, o desejo de fortalecer essa localidade e povoá-la com gente de raça branca e sangue “puro”, para não continuar com a miscigenação indígena já existente, faz com que os portugueses aceitem qualquer tipo de mulher branca para garantir o povoamento da região e a manutenção dos hábitos europeus.

Em relação às mulheres na sociedade brasileira em formação, no século XVI, o pesquisador Rodolfo Garcia (1946, p. 137) relata que era normal “a falta de mulheres, entenda-se, no caso, de mulheres brancas, porque daquelas da terra, das chamadas índias [...] havia sobras e delas usaram e abusaram os colonos [...]”. Ele também afirma que o “Padre Manuel da Nóbrega escrevia para a Corte encarecendo a vantagem de virem mulheres para o Brasil, ainda que fossem *erradas*, visto ser a terra muito grossa e larga” (GARCIA, 1946, p. 137, grifo do autor).

Costa (1946, p. 106) menciona que, no ano de 1551, o rei mandou uma armada que estava sob o comando de Antônio de Oliveira de Carvalhal. Nessa embarcação, havia “muitas donzelas da rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, encarregadas ao governador que as casasse, como o fez, com homens a que deu ofícios da República e algumas dotou de sua própria fazenda.” (FR. VICENTE DE SALVADOR, 1889, p. 62, *apud* COSTA, 1946, p. 106).

³¹ O atributo comum que faz com que suas presenças sejam tão desejadas na colônia é [...] sua branquura.

Foi no ano de 1551 que três irmãs órfãs foram enviadas para se casarem no Brasil colônia. Elas eram Catarina Lôbo de Barros Almeida, Joana Barbosa Lôbo de Almeida e Micia Lôbo – filhas de Baltasar Lôbo de Sousa, morto na Índia – conforme aponta Garcia (1946, p. 138).

Os estudos de Garcia (1946, p. 140-142) apontam que, aos 30 dias de julho, de 1553, nove órfãs chegaram à Bahia com o próprio governador, D. Duarte da Costa. Entre aquelas que aportaram na Bahia, o autor traz informações sobre cinco delas: Clemência Dória, de linhagem principesca, casada primeiro com Sebastião Ferreira e, depois, com Fernão Vaz da Costa; Violante Deça, que veio para a Bahia e se casou com João de Araújo de Sousa; Inês da Silva, da qual não há documentação disponível; Jerônima de Góis, que se uniu a João Velho Galvão; e Maria de Sousa, casada com João Gonçalves Dormundo.

Costa (1946, p. 106-110), igualmente, afirma que, no ano de 1553, o governador Duarte da Costa trouxe, pelo menos, mais três órfãs, mas não apresenta nomes específicos. Em seguida, ele comenta que o fidalgo e administrador Mem de Sá transportou outras seis órfãs, no final do ano de 1557. Essas moças desembarcaram no início de janeiro de 1558. O autor ainda relata que Mem de Sá também trouxe mantimentos para elas a pedido do rei.

De acordo com o referido autor, algumas das órfãs agraciadas e que vieram nessas viagens eram: Catarina de Almeida, casada com Gaspar de Barros de Magalhães; Ana De Paiva, casada com Salvador da Fonseca, que tornou-se um escrivão em Salvador; Catarina Fróis, casada com Francisco de Moraes, um homem que esteve ao lado de Mem de Sá na conquista do Rio de Janeiro; Damiana de Góis, casada com João Fernandes Coelho, parente de Duarte Coelho, o donatário da capitania de Pernambuco; Maria Reboredo, que se casou com Antônio Lamego; e Apolônia Góis, que se casou com Damião Lopes de Mesquita, um contador cujo salário anual era de setenta mil réis. “Essa Apolônia de Góis e Damiana de Góis eram irmãs, sobrinhas de Pedro de Góis, donatário da Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul.” (GARCIA, 1946, p. 143).

O Dicionário de Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade (2000, p. 372), organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, apresenta outra órfã: Maria Barbosa. Ela chegou ao Rio de Janeiro no século XVI e casou-se com Manuel Gonçalves, cujo marido foi nomeado para o cargo de escrivão do campo, da cidade e da capitania, em setembro de 1567. Os autores relatam que Gonçalves também

receberia roupas e móveis, mas, posteriormente, ele processou o governo por não ter cumprido com o restante do dote que lhe havia sido prometido.

Baseado na pesquisa de Costa (1946, p. 106), entre os anos de 1551, 1553 e 1557 ou 1558, dezoito órfãs vieram ao Brasil e se casaram logo após sua chegada. Já, no ano de 1561, Garcia (1946, p. 143) afirma que Estácio de Sá também trouxe órfãs à Bahia, porém as referências a elas são vagas. Ele também traz a informação de que, em 1608 e 1609, algumas órfãs estavam presentes na caravela de um senhor chamado Sebastião Martins, cujo destino era a Bahia, mas que elas sofreram algum “mal”. Garcia (1946, p. 143) declara que “depois de tal sucesso, não consta [que] fossem despachadas mais donzelas para o Brasil.”

Para o pesquisador Costa (1946), a vinda dessas jovens, incentivada e custeada pela Coroa Portuguesa, foi um projeto que rendeu bons frutos, pois ele assegura que

[...] as órfãs da rainha casadas distintamente na Bahia, com homens que eram proprietários, agricultores, fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos de maior representação, foram realmente a grande força da constituição e desenvolvimento da família ou da sociedade brasileira. (COSTA, 1946, p. 111).

Após comparar os textos de Garcia (1946) e de Costa (1946), compreendemos que eles apresentam alguns nomes com diferenças e certas datas que divergem, mas isso se explica, conforme Marques (2016) também averiguou, “pela imprecisão dos documentos e da confusão derivada de sobrenomes idênticos.” (MARQUES, 2016, p. 178). Todavia, apesar dessas diferenças, segundo Marques (2016, p. 178), as páginas da obra *Desmundo* “fazem eco intertextual com esses dois textos históricos.”

De acordo Rosenthal (2016, p. 75), apesar do número exato de “órfãs da rainha” ser desconhecido, “*extant data suggest that fewer than thirty women ultimately arrived in Brazil.*”³² Depreendemos disso que as órfãs, ao se deslocarem para o Brasil, casavam-se com a elite colonizadora e, como não eram em tão grande número assim, apenas os homens de cargo e posses mais elevadas poderiam usufruir dessas uniões casamenteiras. Um pouco adiante, a autora afirma que

³² Informações existentes sugerem que menos de trinta mulheres chegaram ao Brasil no final das contas.

*Rodolfo Garcia's 1946 study continues to be the most comprehensive account of the five groups of orphans that arrived between 1551 and 1608/1609. He provides the names for fourteen of these women, mentions six others who are referenced in documents but who remain unidentified, and pieces together brief the descriptions of what is known of their lives in the colony.*³³ (ROSENTHAL, 2016, p. 75).

O estudo de Rosenthal (2016) é, até o momento, em termos temporais, a fonte mais atualizada acerca da temática das “órfãs da rainha”. Por meio dele, constatamos que as informações apresentadas por Rodolfo Garcia (1946) sobre as jovens enviadas ao Brasil e suas genealogias foram, e continuam sendo, as de mais fácil compreensão. Embora Rosenthal (2016) não tenha feito uso do estudo de Afonso Costa (1946) em seu texto, ao nosso ver, as informações evidenciadas por esse pesquisador também são notáveis e merecem destaque.

Acerca do número de órfãs destinadas a outras terras, o historiador Fábio Pestana Ramos (2007) também traz dados e garante que “o maior contingente anual de órfãs do Rei enviado às possessões ultramarinas portuguesas teria sido no ano de 1560, de ‘cinquenta e quatro’ mulheres, sendo sua maioria constituída provavelmente por meninas.” (RAMOS, 2007, p. 33).

De acordo com esse autor, o “número de meninas entre 14 e 17 anos enviadas à Terra de Santa Cruz, não deve ter excedido a duas ou três vezes por ano, visando, somente, às necessidades dos homens solteiros de baixa nobreza portuguesa aí estabelecidos.” (RAMOS, 2007, p. 33).

O estudo de Ramos (2007) não oferece os nomes das órfãs ou de seus maridos e filhos. Sua informação volta-se para um número aproximado. Apesar disso, ao comparar os textos de Costa (1946), Garcia (1946) e Ramos (2007), podemos ter uma base de que o envio dessas órfãs à colônia brasileira não era feito em grande quantidade e privilegiava as jovens católicas, cujos pais faleceram, lutando pelos ideais portugueses em outras terras. É a partir dos estudos de Costa (1946) e Garcia (1946) que conseguimos alcançar uma ideia acerca do número mais próximo do envio de órfãs, bem como ter conhecimento sobre certos detalhes de suas famílias.

³³ O estudo de Rodolfo Garcia de 1946 continua a ser o relato mais abrangente sobre os cinco grupos de órfãs que chegaram entre 1551 e 1608/1609. Ele apresenta o nome de quatorze destas mulheres, menciona seis outras, que são referenciadas em documentos, mas que permanecem não identificadas, e associa breve descrições do que é conhecido sobre suas vidas na colônia.

Sobre as viagens marítimas, elas não eram efetuadas com facilidade. A convivência, diária, de várias pessoas aglomeradas, atreladas à dependência de uma quantia limitada de comida e água, era enfrentada por grande parte da tripulação. Ramos (2007), acerca da falta de alimentos e das dificuldades pelas quais as jovens portuguesas passavam, destaca que elas

[...] acabavam ainda por passar pelas mesmas privações alimentares dos tripulantes, e muitas, entregues ao ambiente insalubre das naus, terminavam falecendo ao longo da viagem sem nunca chegar a conhecer seu futuro marido. (RAMOS, 2007, p. 34).

Embora as órfãs fossem consideradas de grande valor, e estavam sempre protegidas sob a tutela da monarquia, uma vez que se encontravam em alto mar terminavam por sofrer a mesma abstinência de comida e água como qualquer marinheiro ou grumete do navio. Não havia regalias ou tratamento diferenciado para essas mulheres que eram obrigadas a deixar sua terra natal em prol dos desejos portugueses.

Em suma, as órfãs – jovens brancas, católicas, sem cruzamento racial e gozando de perfeita saúde física e mental – eram consideradas mulheres perfeitas para alavancar o desenvolvimento da colônia brasileira no século XVI. Foram recrutadas em acolhimentos portugueses e impelidas a aceitarem a união matrimonial, porque, segundo Almeida (2003, p. 158), “o casamento, era de fato, a forma por excelência da reinserção social.” Uma vez reinseridas na sociedade, deixavam de ser problema da monarquia portuguesa para pertencerem aos maridos e obedecer às suas ordens e não mais àquelas da instituição religiosa onde eram amparadas.

No próximo subcapítulo veremos, com maior especificidade, o quanto a ficção de Ana Miranda (1996) se utiliza da historiografia para recriar a saga das “órfãs da rainha” e como elas são retratadas dentro da narrativa. Tendo isso em vista, a análise da obra privilegia o tempo vivido pela protagonista na colônia, com o intuito de observar se essa personagem se transforma no “Novo Mundo” e incorpora hábitos culturais diferentes dos seus, libertando-se dos conceitos cristãos que lhe foram instituídos, ou se a nova realidade não lhe afeta muito. Além disso, damos ênfase ao processo de resignificação do passado que o romance apresenta, com

foco nos recursos escriturais utilizados pela ficção para reler esses eventos do princípio da colonização brasileira.

2.2 A AVENTURA DAS “ÓRFÃS DA RAINHA” EM *DESMUNDO* (1996) – UMA PERSPECTIVA MARGINALIZADA QUE PERMEIA O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO

O romance *Desmundo* faz o leitor reviver o tema da inserção das órfãs portuguesas enviadas ao Brasil para se casar com os colonizadores. Esses eram homens que já viviam nessa colônia, pois eles faziam parte dos primeiros aventureiros da empresa marítima e os degradados que habitavam a colônia junto aos nativos e aos escravos.

A narrativa se revela ao leitor por meio do prisma da personagem protagonista, Oribela de Mendo Curvo, que relata sua árdua viagem à colônia brasileira, na qual também vieram seis outras órfãs com o mesmo propósito seu: constituir uma família de preceitos cristãos na colônia. O ambiente no qual a história se passa é uma capitania, em algum lugar no nordeste do Brasil, em meados do século XVI, porém não há uma data exata mencionada na obra, nem um local específico.

Na ficção de Ana Miranda, uma perspectiva ex-cêntrica e marginalizada irá apresentar, em primeira pessoa, por meio de relatos de sua experiência e de sua memória, o período no qual algumas moças, retratadas como “órfãs da rainha”, estiveram presentes na colônia brasileira.

Na primeira visão que a protagonista tem da terra já se revela, metaforicamente, como ela, oriunda da metrópole e com o sonho da ascensão social pelo casamento, vê essa nova realidade:

Ali estava bem na frente do Brasil, eu a via pelos **estores treliçados**, lustrada pelo sol que deitava. Uxtix, uxtex, xulo, cá! Verdadeira? Tão pequena quanto pudesse eu imaginar, lavada por uma **chuva de inverno**, verde, umas palmeiras altas no sopé, por detrás de **nuvens de tapeçaria, véu de leve fumo**. [...] Deus, graças, fazes a mim, tua pequena Oribela, a mais vossa mercê em idade inocente, um coração novo e um espírito de sabedoria, **já estou tão cegada pela porta de meus olhos que nada vejo senão deleitos, folganças do corpo**, louvores, graças prazentes e meu coração endurecido, entrevado sem saber amar ou odiar. (MIRANDA, 1996, p. 11, grifos nossos).

O olhar da personagem Oribela para o “Novo Mundo” ocorre por meio de “estores treliçados”, um tipo de cortina que é formada por uma rede de vigas cruzadas, mas que não a deixa enxergar, completamente, do barco para a terra. São, pois, esses “estores treliçados” que a protagonista terá que remover da frente de seus olhos para poder, finalmente, ver a nova terra em sua plena realidade.

Esse processo da “remoção” de “treliçados” – que vai desde crenças arraigadas até esperanças desmedidas – finalmente, ao longo da narrativa, fará com que ela deixe de estar “tão cegada” pela porta de seus olhos – embaçados pelas crenças e dogmas que a fizeram embarcar nessa aventura, sonhando com uma realidade na qual não haveria “senão deleitos, folganças do corpo, louvores, graças prazentes” (MIRANDA, 1996, p. 11), para vivenciar a cotidianidade do que, para ela, virá a ser o “desmundo”.

Nesse primeiro olhar da personagem, vemos que os termos “chuva de inverno” e “véu de leve fumo” também denotam haver um clima sombrio, sem luz, fazendo com que sua visão fique delimitada. Dessa forma, ao aproximar-se da terra que será seu novo lar, ela tem uma perspectiva não clara, imprecisa e encoberta.

Marques (2016, p. 185-186) também utilizou, em sua análise de *Desmundo*, esse trecho da obra de Miranda, citado por nós – o dos “estores treliçados” –, e, em seu estudo, ela analisa que o texto da romancista elabora um diálogo com a chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil, no qual há uma inversão de papéis: a ficção remove o lugar do capitão. Esse ato, que ela interpreta sob o recurso da paródia, “transpõe o sentido da visão única e dominante masculina, oferecendo outra versão, certamente transgressora, dado o papel doméstico da mulher [...]” (MARQUES, 2016, p. 185).

Já com relação à educação e às concepções que Oribela carrega consigo desde Portugal, elas também estão delimitadas pelos mesmos “estores treliçados”. É pela visão dessa personagem, como sujeito excluído da sociedade portuguesa dominante da época, que se revelarão muitos aspectos sobre o local que deveria ser povoado. Por seus olhos se enxergará, em um primeiro instante, nada mais que blasfêmia, sacrilégio e transgressões ali expostas. Esta perspectiva está ancorada em sua educação e na ideologia que lhe foi inculcada pela igreja católica ao longo de existência na metrópole colonizadora da qual ela vem.

Um exemplo desse pensamento, já enraizado, ocorre quando ela menciona sua concepção conservadora em relação aos homens e suas acompanhantes para a realização dos casamentos das órfãs: “Homens bons vieram com umas negras naturais da terra e que ficaram de fora da porta, não deixou o padre entrar nenhuma delas, [...]” (MIRANDA, 1996, p. 70). Dessa maneira, ela eleva o *status* do homem ao mostrar que a eles era garantido um espaço especial na igreja, mas inferioriza as naturais ao expor que a elas cabia nada mais que as margens do local. Ocorria, conforme se depreende do discurso da obra, uma exclusão de raça e religião nessa nova terra na qual o homem era visto como um ser superior e a mulher, não católica e não branca, era menosprezada, não podendo pisar o chão da igreja. Fatos esses que, no olhar primeiro de Oribela, parecem bem acertados.

Este olhar diferenciado, vindo da margem da historiografia, levará seu tempo para despertar, pois, no primeiro contato, seu passado de submissão sem questionamentos não permite que ela tenha uma visão crítica. Isso fará com que julgue de forma condicionada tudo o que a cerca nesse primeiro momento. Esses “estores treliçados”, podem ser vistos como metáforas dos discursos religiosos, falocêntricos e históricos difundidos na época da colonização, que impediam a mulher de ver a realidade com seus próprios olhos.

Esse será o grande desafio da ficcionista Ana Miranda (1996) ao longo da narrativa: retirar da frente de sua protagonista esses “estores treliçados”, as “nuvens de tapeçaria” e o “véu de leve fumo” para dar ao passado colonial brasileiro um “olhar visto de baixo”, potencializado pela criticidade e pela consciência descolonizadora da protagonista. Assim, o passado será ressignificado pela ficção.

A ordem dos eventos da diegese mostra que a narradora apresenta os fatos que vão desde a sua saída de Portugal, sua chegada à colônia, os preparativos para o casamento, a vida na propriedade do marido, as fugas, o caso amoroso com o mouro, a gravidez, até o abandono do esposo.

Essa ordem na sequência da narrativa pode ser observada pela forma como as dez partes da narrativa estão distribuídas, pois seus títulos evidenciam os momentos passados na colônia brasileira. São elas: A chegada; A terra; O casamento; O fogo; A fuga; O desmundo; A guerra; O mouro; O filho; e O fim.

A continuação lógica desses eventos, às vezes, é interrompida por uma lembrança, uma rememoração da protagonista que ocasiona um *flashback* na narrativa, mas não há ocorrências de anacronismos exacerbados ou sobreposições

temporais na narrativa. Esse aspecto estrutural do romance nos possibilita, entre outras características que serão apontadas ao longo deste texto, classificá-lo na modalidade de romance histórico contemporâneo de mediação, conforme os estudos realizados por Fleck (2007; 2017), evidenciam.

Citamos, como um exemplo disso, um excerto da parte quatro, intitulada “O fogo”, quando a narradora recorda e reconta parte da vida das outras órfãs retratadas, em especial a de dona Urraca. Ela se volta para um curto espaço de tempo, alguns anos atrás, promovendo a analepse narrativa. Segundo expõe a narradora:

De dona Urraca se dizia por detrás terem sido seus pais judios, uma gente de fazer violas d'arco, que sabia muito lindamente tanger, a menina. [...] No mosteiro pregavam contra dona Urraca e ela ouvia em lágrimas, assassina de Jesus, filha de gente sem rei nem terra, que alevantavam os preços das coisas, era seu povo causa da peste e da fome que matava os cristãos [...]. E mandavam dona Urraca comer barata, cuspiam em seu rosto, faziam o sinal-da-cruz no peito depois que ela passava [...]. (MIRANDA, 1996, p. 91).

Essa disposição estrutural, que segue uma linearidade cronológica dos eventos, na qual há rupturas facilmente identificadas, elaborada por Ana Miranda (1996), ajuda o leitor mais comum a conhecer a trajetória da protagonista e sua posição crítica frente ao mundo que se vai desvelando, de forma simples e profunda. Esse processo também ocorre frente aos olhos daqueles que seguem, linha a linha, capítulo a capítulo, ação após ação, as transformações desse ser de papel e tinta. Tal modo estrutural auxilia, sem deixar de ser crítica, a compreensão da ideologia presente na obra àqueles leitores com menos prática de leitura do romance histórico, conforme afirma Fleck (2017) ser recorrente nessa modalidade mediadora do gênero.

É essa característica, de estruturar a diegese de forma linear, que pode ser encontrada na mais recente modalidade de romance histórico, o contemporâneo de mediação, segundo a nomenclatura atribuída por Fleck (2007, 2011, 2017) ao longo de seus estudos sobre as produções mais recentes da narrativa híbrida de história e ficção. O crítico aponta, em sua obra, que essa é uma das características recuperada das modalidades clássica e tradicional do gênero romance histórico e adotada, com grande frequência, pela modalidade mais recente dessa produção mista. O pesquisador afirma que ela está, diametralmente, oposta ao

experimentalismo complexo do novo romance histórico latino-americano, que privilegia sobreposições temporais, anacronias exacerbadas e multiperspectivismos.

Logo de início, a autora da obra apresenta duas epígrafes³⁴. A primeira delas é uma citação de Álvaro de Campos, um heterônimo de Fernando Pessoa: “Ir para Longe, ir para Fora, para a Distância Abstrata, Indefinidamente, pelas noites misteriosas e fundas, Levado, como a poeira, pelos ventos, pelos vendavais!” (MIRANDA, 1996, p. 5). Esse trecho antecipa ao leitor um dos momentos vividos por Oribela e pelas outras órfãs. É o fato de ela ter sido arrancada de seu país de origem, Portugal, e transportada para uma nova terra no princípio da narrativa, na qual expõe sua viagem. Enquanto ela é levada pela Coroa Portuguesa, a poeira é carregada pelo vento. Contudo, ambas possuem em comum o fato de serem retiradas de maneira forçada, sem o desejo de partirem por si próprias. Essa característica pode ser percebida pelo relato de Oribela:

Aquele era o meu destino, não poder demandar de minha sorte, **ser lançada** por baías, golfos, ilhas **até o fim do mundo**, que para mim parecia o começo de tudo, era a distância, a noite, o tempo que passava e não passava, a viagem infernal feita dos olhos das outras órfãs que me viam e descobriam [...]. (MIRANDA, 1996, p. 15, grifos nossos).

Essa manifestação discursiva da protagonista, apresentada a partir de seu monólogo interior, leva o leitor à percepção de que quando ela expressa “ser lançada” ela revela que não queria deixar o lugar onde havia nascido, mas tão pouco possuía meios financeiros para se manter em terras portuguesas, ou alguém que fizesse isso por ela. Dessa maneira, foi forçada a cumprir o desejo de outros que intencionavam deslocá-la à colônia.

Tal leitura conduz à questão de que, embora a metrópole colonizadora tivesse toda uma ideologia exaltadora do programa que buscava estabelecer famílias cristãs nas remotas terras anexadas ao reino, nem sempre era esse o desejo de quem era designado a cumprir essas determinações. Desse modo sutil, a perspectiva adotada no romance vai relendo, criticamente, esse passado, embora não se utilize, para isso, de estratégias escriturais altamente desconstrucionistas como a

³⁴ Um estudo sobre as epígrafes também são mencionadas por Gärtner (2006, p. 83-84) e Marques (2016, p. 26-31) em suas teses.

carnavalização, o grotesco ou a metaficcionalidade, como costuma ser normal no novo romance histórico latino-americano ou na metaficção historiográfica.

Quando a narradora menciona que será lançada ao “fim do mundo”, o leitor compreende que o seu destino era o mais longe possível da civilização portuguesa. Esse lugar era, aparentemente, visto como distante de todas as possíveis localizações geográficas que ela tinha conhecimento. Consequentemente, se ela iria se deslocar até esse local, não regressaria mais para sua terra natal. Nesse novo ambiente – ao que ela foi destinada pela Coroa – dar-se-ia o início de sua nova vida.

Já a segunda epígrafe é o pedido do sacerdote Jesuíta português Manoel da Nóbrega, solicitando que o rei angarie qualquer tipo de moça para enviar à nova terra descoberta e, assim, apartar os homens brancos da devassidão com as nativas da terra.

O trecho foi retirado de uma das cartas do Padre Manoel da Nóbrega, escrita no século XVI para o Rei de Portugal; e também é o mesmo excerto comentado por Euclides da Cunha em sua mais importante obra, *Os Sertões* ([1902] 2002). Assim está exposto na narrativa híbrida:

A' El-Rei D. João
(1552)
JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e **quaesquer**, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que **quaesquer** farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado.

Manoel danobrega. (MIRANDA, 1996, p. 7).

Ao discorrer sobre as epígrafes, Vera Lucia dos Reis (1991, p. 87) relata que “uma epígrafe é uma abertura entre um texto e seu leitor, como a convidá-lo a olhar através, propondo uma interrogação, provocando a curiosidade, a inquietação, a dúvida. Uma epígrafe é um pretexto, um pré-texto.” A partir das ideias contidas nas epígrafes, atentamos para o fato de que a ficcionista nos faz um convite para que conheçamos um pouco mais sobre a história de algumas mulheres do século XVI que deixaram seu local de origem para viver em outro local, incitando-nos a olhar, cuidadosamente, para essas jovens que foram arrancadas de sua terra natal e expostas aos tumultos de uma nova vida e hábitos.

Reis (1991, p. 87) também explica que “a epígrafe contém um indicador de comunicação funcionando como antecipador de um modo de leitura, como mediador entre o texto e o leitor.” Essa segunda epígrafe, por exemplo, antecipa ao leitor o motivo pelo qual essas jovens foram arrancadas de sua terra natal. Elas têm que partir para o “Novo Mundo” para cumprir a função de separar os homens das mulheres nativas, já que ambos vivem numa devassidão carnal, perante os conceitos da Igreja Católica.

Dessa maneira, ocorre uma exaltação dessas mulheres, que deverão estabelecer a ordem matrimonial promovida pelo poder colonizador. Consequentemente, o leitor – embora desconheça a história oficial que envolve essas personagens históricas representadas na obra pela protagonista – estará um pouco mais a par da necessidade da vinda dessas mulheres brancas europeias e o que elas precisavam fazer ao desembarcarem na colônia.

Tais evidências de “cuidar” do possível leitor menos especializado com a leitura do gênero híbrido em suas modalidades críticas mais complexas é, segundo defende Fleck (2017), uma peculiaridade do romance histórico contemporâneo de mediação.

A epígrafe elaborada a partir de um trecho histórico também evidencia algo mascarado pela história tradicional, pois, embora seja um recorte escolhido pela autora, esse trecho específico evidencia a falta de mulheres brancas europeias na colônia brasileira e que sua vinda seria muito agraciada. A junção do histórico e do fictício simboliza que houve uma quebra de barreira entre as duas áreas. É uma verdade inquestionável que dá respaldo ao fictício, criando um “efeito de real” conforme comenta Pesavento (1999, p. 820), ao tratar da ficção híbrida de história e literatura.

O trecho, especificamente selecionado da documentação histórica da época da colonização brasileira pela autora, ressalta, ainda, a intertextualidade, que é apontada por Fleck (2017, p. 111) como essencial, também, a essa modalidade crítica do romance histórico.

O que o leitor percebe é o fato da literatura estar fazendo uso de um documento histórico para tornar a ficção mais plausível. Essa releitura verossímil do passado pela ficção – em grande parte abandonada pelo novo romance histórico e pela metaficção historiográfica – volta a ser relevante nas obras construídas sob os desígnios da “mediação”, segundo expressa Fleck (2017, p. 109-110).

A exposição dos acontecimentos em *Desmundo* é elaborada em primeira pessoa, pela órfã Oribela, como observamos: “Celebrei em segredo a cegueira daqueles homens tão precisados, por dentro de mim sentia uma ninfa [...]” (MIRANDA, 1996, p. 42). De acordo com James Wood (2011, p. 20), narrar em primeira pessoa “costuma ser mais confiável que não confiável”, pois esse tipo de narrador “conta sua história numa posição de quem compreende o que já passou.” (WOOD, 2011, p. 20). Esse olhar da mulher desterrada é uma perspectiva que foi outrora marginalizada, mas que, agora, consegue transmitir os acontecimentos compartilhando de alguns propósitos da “nova história”.

Segundo Fleck (2017), essa característica de dar o protagonismo e a enunciação aos marginalizados da história é uma das características que também se encontram na modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação e opõe-se aos novos romances históricos que, segundo Menton (1993), buscam ficcionalizar grandes personagens da história e optam, na sua maioria, pelo multiperspectivismo como meio de dessacralizar imagens cristalizadas desses heróis.

A representação da personagem Oribela permite que o leitor tenha uma noção daquilo que as “órfãs da rainha” vivenciaram no século XVI e quem eram essas moças. Embora sua imagem seja a de um ser puramente ficcional, podemos dizer que a ela se aplica a figura de linguagem denominada metonímia, que “consiste no emprego de um vocábulo por outro, com o qual estabelece uma constante e lógica relação de congüidade.” (MOISÉS, 1974, p. 334).

Num dos trechos, a protagonista menciona: “[...] chegamos a um novo país com o coração em júbilo, mas de dúvida e receio, para povoar um despejado lugar.” (MIRANDA, 1996, p. 16). Dessa maneira, ela representa esse grupo de mulheres órfãs enviadas à colônia, cuja finalidade era se unir em matrimônio com os colonizadores aqui já habitantes e ter com eles os filhos que a metrópole desejava: brancos, puros, católicos e aptos a serem, futuramente, os herdeiros legítimos das propriedades, desde o início da colonização portuguesa nas terras do Brasil.

No romance, quando a personagem desembarca, logo nos primórdios da diegese, Oribela, ainda impregnada da ideologia vigente na metrópole, sente-se numa posição exaltada em relação a outras mulheres deixadas em Portugal e, também, frente às nativas da terra. Acreditava que todas as órfãs “iam arranjar marido bom e principal” (MIRANDA, 1996, p. 21), isto é, casariam com homens da

nobreza, fato que lhes garantiria um *status* de “mulher de bem, casada e mãe de família”, tão valorizado e requerido pela sociedade.

De acordo com seu discurso, os homens representados como colonizadores “suspiravam mais por carne branca de cristãs do que lobos por cordeiros.” (MIRANDA, 1996, p. 25). Embora tivesse pouco conhecimento do mundo, uma vez que permanecia isolada no mosteiro, a personagem demonstra ter a certeza de que os homens, retratados como colonizadores, estavam ansiosos por mulheres brancas, pois o desejo de possuir uma delas estava ilustrado nessas faces masculinas: “os homens seus olhos lançavam, fôramos cargas de uma azêmola, boceta de marmelada alguidar de mel sendo eles pontas de arnelas, [...] tomando a cosso para nos possuir, o que lhes nascia de sua cobiça.” (MIRANDA, 1996, p. 25).

Essa atitude, por parte dos colonizadores representados no romance fortifica ainda mais a alegria da órfã Oribela, em seu estado primeiro de ingenuidade, pois acreditava ser “merecedora de um esposo bom.” (MIRANDA, 1996, p. 30). Ela sabia que cada coisa tinha seu destino estabelecido, como, por exemplo, que as “laranjeiras são para se colher laranjas assim como órfãs são para casar” (MIRANDA, 1996, p. 24), conforme os ensinamentos da personagem Velha, senhora que acompanhava e instruía as jovens na maneira como deveriam se portar com os maridos.

Essa imagem inicial da personagem deixa no leitor a impressão de que a protagonista é o tipo de criatura que acredita em tudo e, cegamente, vê como imutável o *status quo* estabelecido e, desse modo, a narrativa alcança seu objetivo de demonstrar o quanto a ideologia do poder da época incutia nas classes menos privilegiadas, ou relegadas à margem, a soberania das decisões tomadas pela elite dominante. Isso equivalia desde o poder monárquico, religioso até o masculino patriarcal, em última instância.

No avanço da narrativa, a protagonista enuncia: “para o meu varão me guardei perfeita, ru, ru, menina, ru, ru, chegasse com o pé direito [...]” (MIRANDA, 1996, p. 30). Nesse momento, o leitor percebe que ela comunga da ideia que a Igreja Católica difundia, pois acreditava que ser pura de corpo e ser uma jovem obediente aos preceitos da Igreja era uma grande vantagem, visto que “a virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe.” (PERROT, 2012, p.45).

A narrativa indica que o valor da mulher branca portuguesa se dava por sua virgindade e que, até o momento em que ocorre o casamento, a personagem narradora acreditava, cegamente, na concepção de se parecer com Maria, a mãe de Jesus Cristo, um modelo de pureza, conforme explica Yvonne Knibiehler (2016). Nessa “pureza” corporal a protagonista encontra seu valor máximo, expressando, assim, a sua inconsciência em relação às diferenças no tratamento do gênero.

Além do mais, conforme ela mesma proferiu, “nunca metera eu minhas mãos em cozinha, que não fosse açucarar a pedra para a freira ligar uma massa, ou bater uns ovos em neve e moer cravos e canelas ou matar uma franga tenra, com engulhos da morte. Oribela era eu.” (MIRANDA, 1996, p. 52). A jovem protagonista orgulhava-se de sua educação voltada para os afazeres domésticos, pois isso a faria uma boa esposa. Conseqüentemente, ela não precisaria submeter-se aos trabalhos físicos pesados. Essas ideias faziam, então, com que ela se sentisse mais sublimada e não apenas uma moça humilde.

No romance, a Velha, uma personagem de “extração histórica” – termo que foi proposto por André Trouche (2006, p. 44) para fazer referência ao “conjunto de narrativas que encetam o diálogo com a história, como forma de produção de saber e como intervenção transgressora [...]” –, conhecida como a matrona Maria Dias, que acompanhou as órfãs em 1553 e que tentou regressar à corte poucos anos depois, mas que naufragou na embarcação Nossa Senhora da Ajuda. Conforme Garcia (1946, p. 142), é uma personagem que tem a função de proteger e instruir as órfãs sobre como deveriam se portar para o futuro esposo.

Da forma como essa senhora está retratada, era “letrada e parecia homem santo” (MIRANDA, 1996, p. 66). Ela, de acordo com sua função, vai reiterar a ideologia de submissão por parte da mulher. Essa personagem que acompanhou as órfãs, a Velha, afirmava que “no lábio da mulher há de cintilar o silêncio, onde floresce seu saber.” (MIRANDA, 1996, p. 66). Seu discurso se estende mais ainda:

Ora, ouvi, filhas minhas. Aquela que chamar de vadio seu homem deve jurar que o disse em um acesso de cólera, nunca mais deixar os cabelos soltos, mas atados, seja em turvante, seja trançado, **não morder o beijo**, que é sinal de cólera, **nem fungar com força**, que é desconfiança, **nem afilar o nariz**, que é desdém e **nem encher as bochechas de vento** como a si dando realeza, **nem levantar os ombros em indiferença** e **nem olhar para o céu que é recordação**, nem punho cerrado, que ameaça. [...] **Nem**

lengalengas nem conversa com vizinho, seja ele quem for, ou cigano, nem jogos, nem danças de rua, nem olhar cão preto que pode ser o chifrudo, [...] nem deitar as águas fora que é judaísmo, não pedir favores nem pôr os olhos no vizinho **nem o corpo na cama de outro**, tem o esposo direito de acusar, para provar inocência a esposa deve lavrar a mão num ferro de arado em brasa. (MIRANDA, 1996, p. 67, grifos nossos).

Segundo esse discurso subordinador, elaborado pela personagem a Velha, fica claro que qualquer força de expressão física deveria ser reprimida. Exteriorizar a raiva era, extremamente, proibido. Isso mostra ao leitor que as mulheres sequer eram donas de seu próprio corpo e de suas ações – essa é uma leitura crítica que o romance faz da ideologia vigente naquela época e cujas consequências se estenderam à formação do povo brasileiro.

Todas as atitudes da mulher eram voltadas para satisfazer o gosto masculino. Compreendemos que tais condutas seriam fundamentais para que as órfãs tivessem um matrimônio próspero, característica também observada por Ribeiro (2014, p. 65-66) na análise que faz da obra de Miranda.

Ao ter como base essa perspectiva de comportamento, Emanuel Araújo (2011, p. 45) faz a ressalva de que “a todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina.” Por meio disso, averiguamos que o discurso da personagem, a Velha, corrobora a versão do discurso da Igreja Católica de que a mulher deveria ser uma serva do esposo, sem questionar sua vontade ou dar motivos para que sua imagem fosse maculada.

Também, conforme Ribeiro (2014) afirma, por meio das orientações da Velha, podemos observar que “uma série de proibições era feita ao sexo feminino para que fossem consideradas boas esposas” (RIBEIRO, 2014, p. 66), e que o “uso da conjunção aditiva ‘nem’ sugere exatamente a ideia de que, a cada momento, há uma nova imposição sendo feita às mulheres [...]” (RIBEIRO, 2014, p. 66).

Essas concepções impostas desde a perspectiva do poder evidenciam que a personagem protagonista tem suas concepções de vida e comportamentos reforçados ao chegar no “Novo Mundo”. Dessa forma, a ideologia que lhe foi inculcada, construída pelo catolicismo e pelo patriarcalismo reinante, deve permanecer.

Após casar-se com Francisco de Albuquerque, que foi retratado como sobrinho da mulher do governador, Dona Brites de Albuquerque – uma personagem

de extração histórica, que representa Brites Mendes de Albuquerque, a esposa de Duarte Coelho, administrador da capitania de Pernambuco, conforme Schumacher e Brazil (2000, p. 121-123) – a protagonista Oribela compreende que sua condição feminina se transformou e passou de marginalizada para uma senhora casada.

Enquanto que “no mosteiro fora uma vida de temores a Deus, ao Demo, à madre, ao pecado, à tentação, de dia muito se trabalhava, nas lavagens das pedras, varrendo os quintais [...]” (MIRANDA, 1996, p. 104), local onde ela residia, “no fortim de Francisco de Albuquerque os dias eram de estar à varanda sem ter o que fazer, ver as águas do rio escorrendo, os naturais com seus dedos desbaratados levando da vaca o leite aos bacios e alguidares [...]” (MIRANDA, 1996, p. 105).

Assim, o casamento propiciou à protagonista Oribela, além da mudança de *status*, uma alteração na sua condição servil, que passou a não realizar trabalho algum, nem mesmo precisava cozinhar, porque a narradora revela que os escravos de seu marido realizavam essa tarefa.

Depois do matrimônio e do decorrer das ações narrativas, há uma alteração em suas concepções. Ela deixa de lado essa exaltação de sua virgindade e pele branca, exposta em sua fala: “por dentro de mim sentia uma ninfa, falada no pregão feito fidalga, bofé, adeus à condição pesada e dura, um altivo coração me vinha [...]” (MIRANDA, 1996, p. 42), bem como a valorização de seus costumes, para, então, perceber como as órfãs foram forçadas a serem submissas. Essas percepções de inferioridade e submissão vão sendo transformadas quando ela entra em contato com a cultura de outro povo: a dos nativos da terra conquistada.

Mencionamos, como exemplo, quando a personagem Oribela constata que os nativos da terra são mais desprendidos em relação às questões corporais, pois eles não demonstram problemas para expor seu corpo comparado aos hábitos do povo português. De acordo com seu discurso, ela sente-se horrorizada ao ver as nativas nuas:

Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar as suas **vergonhas em cima, como embaixo**, sabendo ser assim também eu, **era como fora eu desnudada**, a ver em um espelho. Nunca fora dito haver mulheres assim, **nem pudera inventar em minhas ignorâncias**. (MIRANDA, 1996, p. 39, grifos nossos).

O termo “vergonhas”, usado por Oribela para referir-se às partes íntimas das nativas, revela a relação que ocorre com a Carta de descobrimento do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha, em 1500, com a qual a narrativa de Miranda também estabelece relações de intertextualidade.

Segundo Tiphaine Samoyault (2008), o termo intertextualidade foi cunhado por Julia Kristeva e muito “utilizado, definido, carregado de sentidos diferentes que se tornou uma noção ambígua do discurso literário, [mas que trata ser] a presença de um texto em outro texto.” (SAMOYAULT, 2008, p. 9).

Assim, quando lemos a fala da protagonista, reconhecemos o trecho da Carta de Cabral que fala das “suas vergonhas”, mencionado previamente na introdução deste estudo. Essa personagem faz uso de um discurso sobre os nativos brasileiros que foi produzido por outra pessoa e o transporta para seu próprio discurso. Porém, como esclarece Samoyault (2008), vale a ressalva de que a intertextualidade só faz sentido para aquele leitor que tem noção do texto fonte, o primeiro texto.

Essa rede de textos interligados – uma vez compreendida – ajuda a expandir o sentido do romance e, aos poucos, vai revelando, ao leitor, a ideologia crítica da narrativa ficcional que alcança essa concepção estigmatizada sobre a mulher nesses contextos.

Nesse momento vivenciado pela protagonista, recai sobre ela o fato de descobrir seu corpo. Quando se refere ao termo “desnudada”, ela explica que também fora despida naquele momento e descobriu um corpo [seu corpo] que nunca sequer fora visto por ela mesma.

Assim, a protagonista evidencia, aos poucos, sua transformação, pois admite a ignorância de seu pouco conhecimento em relação a sua estrutura corporal, o fato de nunca ter observado o próprio corpo e que nunca teria condição para imaginar algo daquela forma. Essa é outra característica da narrativa que revela a repressão corporal imposta pelos ensinamentos da igreja católica e dos costumes culturais europeus da época, dominados pelos padrões do patriarcalismo.

Quando o texto híbrido de Miranda (1996) usa um trecho da Carta do padre Manoel da Nóbrega e um excerto da Carta de descobrimento do Brasil revela-se outra característica do romance histórico de mediação, a presença do recurso da intertextualidade. Nessa estratégia, além de expandir o sentido de leitura, a romancista entrelaça a cultura da metrópole com o universo da colônia, cruzamento que dará origem a nossa sociedade e sua cultura híbrida e mestiça.

O discurso da narradora Oribela também rememora o fato de o pai mandar colocar leite na água do banho para que seu corpo não ficasse tão exposto, como é exemplificado: “Meu pai mandava turvar a água do banho com leite para não ver o meu corpo de criança, uma vez alevantei da gameleira e ele me castigou com tantas vergastadas que verti sangue pela boca.” (MIRANDA, 1996, p. 43).

Já na colônia brasileira, as nativas não tinham esse mesmo hábito de esconder o corpo durante o banho. Perante os hábitos europeus, elas se despiam sem pudor algum e, inclusive, queriam desnudar as órfãs para banhá-las para o casamento.

Segundo a fala da personagem protagonista: “Água nas mãos e na fuça, fidalga. Água no mais, puta.” (MIRANDA, 1996, p. 43). Se, inicialmente, ela considerou o banho das nativas como uma atividade diferente de seus costumes, “absurda e inclusive pecaminosa” segundo a análise de Ribeiro (2014, p. 77), com o passar do tempo ela faz uso desse mesmo modelo e esquece seu repúdio sobre os hábitos de outra cultura, conforme é proferido por seu discurso quando ela e o marido regressam para casa, após terem ido à vila e à igreja:

Quando chegamos vi que no rio se banhavam as naturais, desnudadas de suas vestes, no que me meti sem medo pelas admoestações de madre Jacinta, no mosteiro, de que a água era maléfica, que se umedeciam os pêlos e se abriam furos na pele por onde se metiam maus humores e miasmas e os espíritos danados. (MIRANDA, 1996, p. 137).

Quanto mais tempo a protagonista do romance permanece na colônia, especialmente ao lado de sua serva, a nativa Temericô, mais ela adapta-se ao local, aos seus costumes e a sua língua. A convivência diária entre essas duas personagens faz com que ambas desenvolvam uma relação de confiança. Marques (2016, p. 55) aponta que “cria-se entre elas uma relação de amizade que ultrapassa os limites entre senhora e serva.” Esse laço de afeição, entre Oribela e a serva Temericô, desenvolve-se e fortifica-se quando a protagonista adota certas práticas dos nativos como suas próprias, indo contra os seus costumes europeus. Assim, a personagem comenta:

Aprendi os fumos de naturais, que me deixavam pasmada e sonhadora, sem ver o correr dos dias, [...]. Aprendi a me desnudar, no quarto, após o banho, que havia frescor sobre a pele e se

entranhando nela [...]. Eu pintava o rosto de urucum, comia do prato das naturais e me desnudava nos dias quentes, deixava os chicos chuparem meus peitos, dançava de modo que dona Branca veio baixar umas regras, antes que virasse eu uma bárbara da selva e me metesse a comer de carne humana. (MIRANDA, 1996, p. 126-127).

Existe uma relação de troca de costumes, pois aquela que deveria ser a senhora branca, a dona da casa, ter atividades como costurar e bordar, e gerar filhos como se era esperado, passa a praticar hábitos que iam contra sua educação. Há, na personagem europeia, um processo de transculturação, que, segundo aponta Ángel Rama (2008, p. 45), foi uma descrição elaborada por Fernando Ortiz. Ao ser aplicada em obras literárias, deve ser pensada a partir de três termos:

*Implica en primer término una “parcial desculturación” que puede alcanzar diversos grados y afectar variadas zonas tanto de la cultura como del ejercicio literario, aunque acarreado siempre pérdida de componentes considerados obsoletos. En segundo término implica incorporaciones procedentes de la cultura externa y en tercero un esfuerzo de recomposición manejando los elementos supervivientes de la cultura originaria y los que vienen de fuera.*³⁵ (RAMA, 2008, p. 45).

Dessa maneira, a protagonista esquece certos conceitos impostos – como a proibição dos banhos nus – e acomoda aqueles novos aprendidos com os nativos da terra – o fumo dos naturais e a comer do mesmo prato. Ocorre então uma fusão de hábitos dessas duas culturas, que pode ser visto como um processo ocorrido devido ao tempo que a personagem está inserida no “Novo Mundo” e sua adaptação a essa nova realidade. Já afastada da metrópole portuguesa e exposta a outros costumes, ela se adapta àquilo que a cerca.

Ribeiro (2014, p. 76-78) também aborda em sua dissertação esse “intercâmbio cultural” (RIBEIRO, 2014, p. 78) entre Oribela e Temericô. Ela se volta a essa aquisição dos hábitos dos nativos por parte da protagonista, que “ao adaptar-se à nova realidade, Oribela assume os comportamentos dos nativos como naturais e aceitáveis [...]” (RIBEIRO, 2014, p. 77). De acordo com a pesquisadora, os

³⁵ Implica, em primeira instância, numa “parcial desculturacao” que pode chegar a diversos níveis e afetar variadas áreas, tanto da cultura como do fazer literário, ainda que acarretando sempre em perda de componentes considerados obsoletos. Em segunda instância, implica em incorporações procedentes da cultura externa e, em terceira instância, num esforço de recomposição, administrando os elementos sobreviventes da cultura originária e aqueles que vêm de fora.

elementos adquiridos por essa personagem do romance servem para mostrar “a relevância da participação feminina no processo de hibridação cultural europeia com as dos nativos e afrodescendentes para a constituição de um cenário pluricultural latino-americano.” (RIBEIRO, 2014, p. 78).

Enquanto a mulher branca desenvolve hábitos indígenas e encontra suporte nesses costumes para viver na colônia, a serva Temericô realiza o processo inverso e adquire os hábitos dos seus colonizadores para que também possa continuar sobrevivendo na atual circunstância de sua existência. Depreendemos que a mudança de Oribela é opcional, mas a de Temericô é necessária. A atitude dessa nativa pode ser percebida pelos relatos de Oribela ao afirmar que ela “era compendiosa na forma da linguagem, copiosa no orar e lhe faltavam umas letras, dizia Pancico o nome de Francisco de Albuquerque, [...]. Cruz, era curusu, selvagem era sarauaia, sapato era sapatú, cabra era cabará.” (MIRANDA, 1996, p. 120).

Segundo Ribeiro (2014, p. 74), a essa nativa cabe o “estereótipo de mulher obediente e resignada [...], uma vez que serve aos seus donos com fidelidade e sem qualquer oposição.” Temericô é o oposto de Oribela e acata a imposição da cultura portuguesa sem objeções porque reconhece que não há para onde fugir. Encontramos atitudes de comportamento diferenciadas em ambas as personagens, pois uma delas aceita a imposição enquanto a outra age contra o modelo de comportamento instituído.

Tal fato pode ser exemplificado pelo seguinte excerto: “e um dia ela disse, *pe-î-é tenhê pe-îabap-a*, que era, Fugiste à toa, sem necessidade. Que nunca se podia fugir de nada que estava dentro de nós, doinha Oibeinha [...]” (MIRANDA, 1996, p. 127). A nativa expressa uma reflexão que a mulher branca europeia insistia em não ter: o reconhecimento de que se livrar da imposição portuguesa era impossível, era algo já instituído com relação à mulher. Para Marques (2016, p. 122) é a nativa Temericô “quem consegue penetrar nos meandros de seus pensamentos e lhe revelar o que para ela permanecia oculto [...]”.

Acerca da presença da mulher indígena na colonização brasileira, Gilberto Freyre ([1933] 2006, p. 162), afirma que “temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se”, mas também como aquela que introduziu elementos culturais de grande valia e que ainda continuam em uso. O autor aponta que seus legados foram vários, como remédios caseiros, alguns hábitos relacionados ao desenvolvimento

infantil e, também, utensílios da cozinha. Ademais, ele adiciona outras heranças que enriqueceram a vida dos brasileiros:

Ela nos deu ainda a rede em que se embalaria o sono ou a volúpia do brasileiro; o óleo de coco para o cabelo das mulheres; [...]. Da cunhã é que nos veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós. (FREYRE, 2006, p. 163).

Além dos hábitos adquiridos, a protagonista também encontra, na figura da nativa, um apoio que não recebe por parte de outra mulher, como a mãe, já falecida e, muito menos, da sogra. Há uma relação de cumplicidade e de confiança entre a senhora branca e a escrava nativa, pois, de acordo com Oribela:

Vinha sempre ela ter a mim com o prato de comida, no mais colhia figos que assava na fogueira e trazia frutas, mel e me tratava os cabelos untando com óleo de cocos-bravos [...]. E me vestia, trançava os cabelos, abanava. Cantava cantigas, tocava um pífano de graveto, contava de sua povoação, onde amava os pais e os irmãos, de quem mais nada sabia [...]. (MIRANDA, 1996, p. 119).

É por meio dos atos de cuidado da serva para com ela que a protagonista enxerga, na aquisição desses novos hábitos e de sua amizade com Temericô, sua fonte de alegria e suporte, mesmo que isso fosse contra a sua formação ideológica inicial.³⁶ Começa a haver um abandono de concepções pré-estabelecidas por parte de Oribela. Inclusive, há um aumento no uso de seus vocábulos indígenas, desenvolvidos com o passar do tempo de sua estadia no “Novo Mundo”, quando ela está ao lado da personagem nativa Temericô. Ocorre então, além de uma transculturação de hábitos, uma transculturação de linguagem tanto pela protagonista do romance como pela serva Temericô. Ambas adaptam-se ao vocabulário da língua na qual se encontram expostas.

Durante o período que passam juntas, Oribela cita alguns dos termos indígenas que aprendeu com sua serva, expostos ao longo do capítulo “O Desmundo”. Para Marques (2016, p. 187) também é nessa parte que a relação das

³⁶ Marques (2016, p. 55-57), em sua tese, também aborda essa questão da relação de amizade entre as personagens Temericô e Oribela, contudo ela analisa isso pelo prisma da sororidade, da solidariedade feminina, com base nos estudos de Thomas Bonnici (2007).

duas personagens é aprofundada e é nesse “momento em que a língua indígena se faz mais presente.”

Segundo Carlos Alberto Faraco (2009, p. 57), uma “multidão de vozes sociais caracteriza o que tecnicamente se tem designado de heteroglossia [...]”. Trata-se de uma interação de diferentes níveis de linguagem entre essas duas personagens e que denota a existência de diversas vozes e de camadas sociais distintas na tessitura do romance. Por exemplo, “Muitas mais coisas ensinou a natural, de sua fala, *kûarasy sem’ïanondê, Xe mo-mbak-im*, que dizia, Antes do nascer do sol ele me acordou e *xer-ausu’-poir-eym-i*, que dizia, Não deixou de me amar [...]” (MIRANDA, 1996, p. 127).

Esse entrelaçamento de linguagem entre a mulher branca e a nativa chama atenção para o fato de que a hibridação vai tomando seu espaço e um dos ideais de pureza requeridos pelo discurso colonizador – uma só língua – não consegue mais prevalecer. Tais aspectos de hibridação cultural, não mencionados em tratados históricos, revelam a importância das ressignificações do passado pela ficção: a ampliação do olhar sobre a construção identitária brasileira.

Na continuidade dos episódios da narrativa, após a primeira tentativa de fuga e o desenvolvimento da amizade entre Temericô e Oribela, quando o forte de Francisco é atacado por nativos, a protagonista encontra outra chance para fugir do esposo e tentar retornar a Portugal. Nessa segunda tentativa de fuga, a protagonista é encontrada, delirando, por uma personagem retratada como mouro, o Ximeno Dias, e levada para sua casa.

Conforme Marques (2016, p. 50), “é interessante recordarmos a origem hebraica do nome Ximeno, ‘Simeão’, que está relacionada com o verbo ‘ouvir’, e que significa ‘o que escutou a Deus’”. Enquanto Oribela permanece na casa do mouro, ela lhe faz várias perguntas, que ele responde sem problema algum. Isso diferencia-o do marido que, logo após o casamento, instituiu à esposa o momento de falar: “Cala tua boca. Se queres trocar palavras comigo, diz no escuro do ouvido e da chegada.” (MIRANDA, 1996, p. 82).

À medida que Oribela se envolve numa relação amorosa com a personagem Ximeno há, também, nela outra mudança de valores. Enquanto o marido impunha sua força física e suas ordens sobre a esposa, com Ximeno ela tem uma relação mais livre e baseada em não imposições, o que faz com que ela se apaixone pelo mouro de “cabelos cobreados.” (MIRANDA, 1996, p. 163).

As caravelas mencionadas na narrativa também denotam as mudanças que ocorrem em sua vida. A primeira foi a caravela Senhora Inês, que a trouxe de Portugal para a colônia brasileira, e a segunda, uma “caravela de dois mastros [...] com todas as velinhas” (MIRANDA, 1996, p. 177), foi um presente daquele que lhe mostrou o significado do amor, Ximeno, e que a ajudou sem pedir nada em troca, como ela discorre: “nunca me ajudara ninguém em minha vida [...]” (MIRANDA, 1996, p. 169).

A primeira dessas embarcações indica ter ocorrido um deslocamento geográfico em sua vida. Já a segunda, evidencia uma desmistificação de sua ignorância em relação aos mouros, pois a protagonista percebe que aquele ser que tinha uma imagem difundida como um homem “endemoniado” e com “chifres” a respeita mais que o próprio esposo. Ele é quem lhe possibilita aprendizados sobre o mundo.

A personagem Oribela exterioriza essa ideia da seguinte forma: “Tudo faria por mim em minha suavidade mulheril. Muito provou o Ximeno sua fala, tendo a mim naquela alcova sem nenhum destrato ou requerimento, uma tão boa apuração que me fazia um vazio no peito quando não estava ele perto.” (MIRANDA, 1996, p. 175). A transformação de Oribela se faz visível, pois, se do marido, um homem católico, colonizador branco e considerado perfeito pelos ideais europeus, ela quer fugir, do mouro, um modelo considerado errôneo, ela deseja permanecer próxima.

No romance *Desmundo*, o mouro Ximeno é apresentado de forma diferenciada dos modelos estereotipados que a historiografia dissemina³⁷. A imagem difundida de um homem muçulmano com pele mais escura, cabelos pretos e de atitude mais bruta e ríspida não cabe à personagem descrita pela protagonista que o apresenta como um homem sábio, justo, paciente e que não lhe impõe, forçadamente, seus costumes, deixando-lhe ser dona de seu próprio raciocínio. Isso se evidencia nos seguintes trechos: “Não tendes medo de mim, que vos mal não

³⁷ Baseado nos estudos de Ana Silvia Scott (2010, p. 198-248), os árabes já haviam tomado a península ibérica em 715 e permaneceram no território até 1492, quando a última área de possessão moura foi retomada pelos cristãos. A esse processo de recuperação de território por parte dos cristãos deu-se o nome de Reconquista, que havia sido iniciado a partir do século XI. Conforme essa autora, a presença árabe esteve bastante presente em Portugal e isso inclui a arquitetura e a música. A partir do século XIV, Scott (2010, p. 246) afirma que “a península ibérica mergulhou num período de intolerância religiosa, marcado por perseguições e violências.” Os judeus, por exemplo, embora desenvolvessem atividades importantes para a comunidade, como a medicina e o comércio, foram forçados a converterem-se ao cristianismo ou a deixar o país. A partir da exposição destas informações, ressaltamos que não identificamos na narrativa *Desmundo* se o mouro Ximeno Dias era oriundo de Portugal ou de qualquer outra localidade.

farei” (MIRANDA, 1996, p. 163), e em “por que não metera ele cordas em minhas mãos e pés e atara à cama? Podia alevantar, abrir a janela, a porta, descer a escada [...]” (MIRANDA, 1996, p. 169).

Embora na grande maioria dos momentos da narrativa, a personagem Oribela se refira a Ximeno Dias como mouro, em outro, ela relata que ele tem origem cristã. Segundo seu próprio discurso: “Podia alguém se fiar no maronita? A Velha nada sabia dele e disse eu que era batizado, levava o nome cristão de seu padrinho [...]” (MIRANDA, 1996, p. 184). A forma como a narradora apresenta o mouro nesse momento nos leva a acreditar que ele também é uma personagem transculturada porque não conseguimos identificar nele uma origem única, mas que ele se mostra um ser com mesclas físicas e culturais, como, o cabelo acobreado, o batismo e o nome cristão.

A crença da protagonista de que o mouro era um homem atroz é, totalmente, desfeita na relação sexual entre os dois quando Oribela julga ter visto entre os cabelos dele os chifres, mas reconhece que se desfaz de tal concepção preconceituosa, como pode ser observado: “[...] de maneira que estando ele sobre mim vi entre seus cabelos os chifres, endureci a seus suspiros e me desfiz do encantamento.” (MIRANDA, 1996, p. 179). Ela reconhece então que sua presença lhe faz mais bem que mal.

A relação do mouro com Oribela mostra que existem homens de caráter diferenciado em *Desmundo*. Ximeno é diferente da personagem Francisco, que está configurada de acordo como um homem do século XVI: detentor do poder e da palavra, que instituía suas leis e regras sobre a esposa, e que enfatizava a estrutura patriarcal.

Após o casamento, já na sequência das ações narradas, podemos descobrir que a figura exaltada desse colonizador retratado, o Francisco, também não passava de um marginalizado³⁸, já que ele “fora seis vezes preso, doze vezes ferido, duas cativo e duas vendido, nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, China, na pestana do mundo, que tudo pode a natureza humana se ajudada por Deus” (MIRANDA, 1996, p. 129) e havia matado cerca de oitenta mouros.

Dessa forma, no discurso fictício, a edificação da colônia foi feita não por figuras masculinas nobres, mas por aquelas que foram deixadas à margem da

³⁸ A pesquisadora Marques (2016, p. 106) também observou que a personagem retratada como colonizador, Francisco, era “um ser marginalizado pelo desterro.”

sociedade dominante. Embora a imagem da personagem Francisco seja a de alguém inferiorizado, no “Novo Mundo” seu *status* era de superioridade, enquanto o de sua esposa era inferiorizado. Mesmo sendo um local de nova colonização, mantinha-se a ideologia europeia, difundindo-se a submissão da mulher frente ao homem.

A respeito dessa superioridade masculina, o discurso romanesco coloca em evidência o ato de o marido achar-se proprietário da esposa. Segundo a fala da personagem Francisco: “Porque a vida por sua injustiça te fez minha noiva, neste princípio de tua mocidade, em que agora por matrimônio te hei de **senhorear** até a morte [...]” (MIRANDA, 1996, p. 84, grifos nossos). Ao usar o termo destacado em negrito, ele informa que será seu dono até o fim de seus dias, cabendo a ela não questionar tal fato já que sua condição inferior proporcionou isso.

Outro momento, no qual é exposta, dentro da obra, a superioridade patriarcal de Francisco é quando a protagonista, Oribela, informa a maneira como foi tratada pelo marido quando ele a trouxe de volta pra casa, após sua primeira tentativa de fuga com o intuito de regressar a Portugal:

Partiu Francisco de Albuquerque em seu cavalo, sem tornar atrás os olhos para ver se eu me arrastava ou caminhava, pela estrada, trilhas, lonjuras, espinhos, cascalhos, pedras, sementes, gravetos, estrume, sem paradas para um repouso, sem nunca em esse tempo me dar de comer coisa alguma, nem água, os pés cada vez mais em suas gritas e sangue brotando deles, por todas as léguas entre a cidade e o fortim, horas que pareceram cem anos de inferno, sem respeito por minha pena, sem ouvido por minhas súplicas, bem afrontada e chorando minhas desventuras. Que não era veado a ser caçado e arrastado nas trilhas, não era aqueles gatos jaspeados, bicho nem natural nem mulher pública, devia ele o respeito do matrimônio [...]. Fazia ele que não escutava, os gritos retiniam pela serra, eu arrastada. Em casa amarrou com a corda me prendendo aos pés do catre [...]. (MIRANDA, 1996, p. 113).

Nesse trecho do romance, vemos a descrição da forma brutal e animalesca com que esse homem, descrito como um colonizador, tratou sua esposa. A ideia de proteção que as jovens órfãs portuguesas teriam na colônia desaparece e a protagonista é maltratada pelo marido como se fosse uma mulher sem mérito algum. Dessa forma, a narrativa mostra que a personagem narradora, sem liberdade alguma, era obrigada a se submeter às ordens do marido e aos seus desígnios.

Contudo, como ela desobedeceu àquele a quem deveria respeitar, é castigada porque o marido tem o direito de fazer o que bem desejar com sua esposa, segundo a ideologia da época, como o bispo havia instituído durante o casamento: “Os esposos têm poder sobre as esposas e suas filhas [...]” (MIRANDA, 1996, p. 73).

Baseado nessa atitude da personagem retratada como colonizador, Araújo (2011, p. 45-46), explica que “o fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade.” Sobre essa forma de comportamento, desde o princípio acreditava-se que a mulher deveria ser submissa ao homem e a Igreja foi uma das instituições que mais reforçou essa concepção de misoginia.

Quando a protagonista estabelece uma relação amorosa com o mouro, ela quebra o estereótipo de mulher submissa e, ao gerar uma criança fora do casamento, aquele filho legítimo, branco e de raça pura tem seu espaço ocupado por um “bastardo”, como eram considerados aqueles nascidos fora do casamento que não fossem abençoados pela Igreja Católica.

O discurso ideológico, difundido ao longo da narrativa híbrida, mostra que a metrópole colonizadora portuguesa não desejava haver mistura de raças na terra a ser conquistada porque acreditava que essa miscigenação levaria os colonizadores à desobediência, passando a viver de forma mais livre e desregrada junto aos nativos, conforme a segunda epígrafe do romance demonstrou; e tampouco com aqueles que não tinham a mesma religião, como a personagem vivenciada pelo mouro Ximeno Dias. Consequentemente, o filho de Oribela não serve como exemplo almejado de pureza da nação porque ele carrega consigo uma mistura de sangue e religião.

Por meio dos diferentes discursos incutidos na obra, como, por exemplo, o do colonizador – vivenciado pela personagem Francisco de Albuquerque – que instaura um discurso de ordem e submissão para a mulher, o da Velha – que ratifica o discurso de submissão da mulher proferido pela Igreja Católica, versão medieval difundida no início do século XVI – e o próprio discurso de Oribela – que questiona seu papel e a forma como é obrigada a viver no “Mundo Mundo” – identificamos *Desmundo* como uma obra polifônica. Conforme a definição de Samoyault (2008), a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin, um romance polifônico, “representa e faz atuar

uma multiplicidade de vozes” (SAMOYAULT, 2008, p.18), que se encontram num mesmo espaço de representação.

A polifonia percebida na obra de Miranda, como um dos aspectos da construção discursiva romanesca da produção mais atual do gênero híbrido, também está contemplada nas características apontadas por Fleck (2017, p. 111) como inerentes à modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, sendo ela absorvida das escritas das modalidades críticas de expressão do romance histórico.

De acordo com Bakhtin (2010, p. 39), “a polifonia pressupõe uma multiplicidade de vozes plenivalentes nos limites de uma obra”, e acrescenta:

O romance polifônico é inteiramente dialógico. Há relações dialógicas entre todos os elementos da estrutura romanesca, ou seja, eles estão em oposição como contraponto. As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância. (BAKHTIN, 2010, p. 47).

Assim, sobre a forma como os contextos dos enunciados se fazem presentes, Faraco (2009, p. 69) afirma que eles “não estão apenas justapostos, como se alheios uns aos outros, mas encontram-se num estado de tensão constante, ou de interação e conflitos ininterruptos.” A partir dessa ideia de relações dialógicas dentro de um romance, constatamos que os discursos das personagens Francisco, da Velha, do mouro Ximeno e da órfã Oribela apresentam outros posicionamentos.

Apesar de estarem inseridas num mesmo período histórico, o da colonização, e também representacional – o romance – cada uma dessas figuras desempenha papéis diferentes e discursos que apresentam prismas díspares que se confrontam. Francisco almeja a submissão da mulher dentro do casamento, a Velha reitera o discurso da Igreja sobre a submissão, o mouro possibilita a desmistificação das crenças impostas sobre Oribela e Ihe mostra a possibilidade da liberdade de expressão e a própria protagonista, ao tornar-se questionadora da ideologia cristã que Ihe foi imposta, caminha rumo à transformação.

No romance, a consequência da relação amorosa da protagonista com o mouro Ximeno cai sobre ela como um castigo. Isso pode ser observado quando exemplificamos a diferença de *status* entre o homem e a mulher na constituição da

colônia brasileira dentro do romance: a personagem Francisco teve inúmeros filhos com as nativas, como a protagonista mesmo relata: “E tantos mais menininhos de sangue misturado, tudo aquilo queria dizer filho e mais filho, que Francisco de Albuquerque era de apetite bravo nas mulheres.” (MIRANDA, 1996 p. 133). Porém, sua condição masculina faz com que ele não sofra punição alguma pelo mesmo ato que leva a narradora a ser castigada: uma criança com uma personagem que vai contra o modelo instituído e valorizado pelos detentores do poder, um mouro transculturado, é inadmissível.

Assim, reafirma-se cada vez mais a superioridade patriarcal ao longo da narrativa enquanto que a mulher é vista como um modelo de pecado, uma “qualquer” que traiu seu companheiro e abandonou seus laços de segurança, que eram ofertados pela representação do esposo.

A repreensão sobre o ato transgressor não recaía sobre os homens, mas sobre as mulheres e isso sempre foi lembrado e reafirmado desde o mito do Éden, quando Eva cedeu à serpente, conforme explica Araújo (2011). Heinrich Krämer e Jakob Sprenger (*apud* ARAÚJO, 2011, p. 46) apontam que “houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem.” Assim, as mulheres eram vistas como “animais imperfeitos.” Segundo esse autor, isso ocorria porque se acreditava que as mulheres se impressionavam de forma mais fácil, estavam voltadas a receberem influências malignas de espíritos e, ainda, tinham uma língua traiçoeira.

Araújo (2011) afirma, da mesma forma, que “os desvios da norma, porém, não eram tão incomuns numa sociedade colonial que se formava e muitas vezes improvisava seus próprios caminhos muito longe do rei.” (ARAÚJO, 2011, p. 53). Tal característica pode ser reconhecida nos passos da protagonista do romance, Oribela, que se distanciou do modelo esperado e, ao invés de encontrar sua realização no casamento e cuidado dos filhos, deixou de “ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados” (ARAÚJO, 2011, p. 51), buscando realizar o seu desejo de regressar a sua terra natal a qualquer custo.

A narrativa híbrida de Ana Miranda (1996) mostra a ideia de que, na sociedade do século XVI, “a mulher podia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante.” (ARAÚJO, 2011, p. 73). Dessa forma, o romance vai

estabelecendo críticas contundentes, profundas e significativas sobre a situação da mulher no período da colônia.

Ao longo da narrativa, a protagonista também retrata a história da órfã Bernardinha que, ao deslocar-se para a colônia brasileira, uniu-se em matrimônio a um homem que não respeitava as leis da Igreja e usufruiu da posição de “dono” da esposa, vendendo-a como um objeto aos outros homens retratados como colonizadores portugueses. Conforme comenta a narradora: “O perro do esposo dela fazia servir sua mulher por dinheiro, que se fez uma espera na frente da vivenda e dela se ouviam gritos, deles os risos, uns davam por isso uma moeda, outros um pedaço de uma qualquer coisa [...]” (MIRANDA, 1996, p. 151).

Esse trecho denota que a personagem era forçada a suportar as agressões físicas por parte daqueles que agiam como figuras célebres, os colonizadores. A condição de órfã exaltada é relegada a nada e a realidade se fazia muito mais pesada do que se imaginava desde o outro lado do Atlântico.

Tais possibilidades a historiografia, em seu discurso tradicional, exaltador dos méritos masculinos de bravura e coragem, não deixou registrado em nenhuma carta ao rei. Contudo, a imaginação ficcional pode ser um meio de fazer o leitor conceber, também, essa possibilidade de recepção para as “órfãs da rainha” tão cobiçadas e almejadas na colônia.

Conforme a crença daquela época, dona Bernardinha seria recompensada na vida eterna, ao lado do Criador, mas, enquanto vivesse na terra, teria que suportar os maus tratos. No entanto, essa órfã retratada, motivada pelo desespero, resolve dar fim ao próprio sofrimento, matando o marido com mais de cem punhaladas. O castigo que lhe foi imposto é o isolamento: “A dona Bernardinha puseram numa gaiola no terreiro, a pele marcada pelas pedras lançadas, de apedrejamentos que lhes fizeram uns pouco apiedados, no malentender de suas desventuras, não fosse uma cristã.” (MIRANDA, 1996, p. 177).

O fato de essa personagem ter enfrentado o marido confere às outras personagens masculinas o direito de castigá-la da forma como julgam certo, esquecendo-se do princípio cristão de respeitar o próximo. Já que o marido não estava mais ali para vingar-se, as outras personagens que agiam como colonizadores tomam as dores de sua honra e dão à mulher o castigo descrito na *Bíblia*. Marques (2016, p. 122) acredita que, ao matar o esposo, dona Bernardinha desobedece às regras sociais do matrimônio, mas se liberta do seu martírio.

De acordo com Ronaldo Vainfas (2011, p. 115), “as mulheres brancas, em pequeno número no acanhado litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todo-poderosos senhores de engenho, depois aos maridos.” Embora as “órfãs da rainha” não vivessem em sujeição aos pais, viviam sob a pressão e mandos da Igreja Católica, mas, ao residirem na colônia, passam para o domínio do marido e seguem na sujeição à igreja.

As figuras fictícias de Oribela e Dona Bernardinha servem como exemplos, no romance, pois suas representações remetem à subordinação ao esposo e aos dogmas religiosos, até que essa corrente se rompa e ambas as personagens conseguem libertar-se da opressão, embora carreguem as consequências de seus atos.

Ao comparar o ato posto em prática por parte da personagem dona Bernardinha, de matar o marido, com os atos do colonizador Francisco de Albuquerque, averiguamos que as personagens femininas foram consideradas inferiores às masculinas no romance *Desmundo*, pois havia diferentes formas de punição. Ele mata dois marujos por tentarem abusarem sexualmente da sua esposa na primeira tentativa de fuga, colocando fogo nesses corpos. Ele, da mesma forma, assassina a mãe, dona Branca de Albuquerque, a facadas, numa discussão raivosa em que a matriarca acusava a esposa do filho de ser uma puta e de tê-lo traído. Tal episódio é contado pela narradora da seguinte forma:

Foi ele ao quarto da mãe e se passou um longo espaço de vozes dele e gemidos dela. [...] ouviram gritos de dona Branca para que a socorressem, [...] e no meio do quarto, com uma faca de cintura, de punhal, o filho acutilava a mãe no peito e tantas vezes o fez até que ela se quedasse sem mover no chão com a morte na face e ele, com todo sangue da mãe em suas roupas correu porta afora e na chuva à luz dos raios e dos trovões, em joelhos, gritou. Piedade, piedade. E era tal a visão daquele sofrimento que me certifiquei para sempre de estarmos no inferno. (MIRANDA, 1996, p. 198).

Enquanto que dona Bernardinha foi enjaulada e apedrejada, e não teve direito à defesa, Francisco não sofreu punição alguma por ter matado os dois homens e a própria mãe. A representação desse conquistador se mostra superior, pois “ele mesmo foi buscar o padre, ele mesmo cavou a sepultura, ele mesmo cobriu de terra e pôs uma pedra com o nome da mãe talhado, feito fidalga [...]” (MIRANDA, 1996, p. 200) para fazer o sepultamento da mãe.

Detectamos, pela sequência narrativa, que não ocorre julgamento algum sobre essa personagem masculina e seus atos, algo totalmente diferente do que ocorre com a personagem feminina, dona Bernardinha. Dessa forma, inferimos que os castigos impostos às mulheres da narrativa eram mais cruéis e não havia a opção de explicar os motivos que as levavam a cometer certos atos “reprováveis”.

Se para a protagonista narradora, reprimida pelos mandos da sociedade monárquica portuguesa cristã do século XVI, a tentativa de se desvencilhar dessa repressão patriarcal é difícil, a ficcionista da obra – que está inserida no século XX – consegue demonstrar, na ressignificação ficcional do período no qual as órfãs estavam inseridas, que existia uma medida de julgar bastante diferente aplicada aos homens e às mulheres naquela época. Assim como o faz Marques (2016, p. 163),

[...] acreditamos que a romancista consegue aliar o discurso feminista à prática pós-moderna, ao reler o lugar-comum do pensamento patriarcal colonial, da terra desconhecida a ser explorada pelo colonizador como correlato do corpo da mulher explorado na sociedade colonial, por outro viés e assim superá-lo. Essa desigualdade nas relações entre os sexos é problematizada quando temos a voz feminina como exploradora de si mesma.

Fica claro, na diegese romanescas, que escancara-se a misoginia – um discurso de ódio, desprezo e aversão para com as personagens femininas marginalizadas. Mostra-se, então, ao longo dessa narrativa, uma visão feminista do romance com o intuito de revelar as dificuldades enfrentadas por essas “órfãs da rainha”.

Outro momento vivenciado pela protagonista e que continua a revelar sua mudança de atitudes é quando ela conspira contra o marido, difamando sua imagem para a personagem retratada como mouro, o Ximeno Dias. A narradora da obra não teme as consequências de seu ato, o que mostra ter se libertado ainda mais das concepções impostas pelo discurso subordinador. Assim, falou a personagem:

[...] não podia retornar à casa de Francisco de Albuquerque, nunca mais até o fim de minha vida, em joelhos supliquei, me ia ele matar. Meu esposo muito me maltrata, põe em tormento, açoite, manteiga quente nos pés, vive tentado do Demo, mal pode dormir de tanto sofrer as malignidades de sua alma. (MIRANDA, 1996, p. 166).

Os seus relatos demonstram que ela abandona todos aqueles conselhos dados pela Velha no início da narrativa. Com seu comportamento desesperado para poder regressar a Portugal, ela difama e menospreza o cônjuge – fato também observado por Marques (2016, p. 120) em sua tese –, dizendo que ele tem uma relação com o demônio, o que o faria ser visto pela Igreja como um pecador.

Nesse processo de exposição da sua consciência atualizada sobre a imagem idealizada do marido que protege e oferece segurança – elaborada pelo poder colonial e pela Igreja, imagem com a qual a personagem vem à colônia – vemos que a vivência do casamento é capaz de desconstruir tal concepção. Nesse processo, a narrativa evidencia o *Desmundo* para a protagonista.

Após passar por momentos de reconhecimento de culturas diferentes e experimentar mudanças no que concerne às suas concepções pré-estabelecidas, a protagonista, Oribela, consegue romper “definitivamente com o passado e o patriarcado, através do fogo da purificação.” (GÄRTNER, 2006, p. 79). Isso ocorre quando ela manda atear fogo³⁹ na casa de seu marido, Francisco, conforme relatou no seguinte trecho:

Por minha ordem se ateou fogo à casa com as coisas dentro, queria eu nada do que me deram ali, [...] vestida eu estava com a pobre roupa de órfã que viera pelo mar, a coifinha lavrada, a almofadinha de seda e o dedal, o coxim, o rosário, fiquei só com a caravelinha. [...] Quis eu ver o incêndio até a derradeira chama, custou pouco a se desfazer a casa e todas suas fortalezas viraram um monte de brasas, coisas retorcidas, nada que se pudesse conhecer por nome, só de cinza, no que queria eu dizer pra mim, **devia esquecer tudo no meu passado**, ardendo o fogo na madeira ardia também em minha alma, onde se agasalhavam as renemбранças. (MIRANDA, 1996, p. 209, grifos nossos).

Há, então, uma intenção da personagem de esquecer tudo de seu passado e, a partir desse momento, compreendemos que ela deseja recomeçar uma nova vida, pois ela assume que deixa de ser aquela órfã submissa e ingênua que embarcou numa caravela rumo ao que imaginava ser seu processo natural de ascensão social.

A narrativa *Desmundo*, embora faça uso do evento histórico do envio de órfãs portuguesas, como é realçado pelo o discurso de Oribela quando chega à casa do marido – “trazia esposa, filha da rainha” (MIRANDA, 1996, p. 95) – transforma suas

³⁹ Essa passagem do texto de Ana Miranda também é analisada por Ribeiro (2014, p. 73) e Marques (2016, p. 49, 53, 123).

histórias. A visão ofertada pela historiografia tradicional – sobre a vinda e o casamento das “órfãs da rainha”, alegando que elas eram jovens, virgens, católicas, cujas famílias serviram ao governo de Portugal, que residiam em casas de recolhimento, sob a vigilância da Igreja Católica, e cujos maridos receberiam um dote além-mar e um cargo elevado – é reinventada e ressignificada pela ficção.

Dessa forma, ao elaborarmos uma comparação entre a chegada da protagonista ao Brasil, a vivência com o marido, a relação com o mouro e a amizade com Temericô, depreendemos que Ana Miranda faz uma releitura crítica desse período do passado colonial brasileiro e das histórias das jovens enviadas além-mar, retratadas no romance como as “órfãs da rainha”. A ficcionista deixa de seguir os modelos edificadores quando não exalta mais o processo de colonização e revela outro ângulo da história das órfãs. Entretanto, ela mantém a construção da verossimilhança em relação à historiografia, o que passa ao leitor um efeito de “possível”.

Essa releitura crítica da ficção, que emprega recursos de construção discursiva moderados (sem apelos ao grotesco, ao caricato, aos anacronismos exacerbados, aos multiperspectivismos, à carnavalização altamente desconstrutiva) ao longo do relato, acerca de um tema glorificado pela historiografia também vem a ser uma das características do romance histórico contemporâneo de mediação.

Dentro desse processo de se conhecer e reconhecer a realidade que a cerca, a protagonista, Oribela, ao adaptar-se à cultura de outro povo, também critica a maneira como a cultura europeia se impunha sobre os habitantes nativos daquela terra. Acerca dessas imposições, Martín Lienhard (2008, p. 130) assegura que “*en la América española y portuguesa, el poder colonial/esclavista buscó imponer, desde el siglo XVI, sus propios valores y pautas ideológico-culturales.*”⁴⁰ Ainda que essa manipulação fosse comum durante os processos de desbravamentos, essa situação só é reconhecida pela personagem Oribela quando ela sai do mosteiro e vive em terras não portuguesas, conhecendo a contradição entre o discurso e a realidade da colonização.

Para essa órfã representada no romance, o fato de existirem vários locais disseminando “a palavra” de Deus para os habitantes na colônia, era uma manifestação dessa imposição europeia. Isso pode ser reconhecido em sua fala:

⁴⁰ Na América espanhola e portuguesa, o poder colonial/esclavista buscou impor, desde o século XVI, seus próprios valores e padrões ideológicos-culturais.

“Tocaram os sinos de uma igreja, que havia outra e mais outra, capelas, ermidas, oratórios nas ruas quando se cruzavam, fosse aquele um pedido a Deus, vem, pai nosso, morar neste país.” (MIRANDA, 1996, p. 37).

Contudo, ela se pergunta: “Como poderia Deus ouvir e amar as bestas más, os ladrões, os matadores e as serpentes de tentação?” (MIRANDA, 1996, p. 37). A protagonista do romance se dá conta que a colônia estava repleta de um povo marginalizado e compreende que, tanto ela quanto as outras órfãs, foram enganadas, pois trocaram uma metrópole organizada como Portugal, na época, por um lugar que seria estabelecido por marginais e desterrados.

Além disso, há o fato de não terem sido agraciadas com homens bons, mas com “uns fideputas desdentados, trolocutores surdos, furtamelões, bêbados” (MIRANDA, 1996, p. 21), que em nada se assemelhavam aos maridos “decentes”, oriundos da elite portuguesa, prometidos pela monarquia.

Essa terra, a ser desbravada pelos portugueses foi, algumas vezes, chamada como “país” pela autora da obra que, ao longo da narrativa, fez uso do termo para referir-se ao local para onde foram enviadas as órfãs, ou ao qual elas, após um tempo, estavam inseridas, como pode ser visto em: “Distante era este **país** [...]”. (MIRANDA, 1996, p. 48); “Disse querer ir embora deste **país** [...]”. (MIRANDA, 1996, p. 152); e “[...] que o meu filho tinha os cabelos vermelhos do mouro, disse se falava em todo o **país**.” (MIRANDA, 1996, p. 204). A etimologia de tal palavra indica que o termo vem do francês, “*pays*”, e este vem do latim, “*pagenesis*” (HOUAISS, 2001, p. 2105). Também indica ser um “território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria” (HOUAISS, 2001, p. 2105), e “conjunto de habitantes de uma nação.” (HOUAISS, 2001, p. 2105).

Acerca do termo “país”, faz-se necessário uma breve explicação sobre quando passou a ser usado no Brasil. Segundo o historiador e cientista político Boris Fausto (1995, p. 134), no dia “7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil”. Embora fosse independente de Portugal, mantinha-se a monarquia como forma de governo em atividade e o “novo país teria no trono um rei português.” (FAUSTO, 1995, p. 134). O autor explica que, em agosto de 1825, o Brasil concordou em pagar dois milhões de libras pela perda que Portugal teve da sua colônia e que também ficava proibida sua união com qualquer outra colônia. Isso serviu como uma forma de reconhecimento pela independência.

De acordo com Fausto (1995, p. 147), “a Independência impunha a tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade.” Ele relata que a primeira constituição foi tornada pública em 25 de março, do ano de 1824, e vigorou até o fim do Império, que, como ele mesmo mencionou, “a passagem do Império para a República foi quase um passeio.” (FAUSTO, 1995, p. 245).

No entanto, “a partir da década de 1870, começaram a surgir uma série de sintomas de crise do Segundo Reinado. Dentre eles, o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja.” (FAUSTO, 1995, p. 217). Além disso, Fausto (1995, p. 217) menciona que “o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio”, e as transformações socioeconômicas que surgiram deram então origem a outros grupos sociais bem como a recepção de novas ideias. A partir desses fatores e já livre da pressão monárquica, a proclamação da República⁴¹ possibilitou que o Brasil fosse considerado país.

O uso do termo “país”, empregado pela ficcionista ao longo da narrativa, mostra a existência de um recurso escritural denominado anacronismo, que trata da “inversão da ordem do tempo” (MOISÉS, 1974, p. 22) e também “diz-se das falhas resultantes de localizar pessoas, situações acontecimento, cenas, objetos, etc., fora do tempo em que existiram.” (MOISÉS, 1974, p. 22). Segundo Moisés (1974, p. 22), “o anacronismo tende a ocorrer em teatro e prosa de ficção de caráter histórico, e constituiu via de regra pormenor irrelevante, que não compromete a estrutura e o sentido das obras.” O autor afirma que tal recurso pode ter uma função especial, mas que nesse caso, mostra-se então como um item que foi usado de forma intencional.

A região destacada pela narrativa *Desmundo* não era independente de Portugal, nem um local habitado por uma coletividade própria e nem uma nação,

⁴¹ É importante destacar que entre a Independência e a Proclamação da República existiu a “Carta Política do Império do Brasil”, que, segundo o ministro mais antigo na atual formação da Suprema Corte, Celso de Mello, “foi o documento constitucional de maior longevidade na história constitucional do País, vigeu durante 65 anos, entre 25 de março de 1824 e 15 de novembro de 1889. Foi, portanto, o documento constitucional mais estável. Esse foi um documento constitucional de grande importância porque exprimiu, naquele particular momento histórico, um instante de afirmação soberana do Estado brasileiro”. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=97174>>. Acesso em: 10 jul.2017.

mas uma colônia em seu início de desbravamento, por isso, era impossível ser chamada de país no século XVI.

Sobre a origem do nome “desmundo”, Gärtner (2006, p. 97) faz uma análise de que quando a personagem Oribela menciona a nova terra, ela prima pelo uso do prefixo de negação “des” e que algumas dessas negações encontram-se definidas no dicionário, mas outras não são. Algumas palavras referidas por Gärtner (2006, p. 97) são: “despejado lugar” (MIRANDA, 1996, p. 16), “terras desabafadas” (MIRANDA, 1996, p. 26), “desrumo” (MIRANDA, 1996, p. 105), “desmundo” (MIRANDA, 1996, p. 138) e “desmoveu” (MIRANDA, 1996, p. 151). A pesquisadora aponta que

[...] esse recurso confere à linguagem um matiz arcaico e ao mesmo tempo popular, resultado da contínua evolução histórica de uma língua viva. Mas, o uso do prefixo de negação também remete à negação e à desconstrução dos valores patriarcais possíveis nesse mundo anti-feminino. (GÄRTNER, 2006, p. 97).

Desmundo é uma obra que dá ênfase ao processo de narração e, por isso, utiliza uma linguagem mais arcaica. Além das palavras, previamente, expostas por Gärtner (2006) também exemplificamos numa das falas da protagonista, como, “Deus, graças, fazes a mim, tua pequena Oribela, a mais **vossa mercê** em idade inocente [...]” (MIRANDA, 1996, p. 11, grifo nosso.) O termo “vossa mercê” não é mais utilizado na linguagem atual.

Essa linguagem arcaica utilizada pela romancista para escrever a obra tem o propósito de criar verossimilhança para a narrativa em detrimento do uso de uma linguagem mais moderna, como é muito comum nos romances históricos contemporâneos de mediação. Assim, a autora faz com que sua personagem esteja mais próxima do período de colonização e também das “órfãs da rainha”. Tal característica também encontra-se presente na modalidade de romance histórico contemporâneo de mediação.

O desfecho da narrativa é marcado pelo abandono de Oribela pela personagem que representa o marido. Após o nascimento do filho de Oribela, Francisco comprova que a criança se parece com outro homem e, baseado pela cor vermelha dos cabelos, ele julga ser do mouro. Quando a protagonista reconhece o abandono, “Francisco de Albuquerque partira levando meu filho e seu saco de coisas, a santa do oratório, vacas, vaqueiros, armas, o mesmo que dizer, não iam

tornar tão cedo. Não iam tornar nunca mais [...]” (MIRANDA, 1996, p. 209), ela busca proteção com o mouro, mas, ao chegar em sua casa, percebe que tudo estava desorganizado, como se houvesse tido uma briga e ele não estivesse mais presente.

Francisco partiu na embarcação “que levava o bispo Sardinha” (MIRANDA, 1996, p. 210), como foi já observado por Gärtner (2006, p. 79), num diálogo com a história, sabemos que a caravela não alcançou Portugal e que o bispo Sardinha foi devorado por índios caetés, no litoral do Brasil, em 1556. Dessa maneira, se Francisco quis impor o castigo à esposa abandonando-a no “desmundo”, ele também permaneceu soterrado nesse mesmo “desmundo”.

A protagonista, já angustiada por sentir-se desamparada, implora: “Por medo da fome, da orfandade, do abandono, quis que tornasse Francisco de Albuquerque.” (MIRANDA, 1996, p. 212). Esse ato desesperado indica que ela volta a se tornar uma marginalizada pela historiografia. Embora os homens da vila sentissem pena, nada podiam fazer por aquela órfã.

Assim, em seus delírios, ela pensa ver aquele que poderia lhe ajudar e retirá-la daquela situação: “Todo o meu mundo esvaneceu, estava eu endoidando, dormindo, sonhando? Ouvi o choro de meu filho, virei e na porta, atravessando pelos raios derradeiros do sol, os cabelos em fogo puro, estava o Ximeno com uma trouxa de criança no colo.” (MIRANDA, 1996, p. 213).

Se Oribela, realmente, reencontrou o mouro é difícil de comprovar. Ao nosso ver, é uma interpretação aberta que fica a critério de cada leitor imaginar o fim dessa personagem. O possível reencontro com o mouro indica que todos seus atos de luta tiveram resultados positivos, se não, o “desmundo” impôs a ela o castigo merecido, como a uma mulher do século XVI que vai contra a Igreja e o marido.

O ponto de vista da personagem protagonista e narradora, Oribela de Mendo Curvo, ajuda a reconstruir a imagem daquelas moças representadas como “órfãs da rainha” que deixaram Portugal para enfrentar uma jornada marítima insegura e se casar com homens desconhecidos em terras ultramarinas de possessão portuguesa.

Em *Desmundo*, a narração da personagem protagonista vai de encontro àquilo que a historiografia anunciou por séculos, uma soberania total do prisma masculino, e mostra haver um enfrentamento entre as visões literárias e históricas.

A forma como a ficcionista Ana Miranda resgata essa participação das “órfãs da rainha”, durante o início da colonização brasileira, consegue (re)ler as adversidades desse processo de inserção da mulher branca europeia no “Novo

Mundo”. Com isso, deixa-se de priorizar a história vista de cima, amplamente difundida pela historiografia tradicional, para se apresentar a história vista de baixo, a partir de um prisma que foi marginalizado, mas valorizado pela ficção contemporânea.

No prosseguimento deste estudo, apresentamos a saga das “filhas do rei”, jovens francesas que deixaram sua terra natal para se aventurarem na Nova França, o atual Canadá. Explicamos, também nessa etapa, de forma breve – com base em estudos históricos – quem eram essas jovens, suas origens, como e porque foram a uma terra que estava sendo desbravada. Evidenciamos, ainda, suas principais tarefas que eram, à semelhança das “órfãs da rainha”, as de se casar com colonizadores e gerar muitos filhos desses, para que a metrópole assegurasse o local já conquistado para seus domínios.

3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE *BRIDE OF NEW FRANCE* (2013) – MULHERES FUNDADORAS DE UMA NAÇÃO

No início da colonização da Nova França, o atual Canadá, segundo James Douglas (1912, p. 1), “*the early French colonists were unaccompanied by their wives, but had no prejudice against allying themselves with Indian women.*”⁴² O historiador (1912, p. 2) também afirma que “*while of course the church was averse to illegitimate relations of the sexes, authorities, both ecclesiastical and civil, in the early days of French colonization, encouraged by advice, the marriage of Frenchmen with Indian squaws.*”⁴³ (DOUGLAS, 1912, p. 1-2).

Ainda assim, conforme Douglas (1912, p. 2) relata, “*marriages between French and Indians, with the blessing of the church, were so few that four only are recorded.*”⁴⁴ Nem o incentivo do dote de cento e cinquenta libras ofertado às nativas, como é mencionado por Peter J. Gagné ([2001] 2004, p. 17), para desposar os franceses, foi suficiente para que as uniões oficiais se tornassem mais frequentes.

Com a falta de mulheres brancas no território, a vida dos homens, que imaginavam desbravar aquela terra, era enfadonha, pois eles não tinham uma família que tornasse seus árduos momentos de trabalho mais agradáveis. Gagné (2004, p. 17) faz a ressalva de que isso levava os homens a regressar para a França após o término do contrato de trabalho de três anos. Logo, essa ausência era um problema que precisava ser resolvido e a solução encontrada para colocar fim a essa carência foi a importação de mulheres, como é afirmado pelo autor:

*Between 1634 and 1662, while the colony was governed by the Compagnie des Cent Associés, about 220 filles à marier (marriageable girls) were brought over in the care of the early female founders of Québec: Jeanne Mance, Madame de La Peltrie, Marie de l'Incarnation, and Marguerite Bourgeoys.*⁴⁵ (GAGNÉ, 2004, p. 17).

⁴² Os primeiros colonizadores franceses vieram desacompanhados de suas esposas, mas não tinham preconceito algum em aliar-se às nativas.

⁴³ Enquanto que, é claro, a igreja era contrária às relações ilegítimas entre os sexos, ambas autoridades, eclesiástica e civil, no princípio da colonização francesa, encorajavam por meio de conselhos o casamento de franceses com mulheres indígenas.

⁴⁴ Casamentos entre franceses e nativos, com a benção da Igreja, eram tão raros que apenas quatro foram registrados.

⁴⁵ Entre 1634 e 1662, enquanto a colônia era governada pela Companhia dos Cem Associados, cerca de 220 moças para casar foram trazidas sob os cuidados das primeiras fundadoras de Quebec: Jeanne Mance, Madame de La Peltrie, Marie de l'Incarnation, e Marguerite Bourgeoys.

A questão financeira relacionada ao transporte até a Nova França e sua acomodação, uma vez que estivessem em terra firme, também era uma situação a ser pensada. Sobre isso, Gagné (2004, p. 17) menciona que as “*expenses of these girls had to be paid by a sponsor or cooperative, such as a particular seigneur, a wealthy merchant or a religious institution [...]*.”⁴⁶

Contudo, o autor expressa que era mais fácil ofertar aos homens um novo começo de vida num local a ser desbravado do que conseguir arregimentar moças solteiras para se deslocar até a Nova França. Devido aos gastos desse processo de envio, Gagné (2004) assegura que, enquanto o contrato de três anos dos homens ao menos pagava o transporte, o envio das mulheres não era algo que trazia lucros.

Esse historiador relata que a metrópole francesa decidiu “*encourage and support the immigration of women to the infant colony. In 1663, the King took over direct control of the government of New France and initiated an organized system of recruiting and transporting marriageable women to the colony.*”⁴⁷ (GAGNÉ, 2004, p. 18). Assim, o “*filles à marier*” [moças para casar] foi o primeiro programa que a França colocou em funcionamento para assegurar a permanência dos homens no território ultramarino, mas isso não foi suficiente para que a colônia se tornasse um ambiente mais dinâmico e desenvolvido.

A pesquisadora Marcia A. Zug (2016, p. 33-34) afirma que, uma vez que essa tática de união entre os povos nativos da terra e os franceses pelos laços religiosos não foi bem sucedida, a Igreja abandonou tal método e decidiu colocar seu foco na maneira em como aumentar a ida de mulheres solteiras para a colônia. “*The result was the filles du roi program.*”⁴⁸ (ZUG, 2016, p. 34). Dessa maneira, sobre a época em que o programa esteve em atividade e o número de mulheres enviadas, Zug (2016) aponta que

[...] between 1663 and 1673, nearly eight hundred Frenchwomen immigrated to New France as brides for the male colonists. Known as the filles du roi, or “king’s daughters”, these women were recruited to help solve the colony’s population problem. The colony had spent years hoping to increase immigration, but most French perceived

⁴⁶ As despesas dessas moças tinham que ser pagas por um patrocinador ou de forma colaborativa, como por meio de um senhor específico, um mercador rico ou uma instituição religiosa [...].

⁴⁷ Encorajar e dar suporte à imigração de mulheres para a recém formada colônia. Em 1663, o rei tomou controle direto do governo na Nova França, e iniciou e organizou um sistema de recrutamento e transporte de moças para casar até a colônia.

⁴⁸ O resultado foi o programa “filhas do rei”.

*Canada as remote and dangerous and had no interest in immigrating.*⁴⁹ (ZUG, 2016, p. 30).

O termo “filhas do rei” foi cunhado por Marguerite Bourgeoys e, ao serem nomeadas dessa forma, significava que haveria um subsídio do rei Luís XIV para essas moças, segundo a pesquisadora e ficcionista Aimie K. Runyan (2010, p. 4). Entretanto, a forma e o valor dessa ajuda financeira variavam muito de uma mulher para a outra.

Algumas figuras femininas ilustres, como Marguerite Bourgeoys, que chegou à Nova França em 1653 e fundou a Congregação de Notre Dame em Montreal, e Marie de l'Incarnation, que fundou as Ursulinas de Quebec,

*[...] were the primary hosts of these young women upon their arrival in the New World. Their willingness to welcome these young women into their charge, often at great inconvenience to the sisters, indicates that all involved readily saw the vital importance of this project.*⁵⁰ (RUNYAN, 2010, p. 4-5).

Essas instituições religiosas, tanto a Congregação de Notre Dame, quanto as Ursulinas de Quebec, “*were of primary importance not only in the settlement of the filles du roi, but also in providing comfort and protection for all women in the colony.*”⁵¹ (RUNYAN, 2010, p. 62). Ao estarem sob suas tutelas, as jovens francesas estariam mais seguras e o programa mostrava-se como um plano organizado.

Douglas (1912, p. 15), ao abordar as diferenças da mulher na Nova Inglaterra e na Nova França, enfatizando as figuras religiosas que se destacaram, afirma que Maguerite Borugeoys, conhecida como Irmã Margaret, não era uma freira. Contudo foi uma mulher muito ativa, pois, além de ter fundado a Congregação, também devotou sua vida à educação de crianças em Ville Marie, a atual cidade de Montreal.

Dois homens também foram essenciais nesse empreendimento e são considerados os grandes organizadores do programa “filhas do rei”. São eles: o

⁴⁹ Entre os anos de 1663 e 1673, aproximadamente, oitocentas mulheres francesas imigraram para a Nova França como noivas para os colonizadores. Conhecidas como *filles du roi*, ou as “filhas do rei”, essas mulheres foram recrutadas para ajudar a resolver o problema da população da colônia. A colônia tinha passado anos tentando aumentar a imigração, mas a maioria dos franceses enxergava o Canadá como um lugar remoto e distante e não tinha interesse em imigrar.

⁵⁰ Foram as principais anfitriãs dessas jovens mulheres ao chegarem ao Novo Mundo. A disposição para assumirem essas jovens sob suas responsabilidades, muitas vezes, de forma inconveniente para as Irmãs, indicava que todos aqueles que estavam prontamente envolvidos viram a importância vital deste projeto.

⁵¹ Foram de importância fundamental não só no estabelecimento das “filhas do rei”, mas também por providenciarem conforto e proteção para todas essas mulheres na colônia.

intendente de Quebec, Jean Talon, e o conselheiro e Ministro das Finanças, Jean-Baptiste Colbert. De acordo com Runyan (2010, p. 5), enquanto Colbert era responsável pelo financiamento do transporte e do enxoval, bem como do recrutamento de mulheres na França, Talon garantia a segurança dessas moças com as freiras e famílias distintas na colônia.

O programa tinha como objetivos “*prevent desertions and increase the population of New France.*”⁵² (ZUG, 2016, p. 36). Assim, visto que gerar filhos desses colonizadores era essencial para assegurar a posse do território, algumas características fizeram-se sobressalientes.

Zug (2016, p. 36) menciona que na primeira carta escrita por Talon, o intendente apontou duas características primordiais: estar em idade de procriar e ser muito saudável. Contudo, após a chegada do primeiro recrutamento, mais duas especificidades foram adicionadas: “*Attractiveness was added to the list, and experience performing household chores was also requested.*”⁵³ (ZUG, 2016, p. 36).

Sobre os atributos físicos que se esperava de uma noiva, tanto na França como no Canadá, Runyan (2010, p. 64) menciona que “*white skin and thick, long flowing blonde hair, as well as red lips and cheeks and dark eyebrows were all marks of beauty.*”⁵⁴ Ademais, ela reporta que “*the colonists of the era desired heavier women for the practical reason they would better survive the harsh Canadian winter.*”⁵⁵ (RUNYAN, 2010, p. 64). Embora os colonizadores tivessem suas preferências e cortejassem as “filhas”, a autora declara que o poder de escolha residia em mãos femininas (ZUG, 2016, p. 41).

As mulheres que imigraram para a Nova França são divididas em três categorias: “*the residents of the Salpêtrière charity hospital in Paris, the rural women from the various provinces of France, and the women of the noble classes and the upper bourgeoisie.*”⁵⁶ (RUNYAN, 2010, p. 33).

De acordo com Gagné (2004, p. 626), o Salpêtrière era uma ala do *Hôpital Général de Paris* e, conforme os apontamentos de Runyan (2010, p. 39), “*served as*

⁵² Prevenir deserções e aumentar a população da Nova França.

⁵³ Ser atraente foi adicionado à lista e ter experiência em realizar tarefas domésticas também foi requisitado.

⁵⁴ Pele branca e cabelos loiros, longos, volumosos e soltos, assim como lábios vermelhos, bochechas rosadas e sobrancelhas escuras, eram todas marcas de beleza.

⁵⁵ Os colonizadores da época queriam mulheres mais pesadas pela razão prática de que elas sobreviveriam melhor o difícil inverno canadense.

⁵⁶ As residentes da instituição de caridade Salpêtrière em Paris, as mulheres do campo das várias províncias da França, e as mulheres de classes nobres e da alta burguesia.

*a hospital as well as an orphanage, mental infirmary, and prison*⁵⁷ e foi criado pelo rei Luís XIV, no ano de 1656. Runyan (2010) menciona que nesse local as internas recebiam instrução religiosa e suas vidas não eram muito diferentes comparadas a um convento; a comida também era escassa; e todos ali trabalhavam para ajudar no custo da moradia.

Segundo essa pesquisadora (2010, p. 39-50), o Salpêtrière não era uma instituição de livre acesso, onde havia passe livre. Na verdade, muitas de suas residentes viviam como prisioneiras, de forma bastante modesta, e eram forçadas a viver num racionamento de comida, tanto de quantidade como de qualidade. Assim, baseado na condição de vida dessas jovens, é possível que *“many women would have gladly accepted the uncertain prospects of a harsh life in Canada over the assured misery they endured in France.”*⁵⁸ (RUNYAN, 2010, p. 37).

Ela também assegura que *“while others might have scoffed at the idea of leaving France for the unknown life in the colony, it afforded the residents of the Salpêtrière the chance to marry, raise children, and run a home, which might not have been possible for these women in France.”*⁵⁹ (RUNYAN, 2010, p. 37).

Acerca das jovens, de origem rural, Runyan (2010, p. 50-53) relata que elas, geralmente, casavam-se com um pretendente de sua região, mas uma vez que as escolhas eram limitadas, isso estabelecia o Canadá como uma opção atrativa para muitas mulheres das pequenas paróquias. O intendente Talon *“believed that women raised in the country would be better prepared for the harsh conditions of frontier life”*⁶⁰ (ZUG, 2016, p. 38), porém, Zug (2016) menciona que essa condição das mulheres virem do campo, não foi tão alcançada, pois a maioria das “filhas do rei” vieram de bases urbanas.

Já as moças que vieram da nobreza ou alta burguesia, encaixavam-se em duas categorias, segundo o estudo de Runyan (2010, p. 54-55). A primeira delas referia-se às famílias nobres com fortuna, as, então, chamadas de *grande robe*. A segunda tratava ser daqueles que ganharam nobreza por meio de serviços militares ou comércio, os *petite robe*. Os estudos dessa pesquisadora apontam que é

⁵⁷ Serviu como um hospital, assim como um orfanato, um manicômio e uma prisão.

⁵⁸ Muitas mulheres teriam aceitado, alegremente, as perspectivas incertas de uma vida difícil no Canadá em relação à miséria assegurada que enfrentavam na França.

⁵⁹ Enquanto outros podem ter zombado da ideia de deixar a França por uma vida desconhecida na colônia, isso propiciou às residentes do Salpêtrière a chance de casar, criar filhos, e administrar uma casa, o que não teria sido possível para essas mulheres na França.

⁶⁰ Acreditou que as mulheres criadas no campo estariam melhores preparadas para as árduas condições de vida na fronteira.

improvável que muitas “filhas do rei” tenham vindo dos *grande robe*, mas as poucas que originaram dessa classe, provavelmente, vieram de famílias grandes onde a filha mais nova não teria condição de ter um dote de qualidade. Dessa forma, Runyan (2010, p. 55-56) afirma que, ao se casarem com um oficial ou um cidadão de Quebec, elas teriam a opção de usufruir de uma família mais nobre. Para as moças do *petite robe*, isso era visto como uma forma de ascensão.

Acerca da viagem para a Nova França, Runyan (2010) elucida que o tempo da jornada marítima era de dois meses e que era até mesmo difícil para aqueles que tinham mais experiência em travessias marítimas. De acordo com a autora, “*when weather was poor, the passengers found themselves trapped in the hold with the smells of livestock, waste, and seasickness. Even at best, sanitation was poor, and disease ran deadly course on the ships.*”⁶¹ (RUNYAN, 2010, p. 57). Tal citação mostra que a viagem era difícil para todos, independente de seu *status* ou tarefa a ser desempenhada na colônia.

O rei Luís XIV, além de financiar o transporte para a Nova França, também ofertava um enxoval para suas “filhas” que, segundo Lanctôt (1952, p. 103, *apud* Runyan, 2010, p. 26), além de roupas continha os seguintes itens: “*1 case, 1 wimple, 1 taffeta handkerchief, ribbon, 100 needles, 1 hairbrush, white thread, 1 pair of stockings, 1 pair of gloves, 1 pair of scissors, 2 knives, 1000 pins, 1 bonnet, 4 laces, and two pounds sterling.*”⁶² Conforme Runyan (2010, p. 26), “*these items gave each young woman the basic tools needed to establish herself in the colony with at least a minimal level of personal independence.*”⁶³ Consoante essa autora, embora o enxoval fosse pequeno, para muitas dessas jovens, como as que habitavam o Sapêtrière, seria impossível adquiri-lo por conta própria. Logo, os acessórios ofertados eram recebidos com muito agrado.

Após a viagem, Zug (2016, p. 35) afiança que, assim que as “filhas” desembarcaram na colônia, o intendente Talon recepcionava as jovens francesas e estabelecia-lhes um dote, cuja quantia poderia variar entre cinquenta *livres* – moeda

⁶¹ Quando o tempo era ruim, os passageiros encontravam-se presos num quarto com o cheiro de animais domésticos, resíduos e sentiam-se enjoados. Até na melhor das hipóteses, o saneamento era ruim e as doenças corriam soltas pelos navios.

⁶² Uma caixa, uma touca, um lenço de tafetá, fita, cem agulhas, uma escova de cabelo, linha branca para costura, um par de meias, um par de luvas, um par de tesouras, duas facas, mil alfinetes, um gorro, quatro cordões, e duas libras esterlinas.

⁶³ Esses itens proporcionavam para cada jovem as ferramentas básicas para se estabelecerem na colônia com o mínimo de independência pessoal possível.

da época, a libra francesa –, cem *livres* e chegar até seiscentos *livres*, cuja quantia foi recebida por pelo menos duas mulheres.

Apesar das “filhas do rei” terem viajado para unirem-se a estranhos, Zug (2016, p. 40-41) explica que, no dia do casamento, o marido e a esposa já não eram mais desconhecidos. Essa autora menciona que, quando elas decidiram emigrar, tiveram a chance de não só escolher seus parceiros como, também, recusar qualquer pretendente. Além disso, não eram obrigadas a se casar imediatamente. Mesmo que os colonizadores se encontrassem em grande euforia com a chegada das moças e quisessem se casar rapidamente, elas levavam algum tempo para escolher o marido. Outro fato interessante é que, como

[...] *the filles du roi had the opportunity to get to know their potential husbands, they actually had a greater chance of marrying for love than did most seventeenth-century Frenchwomen. In France, couples had limited opportunities to spend time together before a marriage. [...] In contrast, the filles du roi had so much time to get to know their potential spouse that many actually changed their minds.*⁶⁴ (ZUG, 2016, p. 41).

Sobre o local onde os colonizadores franceses poderiam entrar em contato com as jovens vindas da França, Runyan (2010, p. 59) elucida que foi apenas a partir de 1668, devido ao aumento da vinda das “filhas do rei”, que elas e as freiras, que trabalhavam com Marguerite Bourgeoys, passaram a viver numa fazenda com mais espaço para suas necessidades e que foi comprada com o próprio dinheiro angariado pela madre Bourgeoys. Antes disso, elas viviam num tipo de moradia que se parecia com um estábulo, mais humilde, mas que servia como escola e dormitório para acolher as jovens. O local, chamado de *Maison Saint-Gabriel*, estava sob os cuidados da Irmã Catherine Crolo que, além de administrar aquele espaço, também supervisionava as noivas até o casamento.

Ali, na fazenda, havia “*a community room where the young men of the community could come to meet prospective brides under the watchful eyes of the*

⁶⁴ As “filhas do rei” tinham a oportunidade de conhecer seus potenciais maridos, e elas, na verdade, tinham maiores chances de casar por amor que a maioria das mulheres francesas do século XVII tinha. Na França, os casais tinham oportunidades limitadas de passar tempo juntos antes de um casamento. [...] Por outro lado, as “filhas do rei” tinham mais tempo para conhecer o potencial esposo que muitas, na verdade, mudavam de ideia.

sisters.”⁶⁵ (RUNYAN, 2010, p. 59). Além de ter servido como um abrigo, Runyan (2010, p. 60) informa que a *Maison Saint-Gabriel* foi, igualmente, considerado como uma escola preparatória para as moças que iriam se casar – um local onde elas poderiam aprender algumas técnicas a mais para lidar melhor com suas tarefas domésticas e serem boas donas de casas.

Depreendemos que, embora os homens e a mulheres tivessem uma chance de estarem em contato, não ficavam sozinhos. As “filhas do rei” estavam sempre protegidas e isso evidenciava a ideia de que eram jovens a serem respeitadas, uma vez que iriam gerar a população daquela futura nação.

Os estudos de Zug (2016, p. 42) apontam que, apesar do programa de envio de mulheres francesas ter sido considerado um evento de sucesso, o ministro Colbert reportou ao intendente Talon que, em 1668, havia um grupo de homens na colônia que se recusavam a se casar. Como forma de punição, a autora informa que foi determinado que aqueles que fossem contra as leis estabelecidas pagassem o preço de seus atos, sendo, então, excluídos dos privilégios ofertados pela Coroa Francesa.

A partir daquele momento, “*Talon agreed with Colbert and quickly issued an order stating that male colonists who did not marry after the arrival of the bride ships were forbidden from hunting, trading, or even entering the woods.*”⁶⁶ (ZUG, 2016, p. 42).

Como se o dote não fosse suficiente, o rei passou a incentivar ainda mais o aumento da população. Dessa vez, com incentivos monetários maiores. Zug (2016, p. 43) aponta que, por volta de 1670, a Coroa Francesa motivou a união dos rapazes que se casassem com até vinte anos e as moças, com até dezesseis. Eles receberiam vinte libras francesas como se fosse um “presente do rei”. Além desse encorajamento, de acordo com Zug (2016, p. 43), “*the king also instituted rewards to encourage large families. Specifically, Canadians with ten living children were*

⁶⁵ Um ambiente comunitário onde os jovens rapazes da comunidade poderiam vir conhecer as futuras noivas sob os olhos vigilantes das freiras.

⁶⁶ Talon concordou com Colbert e, rapidamente, decretou uma ordem afirmando que os colonizadores que não casassem após a chegada dos navios de noivas, estariam proibidos de caçar, de negociar e até de adentrar as florestas.

*entitled to a pension of three hundred livres annually, those with twelve living children four hundred.*⁶⁷

Contudo, apesar da vantagem de poder escolher o marido, é necessário lembrar-se de que aquelas que se casavam, “*during the seventeenth century, the husband had sovereign control over his wife, and had the right to correct her behavior as he saw fit.*”⁶⁸ (RUNYAN, 2010, p. 66).

A autora também informa que até as viúvas se casavam rapidamente. Segundo Zug (2016, p. 43), elas teriam que esperar, em média, nove meses para se unirem a outro colonizador, mas, por meio de alguns registros daquela época, sabe-se que quatro viúvas de dez terminavam casando antes do tempo que era estabelecido.

Outro tipo de mulher que teria chance de recomeçar a vida na Nova França seria a prostituta. Zug (2016, p. 43) menciona como exemplo o caso da “filha do rei” chamada Catherine Guichelin, que agiu como uma prostituta por anos e teve vários filhos sem estar casada. Enquanto na França ela seria discriminada e considerada inapta ao matrimônio, na cidade de Quebec, ela seria apenas convidada a deixar o local; e quando ela estivesse cansada da vida desregrada que levava, poderia encontrar um cônjuge sem problema algum, conforme a autora.

Gagné (2004, p. 237), na obra em que apresenta uma visão das setecentas e sessenta e oito “filhas do rei”, traz a informação de que entre as jovens encontrava-se uma brasileira chamada Espérance Durosaire e que foi, posteriormente, batizada em Portugal. Ele também informa que acredita-se que a jovem foi adotada por uma família francesa, o que justifica sua presença entre as outras “filhas”. Segundo o autor, ela veio para a Nova França no ano de 1668 e foi identificada com traços mouros. Na exposição de Gagné (2004), Espérance se casou no dia 09 de outubro de 1668 com Simon Longueville, ambos eram analfabetos e regressaram à França pouco tempo depois do casamento.

Por fim, Zug (2016) menciona que as moças francesas que fizeram parte do programa de envio denominado “filhas do rei” “*immigrated voluntarily and were enticed and protected, and this is what made the program successful for both the*

⁶⁷ O rei também instituiu prêmios para encorajar famílias grandes. Especificamente, canadenses com dez crianças vivas tinham o direito de uma pensão de trezentas libras anualmente e aquelas com doze crianças vivas receberiam quatrocentas libras.

⁶⁸ Durante o século XVII, o marido tinha controle absoluto sobre sua esposa e tinha o direito de corrigir seu comportamento conforme ele achasse necessário.

women and the colony.”⁶⁹ (ZUG, 2016, p. 46). Segundo Runyan (2010, p. 34), “sending these women, while costly, proved an efficient way of providing wives to the colonists and, in some cases, reducing the burden of women who were dependent on the state.”⁷⁰

No próximo subcapítulo apresentamos um breve resumo da obra da canadense Suzanne Desrochers (2013). Destacamos, desse modo, os principais acontecimentos renarrativizados ou imaginados na produção romanesca e, em seguida, prosseguimos com uma análise do romance.

Nessa ação de leitura crítica, evidenciamos qual é a forma adotada na obra de Desrochers (2013) para a ressignificação dada aos fatos passados, com ênfase às características estruturais e escriturais da modalidade do gênero híbrido na qual a produção se insere.

3.1 AS FILHAS DO REI EM *BRIDE OF NEW FRANCE* (2013) – A REESCRITA DA HISTÓRIA PELA FICÇÃO

Na obra *Bride of New France* narra-se a infância da personagem protagonista – Laure Beauséjour –, seu processo de adoção, o retorno ao *Salpêtrière Hospital*, a vida como interna no dormitório *Sainte-Claire*, a escrita de uma carta ao rei, o castigo de ser enviada às florestas geladas canadenses, a difícil viagem marítima, a chegada em Quebec e à ida até Ville-Marie, a morte de Madeleine Fabrecque, a relação de amizade entre as personagens Deskaheh e Laure, o casamento com Mathurin, a vida de casada, o árduo inverno no qual a protagonista passa fome e frio, a relação da jovem francesa com o nativo Deskaheh, a gravidez, o nascimento da filha Luce, a morte do marido, a entrega da criança ao pai biológico e a tentativa de recomeçar a vida em busca de outro esposo, um colonizador branco e francês.

Na construção do romance se apresentam tanto personagens fictícias – Mathurin, Laure, Mireille, Madame Tardif, Madame Rouillard, etc. – como as de extração histórica – o intendente da colônia Jean Talon, o ministro Jean-Bapstiste Colbert, o rei Luís XIV, a enfermeira Jeanne Mance, Mére Bourgeoys, Marie de

⁶⁹ Imigraram de maneira voluntária, foram desejadas e protegidas, e isso fez com que o programa tivesse sucesso tanto para a mulher como para a colônia.

⁷⁰ O envio dessas mulheres, embora tenha sido dispendioso, provou ser uma forma eficiente de providenciar mulheres aos colonizadores e, em alguns casos, reduziu o fardo de mulheres que eram dependentes do estado.

l'Incarnation, Madame Crolo, a santa Maria do Egito, etc. – ao longo dos eventos ocorridos.

São essas personagens históricas, postas lado a lado com as puramente ficcionais, que tornam possível uma releitura do processo de colonização canadense e do programa de envio de mulheres para se casar com colonizadores que trabalhavam para alicerçar a nação, dando ressignificação a esses eventos desde a perspectiva literária.

Com relação à estrutura da obra, logo no início do romance, temos uma epígrafe do cantor, compositor e poeta canadense Leonard Cohen, que foi extraída do seu livro de poemas chamado *Let us Compare Mythologies*, publicado em 1956. O excerto é o seguinte: “*But what shall I tell you of migrations when in this empty sky the precise ghosts of departed summer birds still trace old signs.*”⁷¹ (DESROCHERS, 2013, s/p). Conforme Samoyault (2008, p. 64), a epígrafe de um texto “é geralmente constituída de uma citação, seguida da referência a seu autor e/ou ao texto do qual ela saiu.” Assim, segundo a autora, ela deixa então seu lugar fixo para ofertar outra possibilidade de leitura em outro local.

Por meio do trecho da epígrafe, Desrochers (2013) deseja chamar a atenção para uma situação que deixou marcas ao longo do tempo. Essas pistas nos remetem às migrações que, embora já tenham ocorrido há anos anteriores, ainda resta algo que precisa ser evidenciado ou, talvez, algo que tenha sido ocultado e que, agora, precisa vir à tona. Com base nisso, voltamo-nos para o tema da vinda das “filhas do rei” à colônia, cujas existências foram desterritorializadas, mas que deixaram sinais desse processo ao longo do tempo.

Logo após a epígrafe, encontramos o prólogo da obra, que “consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede.” (GENETTE, 2009, p. 145). Na narrativa, essa escrita vem antecedendo o texto principal e tem a função de informar o leitor sobre alguma parte da história. Dentro dele, encontramos o trecho em que o pai da menina Laure canta para a sua filha “*Un campagnard bon ménager, trouvant que son cheval faisait trop de dépense, entreprit, quelle extravagance! De l'instruire à ne point manger.*”⁷² (DESROCHERS, 2013, p. VII).

⁷¹ Mas o que devo lhes falar sobre migrações quando, neste céu vazio, os fantasmas exatos dos pássaros que partiram no verão ainda seguem o rastro de velhos sinais.

⁷² Um bom proprietário de terra, ao descobrir que seu cavalo dava muito prejuízo, tentou – que extravagância! – ensinar o animal a não comer.

Tal trecho, em francês, remete às quatro primeiras linhas do poema *Le bom Ménager*, do poeta Bernard de La Monnoye, na obra *Oeuvres choisies* (1770). Assim, nessa parte, identificamos o recurso da intertextualidade no fragmento mencionado, uma “multiplicidade dos textos” amalgamados (SAMOYAULT, 2008, p. 43). De acordo com Samoyault (2008, p. 42), “a intertextualidade busca mais, hoje, mostrar fenômenos de rede, de correspondência, de conexão, e fazer dele um dos principais mecanismos da comunicação literária.”

Além da epígrafe e do prólogo, a divisão da obra está composta de quatro partes, onde podemos encontrar um total de vinte e três capítulos. A narração em *Bride of New France*, sobre a vinda das “filhas do rei” e dos acontecimentos por elas presenciados, ocorre por conta de um narrador heterodiegético, pois não assume papel de personagem dentro da narrativa. Sua voz consegue fazer uma denúncia, ao estar distanciado daquela realidade, e traz à tona o ponto de vista de pessoas descentralizadas e ex-cêntricas, aquelas vistas de baixo, de acordo com os estudos de Sharpe (1992).

Esse narrador expõe o prisma das “filhas do rei”, uma vez que elas não puderam apresentar seus pontos de vista nos registros oficiais durante a colonização, e age como se seu posicionamento fosse relacionado às vozes excluídas do discurso oficial. Assim, o narrador aborda o passado sob um ângulo diferente do historiográfico, com o intuito de promover a desmistificação dos grandes heróis desse processo.

A obra deixa de priorizar a exaltação da construção da nação e de grandes homens venerados, detentores da palavra e do poder, expostos tanto pelo discurso historiográfico como nos romances clássicos e tradicionais, para se centralizar em figuras outrora relegadas às margens, porém tidas como peças centrais nas ressignificações do passado, produzidas a partir dos romances históricos contemporâneos de mediação, segundo defende Fleck (2017, p. 109-111) ao apontar as características diferenciadoras dessa modalidade do gênero romance histórico.

Assim, essa característica de revelar um foco narrativo ex-cêntrico – apontado por Fleck (2017, p. 110) como marca significativa dessa modalidade híbrida de escrita romanesca – faz-se presente na narrativa em estudo. Desse modo, evidencia-se, entre outras peculiaridades, a qualidade de romance histórico contemporâneo de mediação à obra de Suzanne Desrochers, opondo-se, assim, às

premissas dos romances históricos clássicos e tradicionais, por apresentar uma releitura crítica do passado recriado pela ficção.

A maneira como essa prosa encontra-se organizada – uma sequência lógica de ações sem rupturas bruscas na temporalidade – denota outra característica do romance histórico contemporâneo de mediação, detectado por Fleck (2017, p. 110), e que está exposta na narrativa de Desrochers.

O evento histórico recriado nesse romance, a vinda das “filhas do rei” à Nova França, dá-se num processo escritural sem grandes sobreposições temporais, num relato que revela a ocorrência de algumas poucas analepses, identificadas como lembranças ou recordações do passado das personagens. De forma geral, enfatiza-se a vinda, o matrimônio e a adaptação à terra a ser desbravada numa perspectiva que narra as experiências da jovem órfã configurada como Laure.

Conforme Fleck (2017, p.110), essa disposição textual linear ajuda o leitor com menos prática de leitura nesse gênero, o romance histórico, a acompanhar a releitura do passado sem sobressaltos, igual ao que acontece com *Desmundo*. Assim, a leitura torna-se mais aprazível ao leitor, pois consegue acompanhar todo o desenlace dos episódios da narrativa com certa facilidade. Tal característica, oriunda das modalidades clássicas e tradicionais, é reutilizada nessa modalidade atual do romance histórico contemporâneo de mediação, estudada por Fleck (2007, 2011, 2017).

Embora o foco central dos relatos contidos na obra recaia sobre as vivências da protagonista, outras experiências das “filhas do rei” retratadas, como Mireille Langlois e Madeleine Febrecque, são também de grande importância, pois suas imagens fazem-se sempre presentes ao longo da história.

A personagem Mireille, puramente ficcional, se casaria com um oficial chamado Frédéric, contudo vem a falecer da doença de escorbuto, o que denota a má alimentação das residentes do dormitório. Sua morte ocorre logo no início da narrativa o que impede que ela embarque para o Canadá. Esse fato propicia a possibilidade de outra “filha” ir em seu lugar. Madeleine Fabrecque⁷³, personagem de extração histórica, é convencida pela protagonista a embarcar na aventura para o

⁷³ Madeleine Fabrecque, segundo a autora, é “a young woman who died, seemingly of exhaustion, shortly after reaching New France.” (DESROCHERS, 2013, p. 292) – uma jovem que faleceu, aparentemente, de exaustão, logo após chegar à Nova França. A autora informa que foi a partir de breves anotações biográficas nos registros sobre Madeleine que surgiu sua inspiração para a protagonista, uma personagem ficcional.

“Novo Mundo”, mas falece após sua chegada em terras canadenses. São as aventuras dessas três personagens, ora mais ora menos, que dão forma à narrativa *Bride of New France*.

A personagem principal, Laure Beauséjour, obtém sua primeira impressão a respeito do Canadá quando sai, escondida, do dormitório para visitar a amiga de quarto, Mireille, no *Hôtel-Dieu*, o hospital para onde fora levada a menina doente. O discurso de uma das enfermeiras é assustador tanto sobre o local quanto sobre o destino das jovens retratadas como as “filhas do rei”: “*Canada? Well, it’s just as well she died, then. [...] Terrible. Just because we don’t know what to do with them here doesn’t mean they deserve to be sent over there to freeze in the forest.*”⁷⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 32, grifos nossos).

A imagem de um local extremamente frio é retratada para essa personagem quando a enfermeira relata “*to freeze in the forest*” [congelar na floresta]; e também evidencia-se o fato de que a terra, ao estar sendo desbravada, ainda não tem uma estrutura de cidade e de moradia, o que implica haver um não estabelecimento de organização. Tudo nesse local parece ser improvisado. Ademais, a personagem se dá conta de que as moças enviadas para se casar no Canadá são um fardo para o estado francês, que, por não saber o que fazer com esse excedente da população francesa, despacha as jovens para o outro lado do continente como uma forma de solucionar seu problema.

O período no qual a diegese romanesca está ancorado é ao redor do ano de 1669, época na qual a protagonista da obra escreve uma carta ao rei Luís XIV, queixando-se da sua condição de vida, e estende-se por, aproximadamente, dois anos, período no qual consideramos o tempo esperado pela protagonista para se casar, o primeiro ano de seu matrimônio, mais sua gravidez, que são as ações relatadas no romance.

De acordo com a historiografia, no ano de 1669, o programa francês que enviava mulheres para se casar era chamado de “*Filles du Roi*”. Contudo, embora a autora de *Bride of New France* mantenha as características desse programa, os locais de seleção de mulheres e os assentamentos aos quais eram destinadas as jovens, ela não as chama de “filhas do rei”. O nome que recebem é “*filles à marier*”,

⁷⁴ Canadá? Bem, então é melhor que tenha falecido mesmo. [...] Que horrível. Só porque não sabemos o que fazer com elas aqui não significa que elas mereçam serem enviadas para lá para morrerem congeladas na floresta.

moças para casar. Essa menção às personagens pode ser vista no trecho: “*The filles à marier*⁷⁵ are forbidden by Madame Bourdon to walk beyond a certain point in the low-ceilinged hold, to keep them away from these prisoners and the hardier men also bound for Canada.”⁷⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 89).

Ao mesclarem-se na narrativa ambos os projetos de envio de mulheres pela monarquia francesa para se casarem no Canadá, depreendemos que a autora emprega a figura da anacronia em seu texto. “A inversão da ordem do tempo” (MOISÉS, 1974, p. 22) possibilita que encontremos algumas falhas, como certas situações, cenas ou objetos fora de seu tempo específico. É possível que esse detalhe tenha nascido de uma imprecisão da autora, realçando, assim, uma nuance tênue no texto ou que ela mesma tenha optado pelo uso do termo *filles à marier* para compor sua obra, já que a palavra *filles* pode ser traduzida como filha ou moça. Entretanto, ao longo de nossa análise da narrativa em estudo continuaremos a chamar as personagens femininas que vieram para casar de “filhas do rei” visto que toda a narrativa carrega consigo as características do programa “*Filles du Roi*” que esteve em vigor de 1663 até 1673, conforme Zug (2016).

A protagonista da narrativa, Laure, segundo o relato do narrador, foi arrancada dos braços dos pais, artistas de rua, devido a uma lei outorgada pelo rei da França, em 1659, que desejava não ter mais mendigos pelas ruas do reino. Assim, conforme se relata na sequência da narrativa, a menina Laure Beauséjour foi levada ao *Salpêtrière Hospital* – instituição com inúmeras alas para abrigar os marginalizados, onde passou a residir no *Enfant-Jésus Dormitory* – até o momento em que foi adotada pela personagem Madame d’Aulnay, aos dez anos de idade.

Sob a tutela de Madame d’Aulnay, a jovem menina aprendeu a ler e a escrever, algo mais comum e destinado às personagens masculinas da época. Contudo, quando essa senhora falece, Laure é forçada a regressar ao *Salpêtrière* e viver na ala do *Sainte-Claire Dormitory*. Assim, já aos quatorze anos de idade, ela passa a ter aulas de bordado. Tampouco deseja se casar com alguém, mas mantém o sonho de ser contratada como costureira.

⁷⁵ Na obra *Bride of New France* o trecho, destacado em negrito por nós, aparece evidenciado em itálico pela autora. Contudo, devido às leis da ABNT, que pedem que textos em outra língua sejam destacados em itálico, fizemos uso do recurso em negrito para evidenciar a importância que a autora da obra optou por enfatizar.

⁷⁶ As moças para casar são proibidas, por Madame Bourdon, de andar além de certo ponto no quarto de teto baixo, e isso ocorre porque é necessário mantê-las longe dos prisioneiros e dos homens robustos que também estão direcionados ao Canadá.

O tempo passa e a protagonista, Laure, agora aos dezessete anos, ajudando na contabilidade dos bordados e rendas do dormitório, descobre uma carta do ministro do rei, representado por Jean-Baptiste Colbert, reclamando sobre a qualidade dos bordados das residentes do *Sainte-Claire Dormitory*, ala do *Salpêtrière*. Indignada com essa notícia, e numa tentativa de se justificar e exteriorizar sua raiva sobre o ministro, a jovem decide escrever ao rei, contando sobre as dificuldades pelas quais todas passam, como, por exemplo, a comida que é pouca e racionada, conforme é escrito, “*Our food rations here are insufficient. [...] How can we fulfill our respective duties on so little?*”⁷⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 52). Segundo a jovem relata, isso prejudica a quantidade e a qualidade de seus produtos porque elas não estão bem alimentadas e, dessa forma, inaptas a desenvolverem um bom trabalho.

Além disso, ela também menciona a dificuldade em arranjar um benfeitor com o passar da idade, pois, como relatou: “*I am only seventeen, but already I have learned that the older a woman gets, the fewer choice she has.*”⁷⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 52). Essa carta é levada para fora da instituição com a ajuda da personagem Madame du Clos, uma mulher contratada pelo orfanato para ensinar as jovens meninas a bordar e a fazer laços e rendas.

Contudo, quem a responde é o próprio ministro Colbert e não o rei, mas a resposta é endereçada à Madre Superiora, que fica indignada com a forma de pensar da protagonista e a considera ingrata por toda a ajuda dispensada pela monarquia a ela e às outras meninas. Segundo o ministro retratado:

*The young female residents of the Salpêtrière must understand that the hospital provides an excellent opportunity to receive training. They must know that beyond the doors of the Salpêtrière in the alleys of Paris lies a far worse fate for them.*⁷⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 67).

Se a ideia da carta de Laure ao rei era justificar seus baixos rendimentos de trabalho e buscar uma colocação melhor na sociedade por meio da exaltação das

⁷⁷ Nossas porções de comida são insuficientes aqui. [...] Como podemos realizar nossas respectivas tarefas com tão pouco?

⁷⁸ Tenho apenas dezessete anos de idade, mas já aprendi que quanto mais velha uma mulher fica, menos opções ela tem.

⁷⁹ As jovens residentes do Salpêtrière devem entender que a instituição provê uma excelente oportunidade para que elas recebam formação. Elas devem tomar conhecimento de que além das portas do Salpêtrière, nos becos de Paris, há um destino bem pior para elas.

qualidades, como sua habilidade com rendas e bordados, a monarquia francesa mostra, pela resposta do ministro, que já as ajuda muito e usa como recurso desse grande favor prestado a estadia ofertada pela instituição, que as impedia de perambular pelas ruas de Paris, pelo menos.

Como solução para a requisição da jovem Laure, o ministro menciona o projeto de envio de órfãs e viúvas para se casarem com os colonizadores no Canadá; e que o reino planeja selecionar mais cem mulheres do *Salpêtrière* para deslocá-las até as colônias em desenvolvimento. Assim se traça o futuro da protagonista.

O motivo, segundo o narrador, desse novo envio de moças ao Canadá é o aumento da população que visa usufruir as riquezas da terra. Mesmo que o narrador descreva que sua ida ao Canadá era um castigo, porque “*the word they use to describe her departure is **banishment**.*”⁸⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 71, grifo do autor⁸¹) – o que evidencia seu não regresso à França por um longo tempo ou nunca mais – ela acredita que o Canadá será um local que mudará sua vida, pois “*there are people who call Canada the New World and who have posed their greatest dreams in the direction of that place.*”⁸² (DESROCHERS, 2013, p.72). O “Novo Mundo” se mostra para a protagonista como um lugar repleto de oportunidades onde sua esperança, de ser tornar uma costureira independente, irá concretizar-se. Isso, após cumprir sua obrigação.

Dessa maneira, como castigo por sua insolência, a protagonista é destinada às florestas congelantes canadenses. Por medo de enfrentar esse “Novo Mundo” sozinha, a personagem convence a amiga de quarto, Madeleine, a embarcar com ela nessa aventura. Para a madre superiora, responsável pelo *Sainte-Clarie Dormitory*, Madeleine é uma jovem desperdiçando seus talentos e sua vida. Contudo, é nessa hora que fica claro na narrativa o caráter das moças destinadas ao Canadá, pois “*the purpose of their agreement with the King, after all, was to send the worst possible women from the hospital to Canada. [...] The Superior had called*

⁸⁰ A palavra que eles usam para definir sua partida é desterro.

⁸¹ Devido às normas da ABNT, que requerem a identificação da palavra destacada em itálico pelo autor, utilizamos o destaque em negrito visto que o termo, no idioma escrito, já está em itálico.

⁸² Há pessoas que chamam o Canadá de Novo Mundo e que depositaram seus maiores sonhos na direção daquele lugar.

Madeleine a fool for throwing away her life [...]”⁸³ (DESROCHERS, 2013, p. 81). Esse trecho comprova que, além de terem sido desprezadas, o discurso fictício subverte a versão apresentada pela historiografia tradicional de que as “filhas do rei” teriam partido de forma voluntária em busca de um marido e de uma vida melhor, conforme Zug (2016) mencionou.

Na ficção vemos que, aquelas jovens que tinham má conduta eram as destinadas às florestas canadenses como consequência dos seus péssimos atos e as jovens como Madeleine, que optavam pela viagem por conta própria, arriscavam suas vidas. Isso é uma evidência de que o programa não era tão bom quanto parecia e não consistia da forma como era exposto pela personagem Colbert, interessado, como representante do poder, em revelar apenas os lados bons do projeto.

A protagonista do romance teve seu papel definido ao sair do continente europeu: casar-se com colonizadores franceses e gerar filhos desses. Sua tarefa haveria de ser cumprida, pois as freiras e os padres, além da França institucionalizada, acreditavam que “*getting married and having children is the only way that these men can be kept off the ships returning to France.*”⁸⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 103). Sua presença era sinal de que os homens, com família estabelecida, não regressariam à França e criariam raízes na colônia em desbravamento.

Para essa viagem, são selecionadas cerca de sessenta moças do *Salpêtrière*, mas apenas duas – Laure e Madeleine – são do *Sainte-Claire Dormitory*, local de onde saíam as moças “decentes” para se casar. Outras trinta são do *la Pitié*, ala do *Salpêtrière* que abrigava as moças de conduta duvidosa e que vinham acorrentadas pela cintura como prostitutas. Além dessas, cerca de uma dúzia da região da Normandia, que foram recrutadas por padres nas fazendas mais pobres, também são embarcadas rumo ao “Novo Mundo”.

Durante a viagem, a personagem Madeleine revela à Laure, a protagonista, sua verdadeira história. De maneira geral, é ela quem tenta trazer Laure para a realidade. A jovem tinha uma imensa vontade de se tornar freira, mas vê seu sonho

⁸³ O propósito do acordo das freiras com o rei era, no final das contas, enviar as piores mulheres possíveis do hospital ao Canadá. [...] A madre superiora tinha chamado Madeleine de tola por desperdiçar sua vida [...].

⁸⁴ Casar e ter filhos são a única maneira de assegurar que esses homens fiquem longe dos navios que regressam à França.

descartado ao sucumbir ao desejo da colega de quarto de ir ao Canadá. Contudo, embora tenha concordado em migrar, é durante a viagem que a jovem Madeleine adocece e relata, em uma das poucas anacronias da diegese, parte de sua história em uma analepse: sua mãe era uma prostitua da área portuária e que, infelizmente, quando um de seus clientes, Ti-Jean, descobriu que ela tinha uma filha pequena, estuprou a criança.

Inconformada com a tragédia que tinha ocorrido com a filha e após ter intercedido por meio de orações e escutado a voz de Maria do Egito – a santa das prostitutas –, a mãe deixa a menina num orfanato, alegando que ela sabia fazer bordados e até conseguia ler dos livros de orações. Para que a menina não tivesse a mesma sina que a sua, ela a entregou à instituição e implorou ao padre: “*Father, if you turn us away, this innocent young child will have no choice but to join me in my wretched profession. You cannot possibly allow that to happen.*”⁸⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 109).

O discurso da mãe da personagem Madeleine, desesperada com o destino da filha, evidencia como a Igreja desvalorizava uma mulher que não fosse mais virgem. A impossibilidade de arranjar um bom casamento é descartada quando a menina sofre o abuso sexual. Naquela época, a concepção católica, em relação à virgindade, conferia-lhe “um valor eminente, de ordem moral e espiritual [...]” (KNIBIEHLER, 2016, p. 67). Conforme a autora, “a virgindade é uma graça, uma benção, uma virtude celeste.” (KNIBIEHLER, 2016, p. 68). Aqueles que não tinham conhecimento da relação carnal, que se abstinham desse sentimento, principalmente as mulheres, eram consideradas virtuosas, segundo a autora.

Contudo, esse não era o caso de Madeleine que, além de ser humilde, financeiramente, não tinha mais o grande dote que a agraciaria com um casamento, a pureza corporal. Isso preocupa bastante a menina que está indo rumo ao Canadá, pois ela, baseada numa experiência passada com a vida da mãe, acredita, fortemente, no valor desse costume.

O romance mostra que a travessia, iniciada no mês de maio do ano de 1669, dura, aproximadamente, dois meses. As personagens destinadas ao matrimônio são acompanhadas por uma figura mais velha, a Madame Bourdon, que é vista como uma protetora dessas jovens. Na embarcação também há padres jesuítas rumo ao

⁸⁵ Padre, se você der as costas para nós, essa criança inocente não terá escolha a não ser se juntar a minha miserável profissão. Você não pode deixar isso acontecer.

Canadá. Segundo as regras da embarcação *Saint-Jean Baptiste*, elaboradas pelos homens que a comandam, todas as pessoas que estivessem indo à Nova França pela primeira vez teriam que passar pelo “batismo do marinheiro”.

É nessa travessia que ocorre o batismo da protagonista dentro da embarcação, numa cena em que se pode observar, de forma sutil, a presença da ironia. O ato batismal, normalmente realizado por uma figura religiosa, cede lugar, no relato ficcional, para um ato que ocorre por meio de uma figura fantasiada. É um momento da narrativa em que ocorre uma troca de lugar entre o “sagrado” e o “profano”. Tal momento pode ser visto quando um dos marinheiros diz à protagonista: “*This is a sailor’s baptism. Not many women have the opportunity to be baptized by a sailor.*”⁸⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 118).

Temos, então, um homem considerado simples usurpando o lugar de uma pessoa apontada como de nível superior, um padre, que foi instruído pela Igreja, uma instituição que impunha sua ordem e seus conhecimentos. É esse homem, agora, que deveria merecer o respeito dos cidadãos mais comuns, pois ele transforma sua posição para a de alguém que deveria ser obedecido e reconhecido.

Nesse instante observamos que, apesar das “filhas do rei” estarem sob a proteção de Madame Bourdon e de alguns padres Jesuítas, nada conseguem fazer para colocar freio no “monstro”, cujo nome é Bonhomme Terre-Neuve – aquele que realiza o batismo ironicamente. Batizam-se aqueles que estão vendo o “Novo Mundo” pela primeira vez, de acordo com o discurso ficcional, “*We will now baptize each man, woman, and child who is seeing the New World for the first time.*”⁸⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 120).

Assim como Jesus foi batizado por João, no rio Jordão, conforme está exposto na *Bíblia*, em Mateus, capítulo 3, a ficção mostra que é necessário esse batismo para adentrar o “Novo Mundo”. Contudo, o ato em si é ironizado porque não mostra haver o determinado respeito da prática como ocorre quando realizado pela Igreja. Conforme o narrador relata, “*the bucket is refilled with freezing sea water each time a man is dunked into it, splashing the contents onto the deck.*”⁸⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 121). Derramar a água do batismo mostra haver um

⁸⁶ Este é um batismo do marinheiro. Não são muitas as mulheres que têm a oportunidade de serem batizadas por um marinheiro.

⁸⁷ Nós batizaremos agora cada homem, mulher e criança que está vendo o Novo Mundo pela primeira vez.

⁸⁸ O balde é reabastecido com água gelada do mar cada vez que um homem é mergulhado nele, esparramando seu conteúdo no convés.

enorme descuido com um ato que visa à edificação de uma nova vida, em Cristo. Nesse caso fictício, torna-se visível que os viajantes nascerão para uma vida “desregrada” nas florestas canadenses, onde tudo pode acontecer e nem a proteção divina, exemplificada nesse momento por Madame Bourdon e os padres jesuítas, pode fazer algo a seu favor. Os “monstros” e desregrados passam a ter mais direito sobre os novatos, os cristãos.

Tão logo quando chegam a Quebec, a protagonista percebe que os homens ali presentes “*are desperate to leave the colony. The men are held back from boarding by the ship’s guards, and some fighting ensues.*”⁸⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 127). A tentativa de regressar, forçadamente, prova que a colônia é um ambiente de difícil sobrevivência no qual nem os colonizadores mais intrépidos desejam permanecer, pois fazem de tudo para regressar à civilização já estabelecida na metrópole.

São essas personagens masculinas que maculam a condição exaltada das jovens que se dispunham a desposar colonizadores. O contexto exposto, de estarem extremamente magras, traz à tona a dúvida se elas serão capazes de gerar filhos, pois aparentam não terem saúde para isso. O narrador, então, descreve que “*they pass a group of cheering men, who seem to find it amusing that these thin women have crossed the sea.*”⁹⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 127-128). Posteriormente, outros personagens retratados como colonizadores informam que a fraqueza corporal das mulheres apresentadas como “filhas do rei” será um empecilho a sua boa adaptação e colaboração, pois eles necessitam de mulheres com força física para o trabalho:

*Didn’t they feed you in France? You’re as light as a fox. Won’t make much of a worker over here. And believe me, there’s nothing to do here except work. Cut trees, hunt animals, bake bread. What twenty men used to do in France, one man has to do himself here. [...] What did they send us? These are the weakest ones yet. It’ll take more to revive them than the work they’ll do in a lifetime.*⁹¹ (DESROCHERS, 2013, p. 147).

⁸⁹ Estão desesperados para deixar a colônia. Os homens são segurados pelos guardas do navio e proibidos de embarcar, e uma briga resulta disso.

⁹⁰ Elas passam por um grupo de homens, afoitos, que parecem achar surpreendente que estas mulheres magras cruzaram o mar.

⁹¹ Eles não alimentaram vocês na França? Vocês são leves como uma raposa. Não se tornarão muito trabalhadoras aqui. E acredite em mim, não há nada para fazer aqui senão trabalhar. Cortar árvores, caçar animais, assar pão. O que vinte homens costumavam fazer na França, um homem tem que fazer sozinho aqui. [...] O que eles nos enviaram? Estas são mais fracas ainda. Gastaremos mais tempo para revivê-las que o próprio tempo de trabalho efetivado por elas numa vida inteira.

Ao serem comparadas com o peso das raposas, um animal, que geralmente é visto como um traidor, também revela-se a magreza das moças e, conseqüentemente, também a falta de comida que tiveram durante os dois meses de viagem da França ao Canadá. Embora estivessem protegidas pela Igreja, estavam à mercê das dificuldades que toda embarcação passava, como doenças e falta de alimentos.

Dessa maneira, num processo de comparação das visões das personagens femininas e masculinas, atentamos para o fato de que ambos causaram estranhamento entre si. Se as “filhas do rei” foram consideradas de estrutura corporal inadequada para a concretização de suas atividades, os colonizadores retratados também foram visualizados como aberrações porque o narrador descreve que, a maioria dos homens da colônia, tinha aparência física deteriorada. De acordo com o relato do narrador:

*They are the worst-looking peasants she has ever seen, only they have been bolstered by the fresh air and plentiful food of the New World. The language they speak sounds like the snarl of fighting dogs. She doesn't want to think which of them is meant to be her husband.*⁹² (DESROCHERS, 2013, p. 148).

Com isso, averiguamos que a ficção revela que a construção do Canadá se deu por várias mãos de obra e não apenas por parte dos grandes capitães e governantes como, geralmente, é mencionado pela história oficial, mas, principalmente, por trabalhadores que ofertaram sua juventude e força física para que o território se tornasse uma grande nação.

Logo após a narrativa da chegada, é outra personagem, Madame Rouillard, dona de uma hospedaria e parteira da região, residente há alguns anos em terras canadenses, que explica um pouco mais sobre a realidade da colônia francesa ultramarina às jovens configuradas como “filhas do rei”: Segundo o discurso da personagem:

*This is no monastery, but for tonight we'll do our best **to bring decency to the place**. [...] The people here are **the refuse of the old country** for sure, but each with very different ambitions. Most*

⁹² Eles são os piores camponeses que ela já viu, a diferença é que eles foram fortalecidos com ar fresco e comida abundante no Novo Mundo. A língua que eles falam parece com o rosnado de cachorros brigando. Ela não quer nem pensar qual deles pretende ser seu marido.

*don't want to be here at all, like those men who try to fight their way back onto any ship they can once their three-year contracts are over [...]. So they've gathered you girls out of every poorhouse in Paris, you'll forgive me for saying so, to be married to whatever men they can drag out of these forests. [...] Even the officials don't want to be here. They fulfill their contracts and dream of growing old with a big garden in Paris far from this **rough country**.*⁹³ (DESROCHERS, 2013, p. 130-131).

Se ao chegarem à colônia as “filhas do rei” sentiam-se exaltadas e acreditavam estarem sobre a proteção monárquica e religiosa, as moças logo perceberam que são tratadas de forma inferiorizada, como restos. No romance, ao invés de serem acolhidas pelas instituições religiosas, como prega a historiografia, foram, a princípio, jogadas num local inadequado, uma pousada onde havia homens e bebidas e o contato entre ambos era bastante claro.

Dessa forma, como explicita o narrador, ficava difícil manter a segurança das moças que vieram para se casar. Além disso, enquanto na França acreditavam em seus áureos *status*, na colônia foram relegadas a “lixo”. Segundo o discurso do narrador, como havia muitas jovens, foi difícil acomodá-las num primeiro momento, pois só depois elas foram colocadas numa congregação amparada pela Igreja. Contudo, o Canadá mostrava-se como um local de grande mudança para essas jovens, já que o casamento lhes daria uma casa e uma família.

Se ao deixar seu país de origem a protagonista do romance tem sua visão pré-estabelecida do Canadá, isso é reforçado ao pisar em terra firme: o local não era uma Paris, uma metrópole organizada, mas, sim, um ambiente ainda a ser “desenvolvido” segundo as concepções europeias. A terra, sem grandes usos, deve ser de posse francesa e usada para dar lucros à França, bem como, também, estabelecer ali a religião dominante da metrópole.

A autora da obra, ao usar o termo *rough country* [país rústico] evidencia em seu texto fictício mais um anacronismo, agora de linguagem – igual ao que acontece com a obra *Desmundo* com o termo “país”. Em meados do século XVII, de 1663 a 1673, quando a metrópole francesa despachava mulheres para se casar, a Nova

⁹³ Isso aqui não é um convento, mas por essa noite, tentaremos fazer nosso melhor para trazer decência a esse lugar. [...] As pessoas aqui são o lixo do velho país com certeza, mas cada um com ambições diferentes. A maioria não quer estar aqui de modo algum, como aqueles homens que tentam lutar para entrar em qualquer navio e voltar uma vez que seus contratos de três anos estejam terminados [...]. Então, eles angariaram vocês, moças, de qualquer casa de caridade em Paris, vocês me perdoem por dizer isso, para casar com qualquer homem que eles possam arrastar para fora dessas florestas. [...] Até mesmo os oficiais não querem estar aqui. Eles cumprem seus contratos e sonham em envelhecer num grande jardim em Paris, longe desse país rústico.

França era apenas uma colônia ultramarina, e a França ainda tentava manter sua posse por meio de lutas com os nativos.

De acordo com Olivia B. Waxman (2017), na revista *Time*, na matéria *Why Canada Day Is Not The Same As Canadian Independence Day*, no dia 1 de julho de 1867, surgiu o *British North American Act*, Atos da América do Norte Britânica, que foi um tratado elaborado com a ideia de unir as províncias britânicas de Nova Brunswick, Nova Escócia, Quebec e Ontário, e que formava o Domínio do Canadá.⁹⁴ Conforme Morton (1989, p. 87), em 1867 surgia então “o desafio de constituir uma nação transcontinental.” Segundo o autor, o primeiro-ministro do Domínio foi John Alexander Macdonald e ele era responsável pela organização desse governo. Isso explica que a diégese romanesca, apesar de usar o termo *country* [país] para referir-se ao espaço geográfico ao qual foi destinada a protagonista, ainda não era um país, mas uma colônia em processo de construção e que se tornaria um país apenas anos mais tarde.

Logo após o desembarque das “filhas do rei” em Quebec, detectamos mais um ponto da narrativa no qual podemos encontrar outro recurso intertextual. Um grupo religioso canta para as jovens moças francesas. Trata-se de um hino cristão, o *Te Deum*. O trecho cantado em latim é: “*Te martyrum candidatus laudat exercitus. Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia.*”⁹⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 151). Por meio do canto, a Igreja Católica agradece, imensamente, o fato dessas mulheres se aventurarem numa jornada marítima de grande dificuldade para chegar a outro lugar e desposar homens, casando-se dentro da lei da Igreja. A formação dessa nação canadense ocorrerá pelo “orbe”, um símbolo que tem a função de representar um corpo junto a cruz. Nesse caso, a mulher virgem ao lado da Igreja, podendo gerar filhos puros de raça – jovens francesas e de fé católica.

Ao detectarmos essa estratégia bakhtiniana de escrita, a intertextualidade, percebemos que ela é necessária à modalidade romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2007-2017), que não faz uso de recursos extremamente desconstrucionistas, como as anacronias exacerbadas e o emprego do grotesco e a carnavalização extrema, para reler criticamente o passado.

⁹⁴ Disponível em: <<http://time.com/4828595/canada-day-150-years/>>. Acesso em: 29 ago.2017.

⁹⁵ A ti a legião de mártires, louvam. A ti, pelo orbe terrestre, louva a Santa Igreja. Tradução disponível em: <<http://catolicoorante.com.br/oracao.php?id=113>>. Acesso em: 10 ago.2017.

Uma vez que as “filhas” já estavam no Canadá, era decidido o local para onde seriam despachadas. Algumas moças, as mais saudáveis e de boa aparência, permaneceriam em Quebec. Outras iriam para o assentamento Trois-Rivières e havia ainda um terceiro local de consolidação, Ville-Marie, a atual cidade de Montreal. Era para ali que a protagonista Laure encontrava-se forçada a ir.

Laure, a personagem foco da ficção, quando tem a tarefa de escolher seu marido, entre os homens retratados como colonizadores, tem seu papel reforçado pelo intendente da colônia, que acreditava “*that the newly arrived women would be like biblical helpmates to the colony’s men.*”⁹⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 190).

Gerar filhos bancos e legítimos era necessário e também o desejo do rei Luís XIV, personagem fictício na obra, mas de extração histórica. Além do intendente, as freiras também assumiam a tarefa de incutir na mulher o papel que ela deveria ter no Canadá. Por exemplo, “*Laure was given a prayer book so that when the children come, she can teach them about God.*”⁹⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 197).

O relato fictício deixa claro que não era apenas uma criança que deveria vir ao mundo, mas o maior número possível para “*to please the king and the colony officials who need a large French population to defeat the Iroquois Savages who are still threatening the colony.*”⁹⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 197).

A França acreditava que, com um maior número de população, poderia tomar controle das terras e instaurar seu modo de vida na colônia. Os nativos, residentes daquela região, não eram vistos como donos do território, mas como seres que colocavam o processo de colonização francesa em risco. Eles impediam que os conceitos europeus, julgados melhores e superiores pelos desbravadores, prevalescessem. Quanto mais franceses tivessem presentes nesse território, maiores eram as chances de apropriação.

Laure Beauséjour, a personagem principal da obra, escolhe se casar com a personagem Mathurin e, após a realização do matrimônio, os dois passam a residir em Pointe-aux-Trembles, um assentamento distante de Ville-Marie e bem mais suscetível aos ataques iroqueses, habitantes nativos da região. A vantagem de se poder escolher o marido na versão historiográfica, conforme foi apresentada por Zug

⁹⁶ Que as mulheres recém chegadas seriam como ajudantes bíblicas para os homens da colônia.

⁹⁷ Laure recebeu um livro de orações para que quando as crianças chegassem, ela pudesse ensiná-las sobre Deus.

⁹⁸ Para agradar o rei e os oficiais da colônia que precisavam de uma grande população francesa para derrotar os iroqueses selvagens que ainda estão ameaçando a colônia.

(2016, p. 41), é corroborada pela versão fictícia, fato afirmado pelo narrador após ter sido escolhida pelo programa de envio das “filhas do rei”: “*there are hardly any women there at all, so Laure will have her choice of husbands and will live like a gentlewoman.*”⁹⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 69).

Contudo, o discurso ficcional apresenta, visivelmente, as dificuldades enfrentadas por essas personagens femininas que atravessaram um oceano e que antes não foram reveladas, mas que serão relidas pela ficção, em especial nos acontecimentos narrados após o casamento das personagens.

Mathurin, a personagem escolhida pela protagonista para se tornar seu esposo, era um homem pobre na França que, após ter cumprido seu contrato de três anos de permanência na colônia, havia se tornado um soldado livre. De acordo com o discurso fictício, num primeiro momento, ele era visto com bons olhos pelas freiras porque se mostrava como um colonizador honesto, alguém que já tinha uma cabana completa para receber sua futura esposa e também trabalhava para alavancar o futuro da colônia.

Embora se crie uma imagem benéfica desse desbravador no discurso do romance antes do casamento, após sua união com Laure, essa representação se transforma e essa personagem masculina se mostra como preguiçosa e ausente, estando longe de sua esposa por alguns meses, deixando-a desamparada, como veremos adiante.

A princípio, sua imagem corporal é a de um homem: “*pudgy with small eyes*”¹⁰⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 151), “*his teeth are rotten as his words*”¹⁰¹ (DESROCHERS, 2013, p. 152) e seus “*arms are as thick as his cheeks and neck. He is thirty-two and says that it is his first marriage.*”¹⁰² (DESROCHERS, 2013, p. 188). A ficção também mostra que essa figura masculina era analfabeta, pois, no ato do casamento, ele não escreve o nome: “*Mathurin makes his mark, a jagged cross [...]*”¹⁰³ (DESROCHERS, 2013, p. 191).

Ao mesmo tempo em que temos uma imagem masculina desfavorável, de um homem sujo com uma péssima arcada dentária, notamos que sua aparência é a de um homem robusto, fato que evidencia que a comida parece não ser problema, mas

⁹⁹ Não há quase mulheres lá, então Laure poderá escolher seu marido e viverá como uma dama.

¹⁰⁰ Gorducho com olhos pequenos.

¹⁰¹ Seus dentes são podres como suas palavras.

¹⁰² Braços são tão grossos como suas bochechas e pescoço. Ele tem trinta e dois anos de idade e diz que é seu primeiro casamento.

¹⁰³ Mathurin deixa sua marca, uma cruz atravessada [...].

farta para todos os seus habitantes. Tal característica é evidenciada pelas bochechas e pescoço grosso da personagem.

Além desse homem retratado, a protagonista teve outras escolhas. Um era bem mais velho, conforme foi exposto pelo narrador, “*a fifty-three-year-old widower, a criminal from the King’s galleys, proud that he had been released from his prison sentence in France because he had agreed to come to the colony.*”¹⁰⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 189).

A colônia possibilitava, de acordo com o relato do romance, um recomeço para aqueles que eram considerados criminosos na França, mas que estavam decididos a mudar sua conduta e trabalhar por um novo país. Esse exemplo de pioneiro mostra que nem todos os homens enviados à colônia eram de condição distinta e caráter irrefutável.

Outro pretendente era um rapaz, um *Canadien*, termo em francês usado para descrever aqueles nascidos no Canadá, de dezesseis anos de idade. Todavia, a escolha de Laure foi por aquele que, a princípio, se mostrou mais educado, o colonizador retratado como Mathurin.

A união matrimonial pretendia ser lucrativa para ambas as personagens, tanto ao homem quanto à mulher. Acerca da necessidade da mulher se casar, a francesa Simone de Beauvoir ([1949] 1990) ratifica que “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento” (BEAUVOIR, 1990, p. 165) e que ele “permite à mulher atingir a sua dignidade social integral [...]” (BEAUVOIR, 1990 p. 67).

Tal situação histórica vinha, pois, de longa data. Conforme podemos observar na narrativa, com a efetivação da união matrimonial, a protagonista, Laure, deixa de ser uma órfã desamparada e passa a estar sob os cuidados do esposo, recuperando, assim, sua dignidade feminina perante a sociedade da época.

Segundo os estudos de Beauvoir (1990, p. 290), “o casamento provém de que muito frequentemente os indivíduos nele se juntam em sua fraqueza, não em sua força, cada qual solicitando do outro ao invés de dar.” Sob esse mesmo ponto de vista, averiguamos que tanto a personagem Mathurin como Laure, na análise da obra *Bride of New France*, juntam-se nas suas fraquezas: ele precisa de uma esposa para lhe dar filhos, manter seu pequeno pedaço de terra e sua licença de

¹⁰⁴ Um viúvo, de cinquenta e três anos, um criminoso das galés do rei, orgulhoso de ter sido libertado de sua prisão na França porque tinha concordado em vir para a colônia.

caça e pesca; ela, ao sair do orfanato na França, assume a tarefa de criar uma família.

A vida de casada da protagonista vai se mostrando diferente daquilo que ela esperava do “Novo Mundo”. Ocorre nessa personagem uma transformação de caráter e de percepção de sua crença. Enquanto estava sob o cuidado das freiras, nas residências mantidas pela Igreja Católica na colônia, havia fartura de comida e não se pensava em passar necessidades, conforme observamos: “*There is so much food growing in the garden that nobody notices the absence [...]*.”¹⁰⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 179). Entretanto, a caminho de sua nova casa, ao lado do marido, ela percebe, por sua fala, que muitas dificuldades ainda estão por vir, pois o marido lhe diz de forma escarnekedora: “*It will take us ten years to become self-sufficient [...]*.”¹⁰⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 193).

No ponto de vista de Laure, o Canadá mostrou-se como um lugar mais generoso aos que já tinham uma posição social mais elevada e uma organização de vida melhor preparada do que para os que começavam sua “nova” vida, como os recém-casados que tinham o dever de iniciar o plantio de seus primeiros alimentos e encontrar uma maneira de se sustentarem.

Quando ocorre essa percepção na personagem, ela crê, fielmente, que Mathurin “*has found a wife to make his forest life a little easier.*”¹⁰⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 194). Ademais, a casa que ele dizia estar completa não passa de um cômodo pequeno com algumas coisas dentro e que se mostrava como um lugar deplorável para viver, como foi descrito pelo narrador:

*In one corner, there are several logs, a rude attempt at a dining table and chairs, made of the same wood as the walls. In the other corner is a bed. [...] the room smells of sour leather and rotten meat. Mathurin has hung animal pelts from various hooks on the wall. More are piled on the dirt floor near the door.*¹⁰⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 195-196).

¹⁰⁵ Há tanta comida crescendo no jardim que ninguém nota sua falta [...].

¹⁰⁶ Levaremos dez anos até que nos tornemos autossuficientes [...].

¹⁰⁷ Encontrou uma mulher para deixar sua vida na floresta mais confortável.

¹⁰⁸ Num canto, há vários troncos de madeira, uma tentativa grosseira de uma mesa de jantar e cadeiras, feitas da mesma madeira que as paredes. No outro canto tem uma cama. [...] o quarto cheira a couro azedo e carne podre. Mathurin pendurou peles de animais em vários ganchos na parede. Mais peles estão amontoadas no chão sujo perto da porta.

A protagonista, Laure, enfrenta seu primeiro inverno canadense sozinha. A quantia de neve a deixa assustada: “*Snow has been falling almost every day for weeks. [...] She opens the door and sees that outside the cabin the snow is higher than her waist.*”¹⁰⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 199). O marido, que deveria permanecer ao seu lado, plantando e colhendo os frutos retirados da terra conquistada, deixa a esposa em casa e adentra as florestas geladas, repletas de neve, em busca de peles de animais para negociar com os nativos da região e com os franceses.

Nesse momento, a narrativa traz à tona uma das atividades desenvolvidas por muitos dos pioneiros. Aqueles que se aventuravam pelas florestas em busca de peles de animais eram bastante comuns e recebiam a alcunha de *coureur de bois*, “*term used to identify those who left the mother colony on the Rivière St. Laurent to travel into the interior to explore and also to trade with the Indians, mainly illegally*”¹¹⁰ (SOMMERVILLE, 2012, p. 2), fato histórico que é exposto no próprio romance, segundo o fragmento destacado abaixo:

*It is illegal for the men of Pointe-aux-Trembles to seek out furs, as the officials expect them to stay with their families to build the new settlements. These illegal fur traders, including Mathurin, are called **coureurs de bois**. The authorities mostly leave them alone so long as they stay away from the trapping lines of the **voyageurs**, the fur traders authorized by the King.*¹¹¹ (DESROCHERS, 2013, p. 200, grifos do autor).

Nesse trecho, a autora apresenta um evento verídico – a legalização dos *voyageurs* – exposto pela historiografia, mas que, segundo as informações históricas, foi regulamentado apenas em 1681, pelo ministro Jean-Baptiste Colbert, conforme Eccles e Foster (2016). De acordo com os historiadores mencionados, Colbert criou o *congé system*¹¹², que permitia que vinte e cinco licenças para negociar fossem dadas aos comerciantes. Por meio dessa permissão, os autores

¹⁰⁹ Está nevando quase todo dia há semanas. [...] Ela abre a porta e vê que lá fora da cabana a neve está acima de sua cintura.

¹¹⁰ Termo usado para identificar aqueles que deixaram a colônia mãe no Rio São Lourenço para viajar para o interior e explorar, e, também negociar com os índios, principalmente, de forma ilegal.

¹¹¹ É ilegal para os homens de Pointe-aux-Trembles procurar peles de animais, enquanto que os oficiais esperam que eles permaneçam com suas famílias para construir novos assentamentos. Esses comerciantes ilegais de pele, incluindo Mathurin, são chamados de *coureur de bois*. As autoridades os deixam em paz grande parte do tempo enquanto que eles fiquem longe das linhas de armadilha dos *voyageurs*, os comerciantes de pele autorizados pelo rei.

¹¹² Programa de permissão para se ausentarem.

relatam que três homens numa canoa tinham consentimento oficial para sair em busca de peles. Os franceses que usufruíam o direito dessa licença ficaram conhecidos como *voyageurs* [viajantes].

O governo regulamentou a atividade dos *coureur de bois* porque eles abandonavam as famílias e terras em busca de peles de animais, o que deixava o território mais suscetível ao ataque dos nativos. Assim, tanto o local como as famílias ficavam desprotegidas, que, em várias ocasiões, sofriam ataques e eram mortas pelos iroqueses.

Entretanto, quando analisamos que a protagonista do romance, escreveu a carta reclamando das condições do dormitório *Sainte-Claire* em 1669, viajou por quase dois meses até chegar ao Canadá e se casou alguns meses depois de sua chegada, o que nos leva a pensar que tal ação teria ocorrido por volta do ano de 1670, depreendemos que há um período de dez anos de diferença. A historiografia apresenta a regularização da atividade em 1681, mas o narrador da diegese informa que esses viajantes já eram regularizados por volta de 1670. Dessa maneira, reconhecemos, também, nesse excerto do texto fictício o emprego da anacronia, que evidencia uma década de diferença sobre a lei estabelecida e sua menção no romance.

Na continuação da análise da obra vemos que a “filha do rei” também passa fome. A comida disponibilizada pela personagem retratada como seu marido, Mathurin – que deixa um porco e dois frangos para sua esposa comer durante sua ausência –, não é suficiente para os cento e cinquenta e dois dias que ele se afasta. Devido ao desaparecimento do marido, e por não ter com quem conversar, ela nomeia o porco de Mathurin e acredita que “*it is a better husband than the one she had last fall.*”¹¹³ (DESROCHERS, 2013, p. 202).

Nessa relação, vemos que a personagem retratada como o marido da protagonista, Mathurin, tem seu *status* invertido, num processo de carnavalesco da figura dos colonizadores. De um soldado livre, para um pequeno agricultor e negociante de peles, a protagonista da diegese transforma seu marido num animal, “*she named it Mathurin, and sometimes speaks to it througout the day [...]*”¹¹⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 202).

¹¹³ Ele é um marido melhor do que aquele que ela tinha no outono passado.

¹¹⁴ Ela o chamou de Mathurin, e, às vezes, fala com ele durante o dia [...].

Nessa inversão que a protagonista emprega, percebemos o recurso da carnavalização – a aproximação entre “o elevado com o baixo, o grande com o insignificante” (BAKHTIN, 2010, p. 141) – pois há um rebaixamento de papéis estabelecidos. Um colonizador que era, aparentemente, exaltado pela história, passa para uma condição animalesca. Assim, observamos no ato de representação da imagem do marido da protagonista uma figura grotesca. A estratégia bakhtiniana inverte aquilo que era considerado “alto” para “baixo”.

Esse recurso escritural crítico bakhtiniano se faz presente na narrativa em estudo para revelar uma percepção dos colonizadores invertida em relação ao discurso historiográfico que, ao selecionar entre os sujeitos dessa classe, elege aqueles que são “modelos” aprazíveis, gerando um discurso de exaltação dos mesmos. A percepção do colonizador no romance, feita desde o viés do marginalizado, rebaixa esse *status* e animaliza esses sujeitos.

Contudo, seu uso ocorre de forma moderada e não tão desconstrucionista – com apelos muito mais recorrentes ao grotesco, ao disforme, ao ridículo – como é comum ser visto nas modalidades críticas do novo romance histórico latino-americano e na metaficção historiográfica. Logo, essa característica de criticidade literária da fase crítica da escrita híbrida de história e ficção coloca-se em evidência na escrita de Desrochers (2013), fazendo parte, também, da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2007-2017), embora com um emprego menos recorrente e desconstrucionista que nas modalidades altamente críticas.

Ao se dar conta de que se matasse o porco, ela ficaria sem comida, a protagonista tenta adiar o máximo possível a morte do animal e chega até mesmo a dividir sua comida com o bicho: “*Either it eats or I do. We take turns.*”¹¹⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 208). Além do fato do animal figurar como alimento, ele é também sua companhia, um “marido” que se faz presente de forma cômica, inventada pela percepção da protagonista.

Laure, desapontada com sua nova vida, recebe ajuda de quem menos espera. A personagem, o nativo Deskaheh – conhecido pela protagonista durante o enterro da outra “filha do rei”, Madeleine, e de outro nativo convertido ao cristianismo – que deveria ser considerada inimiga do povo francês, traz comida para a jovem,

¹¹⁵ Ou ele come ou eu como. Nós alternamos a vez de comer.

um mingau de milho. “*She has been hungry for weeks and even the corn mush is a welcome meal. He also has with him a sack of dried berries.*”¹¹⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 208). A narrativa apresenta que aquele que deveria cuidar de sua esposa, não o faz. Dessa forma, a proteção não vem por parte do marido, mas por parte daquele ser que era relegado e considerado imprestável pela Coroa Francesa. Posteriormente, ele deixa um veado abatido na porta da casa da protagonista para que ela tenha o que comer no inverno.

Como se já não bastasse a condição miserável em que a protagonista se encontrava, ela ainda é obrigada a suportar o escárnio desse nativo, que lhe informa ter descoberto a localização de sua cabana porque o esposo, Mathurin, está no mesmo acampamento que ele, ali por perto. As palavras dessa personagem, nativa da terra, evidenciam o desdém por parte do marido para com a esposa: “*He has stayed behind with the women and children. [...] He’s no different from the others. They prefer the filles sauvages over their own wives.*”¹¹⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 210).

Além disso, a fala dessa personagem evidencia que as francesas eram inferiores às mulheres nativas, já que os próprios franceses preferiam-nas e que seu marido não era o único com essa predileção. Embora a França tentasse instituir seu controle sobre os colonizadores, essa era uma atividade bastante difícil. Ainda que o casamento tivesse a finalidade de apartar os homens do regresso à França, tornando-os mais caseiros, com esposa e um lar, isso não os afasta das relações carnis com as nativas.

Assim, a vida no Canadá mostra-se de forma nada agradável, o que faz com que a jovem Laure se arrependa da carta escrita ao rei e deseje regressar ao local de onde veio, o *Sainte-Claire Dormitory*. Contudo, ela também se dá conta de que já está velha para o ambiente, e que, provavelmente, já deve existir outra menina em seu lugar, com dedos mais finos e hábeis ao trabalho de bordado e rendas, conforme o narrador expressa:

Laure wishes she could go back to the place where she wants to live her life. But there is more than a forest and some Savage tribes between her and Paris. Besides, there is nothing for her to go back

¹¹⁶ Ela está faminta há semanas e até mesmo o mingau de milho é uma refeição bem-vinda. Ele também traz consigo um saco de frutos silvestres secos.

¹¹⁷ Ele ficou para trás com as mulheres e crianças. [...] Ele não é diferente dos outros. Eles preferem as filhas dos selvagens que suas próprias esposas.

to. *The hospital is probably filled with new women, the lacemaking workshop **taken over by younger girls** with smaller fingers.*¹¹⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 212, grifos nossos).

O fato de existirem meninas mais jovens, exemplificado pelo trecho “*taken over by younger girls*” [tomada por meninas mais jovens], e mais delicadas, indica que a protagonista já está velha para um serviço gracioso como aquele. Fica, dessa forma, comprovada a sua inutilidade para a sociedade francesa, uma vez que não pode mais desenvolver a única atividade da qual tinha conhecimento: bordar e costurar.

Observamos que as dificuldades de alimentação só aumentam com o frio e com o passar dos dias. A comida já se torna bastante escassa, como pode ser notado: “*A few stringy pieces of deer meat, more rotten than dried, hang beside the fire. Laure chews on these to calm the hunger that has become a screaming rage in her gut.*”¹¹⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 213). Entretanto, essa abstinência de comida e a dificuldade em adquirir seu próprio alimento não eram características ressaltadas pelo programa monárquico de envio de mulheres para gerar famílias brancas e cristãs no Canadá.

Quando, finalmente, o marido Mathurin regressa para casa é pego de surpresa pela esposa, que se encontra, extremamente magra. Insensato ao sofrimento enfrentado pela protagonista, ele reclama das mulheres vindas da França. Segundo suas palavras, “*the men who married women from there [the Salpêtrière] are all complaining*”¹²⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 220) e “*city women can’t handle life here.*”¹²¹ (DESROCHERS, 2013, p. 220). Desse modo, a personagem culpa a esposa por não ser apta à sobrevivência no local e abstém-se de qualquer culpa a cerca de seu abandono.

Esse é um ponto ocultado pela história, mas relido criticamente pela ficção, pois, o discurso do colonizador apenas deixa claro que as moças oriundas do Salpêtrière não tinham conhecimento para sobreviver no Canadá, diferente das

¹¹⁸ Laure deseja voltar ao lugar onde ela quer viver sua vida. Mas há mais que uma floresta e algumas tribos selvagens entre ela e Paris. Além disso, não nada para ela voltar. A instituição está, provavelmente, repleta de novas mulheres, e a oficina de rendas deve estar tomada por meninas mais jovens, com dedos menores.

¹¹⁹ Alguns poucos pedaços fibrosos de carne de veado, mais podre do que secos, estão pendurados ao lado do fogo. Laure mastiga esses pedaços para acalmar a fome que se tornou um grito de fúria dentro dela.

¹²⁰ Os homens que se casaram com as mulheres de lá [do Salpêtrière] estão todos reclamando.

¹²¹ Mulheres da cidade não sabem lidar com a vida na floresta.

moças do campo, que estavam mais aptas à sobrevivência, como, por exemplo, elas tinham mais prática em relação ao ato de assar pães e lidar com frutas e vegetais, diferente das moças da cidade que bordavam e faziam rendas – algo considerado inútil ali no Canadá.

Desse modo, deparamo-nos com uma crítica da autora, mas que expõe por meio do narrador heterodiegético, a violência sofrida pelas “filhas do rei”. Há, então, um discurso de ódio e aversão – misógino – para essas personagens retratadas como mulheres. Assim, damos-nos conta de que ocorre um anacronismo de discurso visto que a autora faz uso de seu narrador para apresentar uma discordância da época e do programa.

As poucas e leves anacronias que ocorrem ao longo do romance não prejudicam a leitura dos eventos que estão sendo narrados. Contudo, elas são mais facilmente percebidas por leitores que detêm maior conhecimento sobre a temática histórica bem como de discursos em variadas épocas. Assim, não há anacronias exacerbadas, como aquelas que ocorrem na fase crítica do romance histórico, o novo romance histórico latino-americano e as metaficções historiográficas. Portanto, elas não atrapalham a leitura daquele leitor com menos experiência na temática do romance histórico e que ainda prefere uma leitura com eventos narrados de forma mais linear.

Na sequência da narrativa, o casal Mathurin e Laure tenta sobreviver no Canadá, colocando em práticas as atividades da agricultura que eram esperadas desses colonizadores e suas famílias. De acordo com os relatos do narrador:

*In the largest clearing they plant wheat, a little barley and oat. In the smaller patches they plant cabbage, turnips, carrots, peas and onions. But digging into the hard ground to clear soil using axes, stones, and whatever else they can find is painful work that nobody can stand to do for very long. Even the women take turns so the men can rest.*¹²² (DESROCHERS, 2013, p. 223).

Apesar de ambos desenvolverem um árduo trabalho, em prol da construção daquela nação, a relação entre eles não é muito sociável. Ao mesmo tempo em que o marido responsabiliza a esposa de estar doente e não engravidar, ela o acusa de

¹²² Na maior parte do terreno eles plantam trigo, um pouco de cevada e aveia. Na partes menores eles plantam repolhos, nabos, cenouras, ervilhas e cebolas. Mas cavar a terra dura para limpar o solo usando machados, pedras, e o que quer que seja que eles possam encontrar é um trabalho doloroso que ninguém pode suportar por muito tempo. Até as mulheres revezam para que os homens possam descansar.

ter inúmeros filhos fora do casamento, com as nativas. Há, no discurso dessas personagens, uma desavença de ideais e, desse modo, não conseguem estar em harmonia, como podemos notar no seguinte diálogo:

“The King will give three hundred livres to each family that has ten children,” Mathurin says.

“Legitimate children,” she mumbles [...].

“You’re only eighteen. Ten children should be easy enough to produce. [...]

“If you really want that money from the King,” she says to him, “you should gather up all the Savage children you have running wild through the forest and send them straight to Paris. Maybe he’ll give you more than three hundred livres.”¹²³ (DESROCHERS, 2013, p. 224-225).

A essa desavença aplicamos o conceito bakhtiniano de dialogia, quando “há relações dialógicas entre todos os elementos da estrutura romanesca, ou seja, eles estão em oposição como contraponto.” (BKAHTIN, 2010, p.47). Nesse momento, ficam evidenciados os diferentes posicionamentos: do marido, que acredita na ajuda do rei; e o da esposa, que reclama do fato do marido ter filhos fora do casamento. Embora a ficção faça uso de uma parte apresentada pela historiografia oficial – famílias com dez filhos receberiam 300 libras anuais (ZUG, 2016, p.43) – ela relê esse posicionamento da Coroa Francesa e coloca em dúvida se o monarca realmente entregaria o dinheiro.

Outro ponto também relido pelo romance, nessa mesma discussão, é o fato do rei ter ofertado o dote de cinquenta libras no casamento, mas que nunca chega às mãos do homem retratado como esposo, o Mathurin. O relato da protagonista, proferido de forma raivosa, denota a ausência do dinheiro e a falta de palavra e de descomprometimento do governador da colônia, que deveria entregar o dinheiro, para com seus compatriotas recém-chegados e aqueles que já habitavam o local:

You know as well as I do how the Governor gives out money. Lots of promises, then the amount gets reduced by half, and when it comes time to pay, suddenly, there are no circulating coins. Your

¹²³ “O rei dará trezentas libras francesas para cada família que tiver dez filhos,” diz Mathurin.

“Filhos legítimos,” ela resmunga [...].

“Você só tem dezoito anos. Produzir dez crianças deveria ser bem fácil. [...]

“Se você realmente quer esse dinheiro do rei,” ela diz pra ele, “você deveria juntar todas as suas crianças selvagens que estão correndo soltas pela floresta e enviá-las direto para Paris. Talvez ele lhe dará mais que trezentas libras.

*sauvagesse would have received the same pig and chickens that I got for marrying you.*¹²⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 225-226).

Quando essa fala da personagem Laure fica evidenciada na narrativa, depreendemos que as “filhas do rei” que abraçavam a ideia de se casar e gerar filhos eram, em muitos casos, enganadas. Assim, uma vez que já estavam casadas, não tinham mais como retornar a França e permaneciam no Canadá, ao lado do marido.

Acerca da linguagem empregada ao longo do romance pela ficcionista – seja na voz do narrador heterodiegético, seja no discurso direto proferido pelas personagens – essa demonstra ser uma linguagem mais simples e visível no dia a dia do leitor contemporâneo da escritora. Embora ela tenha feito uso da heteroglossia, ao inserir na obra em inglês várias palavras da língua francesa como, por exemplo, “*négrillon*”¹²⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 85), “*Canadienne*”¹²⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 234), “*citadine*”¹²⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 251), “*seigneurie*”¹²⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 253), entre outras – isso, possivelmente, pode ser esclarecido pelo fato de o processo de colonização canadense ter ocorrido por mãos francesas. Conseqüentemente, tal emprego de linguagem confere verossimilhança aos relatos.

Na tessitura escritural não se faz uso de experimentalismo linguístico, como é comum à fase crítica e desconstrucionista do romance histórico. A fase mediadora do gênero presa, como afirma Fleck (2017, p. 110-111), “pelo emprego de uma linguagem simples e de uso cotidiano, em oposição ao barroquismo e ao experimentalismo linguístico dos novos romances históricos e de muitas metaficções historiográficas [...]”

A heteroglossia presente no discurso da narrativa torna-se um item essencial para trazer o leitor mais próximo da realidade da Nova França em seu período de colonização. As frases da narrativa são curtas e elaboradas de forma direta, sem haver anacronismos exacerbados. Assim, a presença de tais aspectos na obra

¹²⁴ Você sabe tão bem quanto eu como o governador entrega dinheiro. Muitas promessas, mas então a quantia é reduzida pela metade, e quando chega a hora de pagar, de repente, não há moedas circulando. Suas selvagens teriam recebido o mesmo porco e galinhas que eu recebi por casar com você.

¹²⁵ Negro.

¹²⁶ Canadense.

¹²⁷ Mulher da cidade.

¹²⁸ Senhora.

revela mais uma característica do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017, p. 110-111), o “emprego de uma linguagem amena, fluida e coloquial.” A única particularidade dos romances históricos de mediação não amplamente presente na narrativa de Desrochers é “a utilização de recursos metanarrativos, ou comentários do narrador sobre o processo de produção da obra” (FLECK, 2017, p. 111), embora nuances disso possam ocorrer pelo emprego de outros recursos como, por exemplo, a paródia.

É ao fim da narrativa de *Bride of New France*, que a protagonista enfrenta seu maior medo e, também, seu desejo. Ela tem uma rápida relação amorosa com o nativo Deskaheh, aquele que a havia salvado da fome. Esse ato revela a troca de papéis, pois, geralmente, os homens brancos interessavam-se por nativas e não as mulheres brancas, francesas, que se empolgavam pelos nativos.

Segundo descreve o narrador, em Ville-Marie, ocorre uma feira onde se trocam e se vendem produtos. O tempo de duração dessa atividade é de uma semana e, nesse evento realizado na colônia, a “devassidão” corre solta, pelo prisma europeu, mas nada é feito para restaurar a ordem.

Existem, nessa ocasião da feira, inúmeras tavernas onde a bebida se mostra de fácil aquisição. Segundo o narrador, “*there is no question that New France is a lawless place [...]*.”¹²⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 241). Por exemplo, a personagem Laure, decide viajar desacompanhada do marido, mas ao lado dos Tardifs, seus vizinhos. Ao alojar-se na hospedaria de Madame Rouillard, ninguém contesta o fato de uma mulher casada estar sozinha naquele ambiente, onde vários homens e nativos entram a todo tempo, fato que, para a época da narrativa, seria de se estranhar.

Dessa forma, sem impedimento algum, a protagonista encontra-se “às escondidas” com o nativo. A comprovação desse envolvimento da protagonista é constatada por Madame Rouillard, uma personagem que tenta ajudar as mulheres na colônia encobertando seus atos, que lhe diz:

Don't worry. I've kept plenty of secrets in my day. The lives of women who live along the banks of this river are filled with them. I could recount stories of sin and heartbreak that would have a priest recanting his vows. [...] Although I must say, and it does indeed surprise me, not many of the French women go for the Savage men.

¹²⁹ Não há dúvida de que a Nova França é um lugar sem leis [...].

*You see plenty of the other way around.*¹³⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 243).

Mesmo sendo surpreendida por essa personagem, ela não desiste de seu encontro e segue seu impulso. Para a protagonista, ela não se importa com o fato de não ser comum uma mulher francesa envolver-se com um nativo e nem pensa nas consequências dessa conduta. São os relatos do narrador que surgem, logo em seguida, para complementar a enunciação da senhora representada:

*Abortion is the only crime worse than adultery that a woman can commit in New France. Because women are still so much fewer than men in the colony, the laws about adultery are more lenient than in France. [...] Abortion, however, is punishable by death, with the law enforced more strictly than in Paris, where there is an abundance of children filling the hospitals and workhouses at royal expense.*¹³¹ (DESROCHERS, 2013, p. 244 -345).

Por meio do trecho exposto, compreendemos que as relações amorosas por parte da mulher eram, parcialmente, aceitáveis naquele contexto e ela não seria punida por tal atitude. Porém, não deixar uma criança vir ao mundo para servir aos objetivos do monarca Luís XIV era um crime inaceitável.

A cerca das relações extra-conjugais na colônia francesa, a pesquisadora Zug (2016, p. 45) explana que “*out of more than seven hundred women, only five (a number that includes Catherin Guichelin*¹³²) *faced accusations of adultery, prostitution, or debauchery.*”¹³³ Por meio disso, depreendemos que as punições às mulheres adúlteras eram raras na colônia francesa ultramarina.

Vale a ressalva de que, se manter relações mais íntimas com nativos era possível, a sociedade da colônia em desbravamento no século XVII, não acatava

¹³⁰ Não se preocupe. Já guardei muitos segredos nos meus dias. As vidas das mulheres que moram nas margens dos rios estão repletas deles. Eu poderia recontar histórias de pecados e corações partidos que teriam padres renunciando seus votos. [...] Embora eu deva admitir, e isso realmente me surpreende, não são muitas mulheres francesas que se interessam por homens selvagens. Você vê bastante disso, mas é da forma contrária.

¹³¹ Aborto é o único crime pior que adultério que uma mulher pode cometer na Nova França. Porque as mulheres ainda são bem menor em número que os homens na colônia, as leis sobre adultério são mais tolerantes que na França. [...] Aborto, entretanto, é punido com morte, com a lei aplicada de forma mais restrita que em Paris, onde há uma abundância de crianças enchendo os hospitais e casas de recolhimentos a custa da despesa real.

¹³² Uma mulher que passou anos na prostituição e teve inúmeros filhos fora do laço matrimonial, mas que na Nova França, quando cansou de prostituir-se, teve poucos problemas para encontrar um marido e se tornar um membro respeitável da sociedade colonial, segundo Zug (2016).

¹³³ De mais de setecentas mulheres, apenas cinco (um número que inclui Catherine Guichelin) enfrentaram acusações de adultério, prostituição ou devassidão.

filhos oriundos dessas relações. Uma prova disso é que, quando a protagonista se vê grávida após essa relação, ela é obrigada a doar a criança. Novamente, quem traz a protagonista à realidade canadense é a personagem Madame Rouillard ao salientar o papel da mulher na edificação do país. Segundo o diálogo das duas personagens:

*“The problem is that **you were not sent across the sea at the King’s expense to befriend Savage men.**”*

“But the French men, including my own husband, are free to have relations with any woman they want.”

*“Yes, and that has only produced more Savage children and not a single French one. **Only the women sent from France can give the King the French colony he wants to see in Canada.** Besides, thinking about what the men do here isn’t going to help you any.”¹³⁴*

(DESROCHERS, 2013, p. 263, grifos nossos).

Essa conversa exposta pelo narrador não só evidencia o papel esperado da mulher branca europeia inserida na realidade do “Novo Mundo” pelo poder estabelecido como, também, reforça o fato de que a protagonista do romance de Desrochers não cumpriu a tarefa que lhe fora incumbida: gerar filhos franceses puros. Devastada e indignada com a realidade da mulher frente à do homem no “Novo Mundo”, Laure – a figura retratada como “filha do rei” – sente-se mais uma vez injustiçada com o papel a ser cumprido por cada habitante da colônia.

Dessa maneira, por ter gerado uma criança – uma menina chamada Luce – “bastarda” aos olhos da ideologia europeia da época, que seria prova de sua deslealdade para com o rei da França, ela é convencida por Madame Rouillard a entregar o bebê para o pai biológico, Deskaheh. Embora essa mãe tenha um laço afetivo com sua filha e não quer abandoná-la, ela sabe que manter a criança perto de si será sua sentença de morte, impossibilitando, assim, a chance de encontrar um novo marido, já que Mathurin morreu congelado num rio quando ela estava em trabalho de parto. Com o falecimento do marido, a protagonista se encontra numa situação difícil mais uma vez, abandonada.

¹³⁴ “O problema é que você não foi enviada para o outro lado do mar, sob as despesas do rei, para criar laços de amizade com homens selvagens.”

“Mas os franceses, incluindo meu próprio marido, são livres para manter relações com qualquer mulher que desejam.”

“Sim, e isso só tem produzido mais crianças selvagens e nenhuma francesa. Somente as mulheres enviadas da França podem dar ao rei a colônia francesa que ele deseja ver no Canadá. Além disso, pensar naquilo que os homens fazem aqui não vai te ajudar de modo algum.”

No momento de entregar a filha para a personagem nativa, Deskaheh, a protagonista é vistoriada por outra nativa, aquela que seria a futura mãe da criança. O ato ocorre, ironicamente, da seguinte maneira:

[...] *she walks over to Laure and circles around her. She rubs Laure's neck-length mess of hair between her fingers, looking disgusted all the while. But she seems satisfied with the width of Laure's shoulders and her straight spine. Laure's face she examines by placing her hands on each cheek. She pushes Laure's lips up to see her teeth. Laure holds the baby to her chest while the woman examines her.*¹³⁵
(DESROCHERS, 2013, p. 284).

A nativa tem essa atitude porque deseja saber se a criança, ao crescer, será forte. Assim, da mesma forma como os africanos eram vistoriados pelos mercadores e compradores brancos durante o período da escravidão, conforme apontam os relatos historiográficos, a francesa também foi “avaliada” pela nativa.

Irritada pela forma como a nativa lhe trata, mas sem poder de escolha, a protagonista se submete a tal inferioridade. Nessa cena, “exposta de forma irônica”, vemos a figura superior – da mulher francesa branca – sendo relegada ao tratamento de um objeto, e a figura inferior – da nativa americana – sendo exaltada pelo poder de agir da mesma forma como os brancos.

Nas últimas páginas da narrativa, no percurso de Laure até Ville-Marie, quando o narrador menciona “*the endless trees of Canada are swallowing all traces of her life*”¹³⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 283, grifos nossos) faz-se o uso de uma metáfora bastante elucidativa. As árvores, que são plantas com raiz e tronco, não realizam o ato de transportar alimentos para o estômago. Logo, o trecho “*swallowing all traces of her life*” [engolindo todos os traços de sua vida] evidencia que todas as vivências da protagonista – como o caso amoroso com Deskaheh e a criança, produto da miscigenação – serão esquecidos e deixados para trás.

As árvores agem como um ser supremo, relevando os “pecados” de seus filhos, mas oferecendo-lhes um recomeço para a vida, um “Novo Mundo”. Assim, o Canadá permite que a morte do marido da protagonista, Mathurin, juntamente com a

¹³⁵ Ela caminha até Laure e circula ao seu redor. Ela esfrega um pedaço do cabelo de Laure, bagunçado no seu pescoço, entre seus dedos, e olha de forma enojada. Mas ela parece satisfeita com a largura dos ombros de Laure e com sua coluna reta. Ela examina o rosto de Laure colocando suas mãos em cada bochecha. Ela puxa o lábio de Laure para ver seus lábios. Laure segura o bebê contra seu peito enquanto a mulher a examina.

¹³⁶ As árvores sem fim do Canadá estão engolindo todos os traços de sua vida.

entrega da filha, Luce, atuem como o fim de um ciclo da vida da personagem Laure. Entretanto, dava-se início para aquela “filha do rei”, que cometeu atos considerados errôneos pela sociedade francesa da época, uma outra vida.

Ao chegarmos ao final da leitura do romance *Bride of New France*, constatamos que todas as características do romance histórico contemporâneo de mediação, apontadas por Fleck (2017, p. 109-111), fazem-se visíveis no romance – alguns com mais recorrências que outros, evidentemente –, permitindo-nos diferenciá-lo das produções altamente experimentalistas e desconstrucionistas da fase crítica do gênero.

Isso nos possibilita classificá-lo como um modelo de romance histórico contemporâneo de mediação – que visa a uma combinação dos modelos clássicos e tradicionais com os críticos e desconstrucionistas: a metaficção historiográfica e o novo romance histórico latino-americano.

Essa modalidade é, também, uma releitura crítica do passado, mas construída de forma a utilizar certos recursos – como a carnavalização, a paródia, a ironia, os anacronismos – de maneira moderada. Tal modalidade, a mais atual do gênero romance histórico, vem sendo estudada pelo pesquisador brasileiro Fleck (2007-2017) ao longo de vários anos e tem servido como paradigma de leitura de muitas das obras mais contemporâneas do gênero.

Na sequência deste texto, no seu quarto capítulo, analisamos, de forma comparada, as obras *Desmundo* e *Bride of New France*. Nossa ênfase nesse intento recai sobre o reavivamento do tema da inserção da mulher branca europeia no contexto da colonização da América. Isso se dá por meio de uma releitura ficcional crítica em relação aos acontecimentos do passado consignados pelo discurso historiográfico exposta nas obras aqui comentadas.

4 ENTRE AS “ÓRFÃS DA RAINHA” E AS “FILHAS DO REI” – EXPERIÊNCIAS MARGINALIZADAS NA CONQUISTA DA AMÉRICA

O programa português, “órfãs da rainha”, e o francês, “filhas do rei”, ambos colocados em prática pelas metrópoles colonizadoras do século XVI e XVII mostraram-se bastante frutíferos às colônias ultramarinas daquela época.

Essa temática, de envio de mulheres para casar, também foi explorada pela literatura brasileira e canadense, mas com o intuito de (re)ler aqueles vieses apresentados pela historiografia tradicional.

De acordo com André Trouche (2006, p. 44), transfere-se “à ficção o resgate e o questionamento da experiência histórica.” A ideia de se continuar a exaltação dos programas “órfãs da rainha” e “filhas do rei” deixa de ser priorizada e uma visão mais crítica sobre esses programas e sobre as experiências das jovens que se aventuraram nessa jornada é evidenciada.

As personagens protagonistas Oribela de Mendo Curvo, de *Desmundo*, e Laure Beauséjour, de *Bride of New France*, que se encontravam numa condição marginalizada pelas sociedades portuguesas e francesas dominantes do século XVI e XVII, conforme as ideias de Schmitt (1988), teriam seus *status* sociais alterados a partir do casamento nas terras da colônia ultramarina. Elas passariam da condição de órfãs, sem famílias, para mulheres casadas e respeitadas, e, sob a proteção do esposo, teriam uma vida mais segura.

Dessa forma, a partir das três condições de marginalidade que Schmitt (1988, p. 264) classifica, previamente apontadas por nós nesta dissertação: a transitória, a de integração ou reintegração e a exclusão, as protagonistas das narrativas encontravam-se num processo de transição para o de inclusão. Suas estadias nos recolhimentos ou orfanatos eram apenas transitórias, pois, em algum momento, elas deixariam a custódia da igreja e passariam à custódia do marido e seriam, então, reinseridas no corpo da sociedade, já como mães e esposas.

Acerca dessa situação transitória dos marginalizados, analisamos que, tanto as “órfãs da rainha” como as “filhas do rei” estavam sob essa condição provisória. Enquanto elas viviam sob os custos e a proteção do governo português e francês, devido ao fato de não terem outro laço familiar que pudesse oferecer um suporte financeiro, esperavam por um cenário de mudança. Esse contexto seria a inclusão na sociedade por meio da união matrimonial. Dessa forma, o casamento deixaria de

marcar suas posições como marginalizadas e promoveria, oficialmente, a ascensão social dessas personagens antes excluídas.

A princípio, tanto a personagem portuguesa, Oribela de Mendo Curvo, como a francesa, Laure Beauséjour, deslocaram-se para o “Novo Mundo” com a mesma tarefa a ser cumprida: ser esposa cristã e gerar muitos filhos na colônia. Ambas acreditavam no papel que lhes fora designado a desempenhar e, desse modo, sentiam-se em uma condição social superior, crenças no amparo ofertado pelas monarquias vigentes.

Segundo os relatos historiográficos já mencionados, os colonizadores envolviam-se em relações com as mulheres nativas e pareciam ter muito gosto pelas aventuras mais livres e soltas, com menos regras que aquelas instituídas pelo casamento cristão. Tal aspecto é, também, usado pelas ficções em estudo. Entretanto, assim como na história, na ficção a mulher branca europeia teve o mesmo papel: o de separar os homens brancos dessas uniões consideradas ilegais perante os conceitos da Igreja Católica. Além disso, cabia à mulher, ser âncora para o colonizador no “Novo Mundo”.

Acreditava-se que a união familiar, onde prevalecesse uma casa, uma mulher e filhos, iria impulsionar o desenvolvimento das colônias, fato que acarretaria, também, em mais população e, logo, posse da terra. Dessa forma, as metrópoles mobilizaram-se para que essa jornada acontecesse.

Após a longa viagem, quando as “órfãs” e “filhas” desembarcaram, elas tiveram seus propósitos de viagem distorcidos e ridicularizados, pois as personagens retratadas como colonizadores enxergaram que a presença da mulher na colônia não era tão proveitosa quanto as metrópoles julgavam. Na narrativa brasileira, perante o viés de Oribela, que recupera a frase do governador da colônia conseguimos notar essa distorção:

Todas estas vidas aqui sonhavam nas noites estreladas desse nessa fortaleza do rei o bem que agora temos diante de nossos narizes mas teria **sido melhor nos haver mandado com o que defendermos nossas vidas dos bárbaros** que nos atrevem, demônios notívicos, cascavéis do açor, [...]. (MIRANDA, 1996, p. 51, grifos nossos).

O mesmo tipo de desejo ocorria por parte dos franceses colonizadores retratados na colônia da Nova França, que enxergavam a presença da mulher como

um fardo e não como forças ajudantes. Eles também preferiam armamento para lutar contra os nativos. Isso pode ser, claramente, notado em alguns momentos da narrativa, como, quando chegam em Ville-Marie. O narrador, ao relatar sobre o desembarque de mercadoria, informa que “*the men seem more interested in these goods than they are in the group of huddled women sent by royal authority to be their wives*”¹³⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 148) e, um pouco adiante, um dos colonizadores rechaça a presença feminina dizendo: “*You haven’t brought us helpmates. You’ve given us another burden.*”¹³⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 149).

Contudo, apesar de acreditarem que não precisavam das mulheres brancas, as colônias brasileiras e francesas impunham suas presenças. Em *Desmundo*, as órfãs desposaram homens da elite portuguesa, aqueles que tinham cargos mais elevados ou aparentados com gente de posse, como era o caso de Francisco de Albuquerque, o sobrinho da mulher do governador, dona Brites.

Em *Bride of New France*, a protagonista, Laure, desposa um colonizador mais simples, alguém de menos posses financeiras, praticamente, um camponês que, após cumprir seu contrato de trabalho de três anos, tenta começar uma nova vida e fazer fortuna na Nova França. A opção de não casar não se fazia possível para esses colonizadores no Canadá, visto que eram forçados a cumprir um acordo imposto pela monarquia francesa.

Tanto na história como na ficção, o programa “órfãs da rainha” ocorre com um envio de mulheres em menor proporção do que o programa francês. O número de órfãs enviadas no episódio reconstruído pela ficção é de sete, das quais temos notícia de seis apenas, porque uma delas não teve sua vida exposta. Elas eram Oribela, dona Bernardinha, Pollonia, Tareja, dona Urraca e dona Isobel, que “caíra ao mar, moça de uns catorze anos na sua flor muito suave [...]” (MIRANDA, 1996, p. 27).

Já o programa “filhas do rei”, ocorreu em maior escala, conforme apontam os registros históricos e também como verificamos pela fala de um dos personagens do romance que ajudavam no transporte até Ville-Marie: “*What did they send us? These are the weakest ones yet.*”¹³⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 147, grifo nosso). Os termos, por nós destacados, indicam que houve outras remessas anteriormente

¹³⁷ Os homens parecem estar mais interessados nestas mercadorias que no grupo de mulheres enviadas pela autoridade real para serem suas esposas.

¹³⁸ Vocês não nos trouxeram ajudantes. Trouxeram mais um fardo.

¹³⁹ O que eles nos enviaram? Estas são as mais fracas de todas.

efetuadas, com jovens de aparência física não muito melhor, mas pelo menos não tão fracas.

Em relação ao número de moças francesas enviadas no evento recriado pela ficção, só do Salpêtrière, eram cerca de sessenta moças naquela embarcação, o Saint-Jean Baptiste, e suas idades não passavam de trinta anos. Na historiografia também não foi muito diferente, pois Portugal enviou entre trinta e sessenta órfãs, conforme os estudos de Costa (1946), Garcia (1946) e Ramos (2007). Já a França, enviou cerca de oitocentas jovens, segundo Gagné (2004), Runyan (2010) e Zug (2016).

Após a realização da cerimônia de casamento, havia a consumação do ato sexual, mas que foi retratado de forma diferenciada em ambas as narrativas. Em *Desmundo*, a personagem Francisco necessita saber se sua esposa, Oribela, era virgem e lhe daria os filhos de raça pura tão desejados para que aquela colônia se tornasse um local próspero. Para a protagonista, Oribela, que não tinha conhecimento algum sobre as relações mais íntimas entre um homem e uma mulher, sentiu-se assustada com os avanços do marido, conforme ela relata:

Levou-me Francisco de Albuquerque para dentro de uma casa pequena parecendo desabitada, só com os aparelhos de montarias e umas armas de fogo pelas paredes de barro, coberta de palha, uma fogueira apagada, uma panela e restos de comida. Umas vacas na sala. Para deitar, um monte de feno, mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. [...] E lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, que me fez tremer as carnes e o fervor dele [...] que lhe valia por direito de esposo, como em mim havia de ser tudo seu, mas eu rogava que nada fosse tanto [...] assim foi Francisco de Albuquerque trabalhar sobre mim, recolher de minha boca o silêncio e a fechadura em sua boca. (MIRANDA, 1996, p. 76).

A jovem órfã portuguesa, que era bastante devota e estava sempre habituada a rezar, não consegue encontrar sentido para o ato do, agora, marido. Em suas concepções não havia motivo para que ele se apossasse assim de seu corpo. Se a ele cabia tomar posse de tudo o que pertencia a sua mulher, esse “tudo” para a protagonista era algo novo e do qual nunca ninguém havia lhe informado a respeito. Leiga de que a relação sexual seria o meio pelo qual os filhos haveriam de ser concebidos e a mulher daria luz, ela acreditava naquilo que lhe haviam contado, que

os homens geravam os filhos antes das mulheres brancas pisarem no “Novo Mundo”, conforme mencionou:

Que nunca houvera mulher nenhuma nesta terra. Quem então há de parir naquelas terras? Os machos, por ordem de Deus. E por onde? Afirmam que são essas crianças lançadas pelos sovacos, pelo braço direito machos e pelo do esquerdo fêmeas. (DESMUNDO, 1996, p. 39).

Ainda, surpreendida com a primeira relação sexual entre um homem e uma mulher, ela compara o esposo a um animal, já que é sua referência sobre a união física do corpo masculino com o feminino:

Logo se tornou num cachorro que vi sobre uma cadela de rua, um ganso numa gansa, no Mendo Curvo, ou um padre numa freira, no mosteiro, arfando, me pegar pelo cabelo, sem se prestar a mais nada, uma muito estranha coisa para ser criação de Deus [...]. (MIRANDA, 1996, p. 77).

Nesse cotejo, a personagem não só animaliza o marido, como o inferioriza, relegando-o à consumação de uma atividade pecaminosa e acreditando, cegamente, que não era da vontade de Deus um ato como aquele no qual o homem usava toda sua força física contra a mulher, aquela que seria sua companheira e mãe de seus filhos. Dessa forma, ainda ficava exposto na protagonista que a concepção cristã que lhe fora ensinada haveria de prevalecer.

A descoberta da virgindade da personagem Oribela é tão reconhecida e valorizada pelo marido que esse lhe promete desbravar aquele território ao lado dela, uma personagem vista como uma santa:

Ele me abriu, explorou e olhando no lume a cor do molhado, de sangue, abanando a cabeça disse. Verdade disseste e agora és minha, terás o que quiseres, ao meu lado, junto a mim conquistar esta pátria e esta gente de terra alongada [...] te amarei sempre. Te pagarei com espírito o estares ao cabo do mundo, para me esposar. E te darei tudo. (MIRANDA, 1996, p. 77).

A conquista do “Novo Mundo” haveria de ser feita por colonizadores brancos, como Francisco, e por mulheres, virgens, como Oribela. Logo, aquela exaltação de se guardar virgem para o esposo, como ela mesma proferiu – “para o meu varão me

gardei perfeita” (MIRANDA, 1996, p. 30) – alcança seu valor máximo: o de perfeição.

Já em *Bride of New France*, a prática do ato sexual contínuo é visto de forma pecaminosa e enfatiza-se o fato de que a cama não deveria ser usada para os desejos carnis, pois ela seria o lugar de sua morte onde o casal encontraria punição pelos seus atos considerados como pecados. Isso estava em acordo com a concepção cristã, mencionada pelo padre, que recebeu as personagens Laure e Mathurin ao chegarem em casa, após o casamento:

*Remember that your nuptial bed will one day be your deathbed, from which place your souls will be raised and presented to the Tribunal of God. You will receive the terrible punishment of Sarah's seven husbands if you become like they were, slaves to their flesh and their passions.*¹⁴⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 196).

Contudo, a personagem Laure não teme esse “castigo” porque ela reconhece que não há paixão alguma entre os dois e que ela está apenas cumprindo seu esperado papel: “*Laure must bear many children to please the King and the colony officials who need a large French population to defeat the Iroquois Savages who are still threatening the colony.*”¹⁴¹ (DESROCHERS, 2013, p. 197). Se em *Desmundo* Oribela mostrou-se assustada e relutou contra a consumação, em *Bride of New France* Laure demonstra não sentir-se da mesma forma, mas como se tivesse mais consciência daquele momento, como o narrador expressou:

*Beside her, Mathurin is already reaching his hand under her skirt. Laure remains still, hoping he will find the tangle of her skirt and legs [...]. He is concentrating hard and it sounds like he is skinning an animal. [...] Something must be wrong, Laure thinks, to feel this much pain. But Mathurin doesn't notice. She closes her eyes tight and turns her head, seeking air. [...] When Mathurin finishes, he mumbles a few words into her chest and rolls onto his side. Laure stays on her back, her tights trembling. She wonders when the baby will be born.*¹⁴² (DESROCHERS, 2013, p. 197-198).

¹⁴⁰ Lembrem-se que a cama nupcial será seu leito de morte um dia, da qual suas almas serão levantadas e apresentadas ao Tribunal de Deus. Vocês receberão a terrível punição dos sete maridos de Sarah se vocês se tornarem como eles, escravos da carne e de suas paixões.

¹⁴¹ Laure deve gerar muitas crianças para agradar ao rei e aos oficiais da colônia que precisam de uma população francesa grande para derrotar os selvagens iroqueses que ainda estão ameaçando a colônia.

¹⁴² Ao lado dela, Mathurin já está colocando sua mão debaixo da saia dela. Laure permanece parada, esperando ele encontrar o emaranhado de sua saia e suas pernas [...]. Ele está se concentrando bastante e soa como se ele estivesse pelando um animal. [...] Alguma coisa está errada, Laure pensa, para sentir tanta dor. Mas Mathurin não percebe. Ela fecha os olhos bem apertados e vira sua

De acordo com a história oficial, Portugal e França professavam a fé católica e valorizavam a virgindade da mulher no século XVI e XVII, mas isso não vigora como regra dentro das narrativas em estudo. É somente na obra brasileira que ocorre sua verificação e exaltação, pois, na narrativa canadense, não existe esse momento de reconhecimento da mulher virgem e a tarefa da personagem principal é voltada mais para a obrigação de gerar muitos filhos. E é exatamente aí onde passa a residir um dos maiores problemas das narrativas em estudo porque tanto Oribela quanto Laure dão à luz crianças consideradas ilegítimas pela ideologia reinante da época.

Acerca dos filhos, na obra *Bride of New France*, por exemplo, Laure encontra-se numa posição que não imaginava, a de doar sua filha, Luce. Guiada por uma voz que já tinha mais experiência, Madame Rouillard, ela reconhece seus erros. De acordo com as palavras dessa personagem mais experiente: “*You cannot keep the child. Your husband will know it is from another man. Even if he remains quiet about it, people like Madame Tardif will spread the gossip all the way to Ville-Marie. There will be consequences for you and the child.*”¹⁴³ (DESROCHERS, 2013, p. 265).

Embora o envolvimento de Laure com o nativo Deskaheh pudesse ser comprovado, era possível esquecer tal infortúnio uma vez que não houvesse provas disso e ela continuasse em seu papel pré-estabelecido. Para a sorte dessa personagem, seu marido morre congelado num lago canadense e não consegue conhecer a filha que nasceu dessa outra relação.

Já em *Desmundo*, a história da protagonista, Oribela, não tem esse mesmo desfecho. O marido retratado como Francisco de Albuquerque, comprova que a criança gerada não é sua, como ela mesma reportou: “Mas veio um dia Francisco de Albuquerque olhar seu filho, não o quis ter em seus braços e se foi num ímpeto de ciúmes. Disse a Temericô, de noite, que o meu filho tinha os cabelos vermelhos do mouro, disso se falava em todo o país.” (MIRANDA, 1996, p. 204). Insatisfeito, ele leva tudo o que lhe pertence e retorna para Portugal. Assim, os “filhos abençoados

cabeça procurando por ar. [...] Quando Mathurin termina, ele murmura algumas palavras no seu peito e vira pro lado. Laure permanece deitada de costas, suas coxas tremendo. Ela se pergunta quando o bebê nascerá.

¹⁴³ Você não pode manter a criança. Seu marido saberá que ela é de outro homem. Mesmo que ele permanecesse quieto sobre isso, pessoas como Madame Tardif espalharão a fofoca até Ville-Marie. Haverá consequências para você e para a criança.

de alvura na pele” (MIRANDA, 1996, p. 73) não nasceram, naquele momento, por parte da “órfã da rainha”.

Quando comparamos ambas as personagens protagonistas, tanto a portuguesa como a francesa não se constituem como os modelos maternos esperados. O filho de Oribela tem como pai biológico o mouro Ximeno Dias e o de Laure, o nativo Deskaheh. A pureza racial esperada não vem como era desejada pelas metrópoles colonizadoras e, assim, ao invés de excluir e separar as raças ocorre uma união de culturas. A soberania branca não prevalece como única nos territórios a serem desbravados, mas surge como uma mescla e a concepção europeia é, então, forçada a dividir seu espaço.

Durante o período no qual as personagens protagonistas estiveram casadas, atentamos também para o fato de que a órfã portuguesa tinha uma serva ou escrava, a nativa Temericô, mas a “filha do rei” francesa não tinha ninguém. O *status* financeiro de seus maridos faz com que as jovens, Oribela e Laure, vivenciassem situações diferentes. Enquanto a órfã portuguesa dispunha de servos para efetuar as atividades mais pesadas e os trabalhos de casa, a “filha do rei” não contava com ajuda alguma e via-se obrigada a fazer sua própria comida e, inclusive, plantar seu próprio alimento.

Temericô não só cuidava de Oribela nos momentos difíceis, mas, também, proporcionava-lhe momentos de alegria – como quando lhe cuidava dos cabelos ou trazia frutas frescas – no qual ela tinha certeza de que a serva apenas queria o melhor para ela. Quando Francisco regressa pra casa com Oribela pela segunda vez, após sua outra tentativa de fuga, a nativa alegrou-se por sua senhora regressar.

A mulher branca é colocada em pé de igualdade com as outras nativas da terra, as brasilas, não para diminuir, mas para mostrar que existe certa união entre todas. Tal momento pode ser visto no seguinte trecho: “Já esperavam com muito alvoroço e a mesa posta, a Temericô me beijou as mãos, rindo, as outras brasilas prepararam cheiros e me agasalharam com tanto amor como se foram minhas mães ou irmãs [...]” (MIRANDA, 1996, p. 191). Segundo Marques (2016) Oribela passa a considerar Temericô como um membro da família, promovendo então a igualdade de raça, e é nesse momento que Oribela “termina por desfazer-se do pensamento reducionista da época com relação ao autóctone” (MARQUES, 2016, p. 56), abolindo barreiras entre as duas etnias. Surge então um sentimento de igualdade entre as duas personagens femininas.

Por outro lado, a protagonista do romance canadense, numa condição social mais inferior que a “órfã da rainha” portuguesa, não possui empregados e servos para prover-lhe ajuda em momentos de necessidade. Ela está menos exposta ao contato com outros nativos e vive rodeada por vizinhos franceses. Após passar o primeiro inverno canadense praticamente despreparada, o segundo já ocorre de maneira diferente onde ela tem mais alimentos estocados e sua cabana, de um cômodo, está melhor adaptada para o clima frio, segundo o narrador: “*Laure is at least comfortable if not happy in Mathurin’s hut*”¹⁴⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 224) e “*Laure is better prepared for this second winter. She has dried fruits and vegetables in the sun, purchased an extra barrel of smoked meat, and sealed up some of the biggest holes in the cabin.*”¹⁴⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 251).

Dessa forma, Oribela tinha um pouco mais de conforto porque além de ter um marido com mais posses financeiras, tinha a serva Temericô que estava ao seu lado, consolando-a e dando-lhe suporte quando necessário. Já Laure teve que aprender a realizar todas as atividades que necessitava para sua sobrevivência, pois pouco sabia lidar na cozinha uma vez que sua tarefa era fazer rendas no Salpêtrière.

Na narrativa *Desmundo*, a submissão dos nativos aos brancos em terra brasileira se deu, conforme evidenciado no romance, de forma mais passiva, pois os portugueses tomaram “as terras e as roças aos índios e queriam os terem escravos e os queriam tyrannizar por todas a vias [...]” (MIRANDA, 1996, p. 50). A maioria dos nativos representados nesse romance eram resignados e conformados com sua situação, conforme a protagonista expôs: “chegamos ao pé de uma serra que se dizia dos Bugios, povoada de muitos gentios naturais da terra amansados [...]” (MIRANDA, 1996, p. 95).

Posteriormente, na parte intitulada “A Guerra”, onde os portugueses atacam sem temor algum uma tribo indígena, matam os nativos que não são de serventia e selecionam os melhores que, segundo a personagem central, “eram mil os cativados que iam agora servir de escravos” (MIRANDA, 1996, p. 144), tem-se a impressão de que a “conquista” nesse espaço territorial foi menos árdua.

Já em *Bride of New France* houve mais medo por parte dos franceses representados no início da obra quando a protagonista, Laure, ainda acreditava que

¹⁴⁴ Laure está, pelo menos, confortável, se não está feliz na cabana de Mathurin.

¹⁴⁵ Laure está melhor preparada para este segundo inverno. Ela tem frutas secas e vegetais ao sol, comprou um barril extra de carne defumada, e selou alguns dos maiores buracos na cabana.

os “*Savages were so fierce that they actually ate human hearts.*”¹⁴⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 43). Na travessia marítima essa visão se fortalece porque os marinheiros dizem aos passageiros do navio que no Canadá “*there are forests and men as savage as the beasts they hunt*”¹⁴⁷ (DESROCHERS, 2013, p. 92); e até mesmo na chegada em terras canadenses, Laure tem essa ideia reforçada porque os homens trabalhavam nas principais atividades do local: “*fighting off the Iroquois and hunting animals for their fur.*”¹⁴⁸ (DESROCHERS, 2013, p. 135). Os iroqueses são um grande grupo de nativos retratados como um povo temido até mesmo por outros nativos porque “*they attack by surprise in the forest, scalp their victims and torture even the women and children they capture.*”¹⁴⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 124).

Contudo, esse ponto de vista se transforma. Não ocorre nenhum conflito entre os iroqueses e o povo europeu na narrativa romanesca e os outros “selvagens” mostram-se, inclusive, mais sociáveis com os franceses representados como colonizadores. Eles tiram proveito dessa relação, beneficiando-se com os comércios de pele, conforme observamos num trecho do romance: “*They begin bargaining with the Savages for pelts even before they are unloaded on the shore.*”¹⁵⁰ (DESROCHERS, 2013, p. 232-233).

A união entre ambos os povos significa que todos têm a ganhar. Assim, ao invés dos nativos serem vistos apenas como um povo “selvagem”, notamos que é por meio deles que os conquistadores europeus conseguem alcançar outra fonte de renda e de fortuna que não seja apenas a pouca e remota agricultura, aquela que era permitida pelos representantes da Coroa Francesa no Canadá.

A condição social dos maridos das protagonistas também nos chama a atenção para o tamanho e a disposição da casa que eram suas. Francisco era dono de uma casa maior e o casal, inclusive, desfrutava de um quarto só para os dois. Quando Oribela chega à casa do marido, ela requisita um quarto para si porque não quer se deitar entre as nativas com redes e tapetes no chão, mas “Francisco de Albuquerque, dando conta que minha ordem era tardia, mandara fazer a alcova para nossos amores, [...]” (MIRANDA, 1996, p. 96), explica Oribela. Duarte (2003) *apud*

¹⁴⁶ Eram tão violentos que eles, na verdade, comiam corações humanos.

¹⁴⁷ Há florestas e homens tão selvagens quanto os animais que eles mesmos caçam.

¹⁴⁸ Lutando contra os iroqueses e caçando animais por causa de suas peles.

¹⁴⁹ Eles atacam de surpresa na floresta, escalpelam suas vítimas, e torturam até as mulheres e crianças que eles capturam.

¹⁵⁰ Eles começam a barganhar com os selvagens por peles de animais antes mesmo que elas sejam descarregadas na margem do rio.

Marques (2016, p. 43) assevera que “a ideia do quarto próprio reivindica a necessidade de autonomia econômica e intelectual das personagens e da afirmação como sujeito de suas histórias.” Oribela tenta obter um espaço só para si, mas ela tem que dividir esse ambiente com o esposo e, assim, se vê num lugar que nunca será, totalmente, seu e será dependente desse homem.

Em *Bride of New France*, Laure apenas tem um quarto para si quando chega a Ville-Marie. Na carta que escreve para a amiga morta, Madeleine, ela relata: “*It is the day of your funeral. I have been given my own room. I suppose I am the Queen of the New World now.*”¹⁵¹ (DESROCHERS, 2013, p. 168). Entretanto, ao casar com Mathurin, ela perde sua privacidade e se vê forçada a dividir todo seu espaço com o marido quando ele está em casa, visto que a construção da cabana só tem um cômodo, como foi expresso pelo narrador: “*There is only one room inside the cabin [...]*”¹⁵² (DESROCHERS, 2013, p. 195).

Ambas as personagens não usufruem de um ambiente só delas, no qual podem colocar em práticas seus desejos e usufruir do espaço como querem. Não há um lugar determinado que lhes pertença. Todo e qualquer lugar no “Novo Mundo” deve estar amparado pela figura de seu marido, aquele que deveria ser sua fonte de segurança e, uma vez que isso ocorre, não há motivos para buscar outra forma de pensamento e vida separada desse ser.

Contudo, as narrativas nos mostram que a órfã portuguesa, Oribela de Mendo Curvo, e a “filha do rei”, Laure Beauséjour, não se deixaram oprimir pela visão eurofococêntrica, pois transgrediram as normas da sociedade do século XVI e XVII e buscaram viver situações que julgavam ser melhores para elas.

A protagonista Oribela, no intuito de regressar a Portugal, tenta, a todo custo, deixar o lugar para onde fora desterrada. Laure, ciente de que não retornaria à França, busca viver da forma mais confortável nas florestas do Canadá, agarrando-se às memórias restantes das outras “filhas do rei”, um livro de orações de Madeleine e um vestido amarelo de Mireille.

As formas pelas quais as protagonistas se rebelaram contra o sistema de imposição de conceitos europeus não foram suficientes para que permitissem que elas alcançassem seus objetivos. Oribela permaneceu no “desmundo”, não por

¹⁵¹ É o dia do seu enterro. Eu ganhei um quarto só para mim. Eu acho que sou a rainha do Novo Mundo agora.

¹⁵² Há somente um quarto dentro da cabana [...].

opção própria, mas por imposição do marido que a abandonou. Muitos dos homens da vila tiveram empatia pelo que a jovem passava, conforme ela descreveu: “Deleitaram-se os homens mas houve respeito de eles terem piedade e se doerem de minha pena, de estar eu assim negligente todo o dia de comer e dormir ou de falar [...]” (MIRANDA, 1996, p. 211). Mesmo assim, ninguém se mostrou disponível a realizar seu sonho de regressar às terras portuguesas.

Laure, também ficou no “Novo Mundo” e trabalhou na pensão de Madame Rouillard até o momento que pudesse escolher outro marido, deixando para trás as lembranças do assentamento onde viveu, grande parte, sozinha enquanto o marido, Mathurin, perambulava pelas florestas, ora trabalhando um pouco, ora envolvido com as nativas da região.

Se o “Novo Mundo” era território que deveria ser visto como seus novos lares, a realidade lhes revelou o contrário, pois ambas as protagonistas passaram por árduos momentos em suas novas vidas. Oribela, por exemplo, foi estuprada em sua primeira fuga por marujos e o marido, ao trazê-la para casa, tratou-a como um animal, deixando-a amarrada na cama e trancafiada no quarto como se fosse prisioneira. Todas as atitudes do marido eram uma forma de castigar e mostrar que ela lhe devia obediência. Após a protagonista engravidar, a sogra tenta dar fim à vida da jovem.

Oribela acreditava que a única razão de seu mal estar era “o leite azedo que trazia de noite a dona Branca, o cujo pudera ser uma peçonha de abortar ou de matar [porque] quisera a mãe provar por sua diabólica filosofia que era ali o fim do mundo.” (MIRANDA, 1996, p. 197). Além do sofrimento físico da dor, pelo qual a personagem Oribela passa, ela poderia ter morrido envenenada, como relatou, “Dona Branca me quisera matar com veneno e a meu filho.” (MIRANDA, 1996, p. 197). Então a colônia passaria a ser, sim, o seu último lugar no mundo.

A protagonista Laure, de acordo com o relato do romance, também passou por dias nada fáceis. Embora o marido não lhe impusesse nenhum sofrimento físico, ele a deixa sozinha na cabana onde moram. Ali, a protagonista quase morre de fome e enfrenta seu primeiro inverno canadense sozinha, desamparada daquele que deveria ser seu grande suporte. A personagem tinha alguns vizinhos, como a Madame Tardif, que havia lhe oferecido um lugar para ficar durante o frio, mas, devido ao medo de perder o pouco que o marido já tinha conseguido – uma cabana de um cômodo e um pedaço de terra para plantar – Laure optou por ficar em sua

casa, apenas não imaginava que a ausência do marido seria por, aproximadamente, quatro meses.

Essa vizinha da protagonista de *Bride of New France*, Madame Tardif, uma *canadienne* – senhora nascida na colônia canadense que se orgulhava da quantia de filhos que tinha gerado e de seu papel na colônia – era uma das personagens mais velhas, além de Madame Rouillard, quem trazia Laure à realidade explicando-lhe o que se esperava dela.

Contudo, quando sua presença ocorre na narrativa, nunca é para incentivar a protagonista Laure, mas para inferiorizar a jovem causando-lhe mágoa. Mencionamos, a título de exemplo, o sonho de ser costureira que era sempre relegado a uma condição desnecessária visto que ela não teria meios para tornar seu sonho realidade, pois o local no qual estavam inseridas necessitava mão-de-obra e não de vestidos que ela costurava e remendava. Conforme a fala da Madame Tardif: “*We don’t need city dresses like that here. You’ll soon learn not waste your time on your appearance.*”¹⁵³ (DESROCHERS, 2013, p. 205).

Laure passa a ser “mal vista” porque deveria cuidar de crianças, mas não consegue engravidar. Logo, ela é considerada insignificante pelas outras personagens que moravam no mesmo assentamento, uma vez que não havia se tornado mãe. Isso também é comprovado no discurso do narrador, “*there was no work as important as birthing babies for the new colony.*”¹⁵⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 205).

Dessa maneira, a personagem Laure não era aceita por aqueles que residiam no mesmo assentamento, já que ela mais tinha interesse na aparência que no ato de gerar filhos. Assim, adicionado à fome e ao frio que ela enfrentou, podemos acrescentar, também, a exclusão dentro de sua nova comunidade como outro momento difícil vivenciado pela protagonista.

Consequentemente, ao comparar o “Novo Mundo” com Portugal e França, as metrópoles se mostravam como locais onde haveria uma vida certa, organizada e com segurança. Segundo Marques (2016, p.121), “Portugal assume o lugar de aparente harmonia [...]”, de onde a protagonista, Oribela, tem algumas lembranças boas, como “pequena ia comer figos da figueira da igreja, deixassem as abelhas, de

¹⁵³ Não precisamos de vestidos da cidade aqui. Você aprenderá logo a não desperdiçar tempo com sua aparência.

¹⁵⁴ Não havia trabalho tão importante como trazer ao mundo bebês para a nova colônia.

que se tirava muito mel.” (MIRANDA, 1996, p. 52). É esse ambiente já conhecido que ela deseja rever novamente.

Em *Bride of New France*, a protagonista, Laure, deseja regressar após presenciar o árduo inverno canadense e o abandono do marido, mas que só se torna claro quando ela reconhece que, provavelmente não pode retornar ao orfanato porque existem outras jovens com mãos mais delicadas e hábeis – como já mencionamos previamente.

Assim, a idade se torna um peso para essa “filha do rei”, que já não é mais tão jovem. As colônias ultramarinas eram então vistas como lugares totalmente opostos: desorganizados e caóticos onde as protagonistas estavam à mercê da sorte e do Deus que tanto acreditavam, mas que não lhes dava ouvidos, como falou Laure numa conversa com o nativo Deskaheh, “*You use these to write prayers to God? [...] If yours is anything like my God, he won't hear you anyway.*”¹⁵⁵ (DESROCHERS, 2013, p. 239).

De acordo com Schmitt (1988, p. 262), “a compreensão brota da diferença: é preciso, para tanto, que se cruzem múltiplos pontos de vista que revelam do objeto – considerado, dessa vez, a partir de suas margens ou do exterior – múltiplas faces diferentes, reciprocamente ocultas.” São os prismas dessas duas personagens marginalizadas que, ao exporem suas vidas, ofertaram experiências diferentes do “Novo Mundo” e que foram ocultadas pela história tradicional.

Mesmo que cada uma das protagonistas viveu em lugares e em épocas diferentes, suas representações dividem prismas semelhantes no que concerne às dificuldades do processo de adaptação, reconhecimento do outro e de sua cultura, e de que o casamento não lhes trouxe a “suposta vida melhor”.

As narrativas em estudo mostram-se com pontos bastante semelhantes no que se refere à vinda de uma mulher branca europeia para desposar colonizadores. Ao pisarem em terra firme foram preparadas quanto à maneira como se portar para com os maridos – Oribela recebe instruções da Velha, previamente já, mencionado nesse estudo, e Laure tem sua instrução recebida por parte das freiras da congregação, como o narrador relatou: “*The sisters of the congregation have*

¹⁵⁵ Você usa essas [bolinhas brancas de vidro] para fazer orações para Deus? [...] Se o seu é qualquer coisa como o meu Deus, ele não te escutará mesmo.

*imparted on Laure what a wife in Canada needs to do. First she must accept the man her husband is.*¹⁵⁶ (DESROCHERS, 2013, p. 196).

Oribela vai contra a ideia de ser esposa, pois, como disse, “era esposa. Se perguntassem dizia que não, pois não temo o castigo nem a humilhação [...]” (MIRANDA, 1996, p. 75) e foge duas vezes. Laure, não tem essa mesma atitude. Ela é um pouco mais consciente de seu papel, sabe que será impossível sair daquela colônia e regressar, logo, ela aceita seu destino imposto pela Coroa Francesa.

Todavia, as duas personagens retratadas desenvolvem outras relações além daquelas que mantém com seus esposos. Oribela aprecia o tempo que passa ao lado do mouro, uma personagem que não lhe impõe castigos e nem usa do seu corpo forçadamente, mas ele lhe oferece conhecimento e desmistificações de concepções que foram instituídas. Laure, não enxerga sua relação com o nativo como algo libertador de sua cultura, mas é por meio dessa relação mais íntima – que dura quase uma semana – que ela tem a chance de conhecer outro ponto de vista. Por exemplo, o narrador deixa claro que a personagem representada pelo nativo é mais paciente que a do francês durante a relação sexual e que ele também é mais limpo, como observamos no seguinte trecho:

*But Deskaheh is gentle when he removes her dress, more skilful, more patient than her husband. Laure probably smells like sour milk, like Mathurin, like the diseased and crowded quarters of the Paris hospital. **They both carry the story of their lives like ointment in their skin.***¹⁵⁷ (DESRICHERS, 2013, p. 247, grifos nossos).

Além da forma como a relação sexual é desenvolvida, o narrador mostra que quando fala das suas histórias incrustadas em suas peles, ele apresenta as diferenças culturais: o povo francês chega doente ao “Novo Mundo” enquanto que os povos nativos do lugar não têm tal característica. Se Laure, provavelmente, cheira a leite azedo como o esposo, ela percebe que o nativo não tem essa característica. É no contato com o “outro” que ela nota sua diferença – a de alguém mais limpo.

¹⁵⁶ As irmãs da congregação já incutiram em Laure o que uma esposa no Canadá precisa fazer. Primeiro, ela deve aceitar o tipo de homem que o marido dela é.

¹⁵⁷ Mas Deskaheh é gentil quando ele remove o vestido de Laure, mais habilidoso, mais paciente que seu marido. Laure, provavelmente, cheira a leite azedo, como Mathurin, como os doentes e os aposentos lotados do hospital de Paris. Ambos carregam a história de suas vidas como pomadas em suas peles.

Além disso, ambas geraram filhos que foram considerados ilegítimos pelo sistema de governo da época. Tal ato lhes gerou o título de mulheres libidinosas, que primaram mais pelos prazeres do corpo que pela tarefa instituída pelas monarquias e pela Igreja: de serem ótimas mães e esposas que se dedicassem aos seus maridos. São, então, personagens que não realizaram aquilo que se esperava de seus papéis.

A Igreja Católica, instituição religiosa presente em ambas narrativas, enfatiza a necessidade da mulher branca europeia para a solidificação da conquista do “Novo Mundo”. Sem a sua presença, os homens representados como colonizadores continuariam a viver em “devassidão”, unindo-se às nativas e, assim, mesclando raças. A imposição de costumes, da língua e da religião europeia é descrita como sendo implantada forçadamente tanto em uma obra como na outra. O processo de cristianização e do trabalho escravo por parte dos nativos da terra é um fator essencial para o desenvolvimento das colônias, pois, sem isso, não há força de trabalho o suficiente.

Em *Desmundo*, a instituição religiosa se impõe com suas igrejas e oratórios pelas ruas – como mencionamos previamente que a visão de Oribela passa a perceber. Assim, a igreja é para os moradores daquela capitania e também para a protagonista a “todo-poderosa” (ARAÚJO, 2011, p. 45) que age sobre os colonizadores, como observamos, também, em *Bride of New France*:

*The craziest of all, though, are the priests and nuns who come here to convert the Savages. [...] Now that is the biggest farce of this whole colony. Thinking that a few French priests and nuns are going to change the minds of these people. All the Savages want from the French is access to goods and will do any praying and singing required to ensure this. But after they get what they want in trade? They're running around in the forest just like they've always done.*¹⁵⁸
(DESROCHERS, 2013, p. 131).

Com isso, depreendemos que, em se tratando da forma como o Catolicismo foi introduzido em ambas narrativas fictícias, a comparação entre os dois romances evidencia que em terras brasileiras sua imposição se deu de forma mais objetiva e

¹⁵⁸ O mais louco de tudo isso são os padres e freiras que vêm até aqui para converter os selvagens. [...] Essa é a maior farsa de toda essa colônia: imaginar que alguns padres e freiras franceses vão mudar as mentes dessas pessoas. Todos os Selvagens querem é acesso a mercadorias e farão qualquer tipo de oração e cantoria necessária para garantir isso. Mas e depois que eles conseguem o que eles querem em troca? Eles correm por aí, pela floresta, como sempre fizeram.

menos relutante do que em território canadense. Na narrativa de Miranda não há espaço para a cultura do nativo se sobressair, ela é dominada a força, por exemplo, quando a personagem Francisco ataca uma aldeia de índios e leva mil “brasilos.” Todavia, em *Bride of New France*, o espaço de resistência é maior. Os nativos não se deixam dominar tão facilmente, mas trabalham juntos, usufruindo daquilo que eles julgam melhor, como o comércio de pele, já mencionado. Dessa forma, a igreja tem um papel fundamental para os europeus, mas para os nativos ela tem uma função opressora de mudar seus hábitos e sua cultura.

Os castigos impostos às mulheres são oriundos também do discurso defendido pela Igreja e, muitas vezes o marido age em seu nome. Francisco, o marido da protagonista Oribela, comporta-se de forma mais brutal quando a castiga após sua primeira fuga porque ele a amarra como um bicho para não fugir novamente. Na segunda fuga de Oribela, o marido não mais a maltrata, ele fica feliz com seu regresso. Contudo, na visão de Oribela, inicialmente submissa aos ensinamentos católicos, ela crê que “tem o esposo direito de acusar, para provar inocência a esposa deve lavar a mão num ferro de arado em brasa.” (MIRANDA, 1996, p. 67). Ela aceitava os castigos porque acreditava que o homem era superior e a ele cabia o direito de ser seu dono.

Com Laure Beauséjour, a protagonista do romance canadense, não ocorrem castigos físicos e nem esse sentimento de superioridade extremo do homem para com a mulher. Ambos precisam trabalhar juntos, como na plantação de sua pequena área agrícola já mencionado por nós, para que o local se torne uma nação. Assim, em vista dessa necessidade de crescimento populacional e de possessão territorial, prima-se por transformação – um casal gerando muitos filhos – e não a imposição da força, machucando e impedindo a procriação. As personagens femininas francesas têm, inclusive, mais liberdade que as portuguesas, pois o adultério é tolerado para elas, uma vez que a colônia deseja muitas crianças, mas não os filhos “bastardos”.

Num cotejo entre a representação das duas mulheres, Oribela sofreu mais na mão do marido que Laure, que nunca se submeteu aos seus desígnios, como observamos quando seu esposo, Mathurin retorna após cento e vinte e seis dias nas florestas: “*When Mathurin sees Laure sitting by the fire, he takes a startled step back. She isn’t sure if it is her appearance that frightens him or the gun she is holding*

on her lap.”¹⁵⁹ (DESROCHERS, 2013, p. 219). O marido de Laure teme as atitudes de sua esposa que o enfrenta sem medo algum após ter conhecido o frio, a fome e o abandono.

Nas narrativas, os maridos retratados são vistos de forma física semelhante. Francisco se parecia com um cão danado, sem dentes, o nariz era quebrado, tinha muitos pelos pelo corpo, a pele era áspera, corroída pelo tempo e até pelas formigas, conforme está exposto em *Desmundo* (MIRANDA, 1996, p. 55). Mathurin não era muito diferente, pois se apresentava como um homem gorducho e mal vestido como todos os outros colonizadores em *Bride of New France* (DESROCHERS, 2013, p. 151). Embora eles tenham uma aparência física semelhante, a de homens desgastados pelo trabalho e tempo, suas condições sociais são diferentes. Francisco tem uma casta mais elevada, é sobrinho da mulher do governador, dona Brites de Albuquerque. Ele não só é dono de escravos e de animais para negociar, mas, também, é um homem que se impõe na colônia. Isso ocorre, por exemplo, quando eles vão à missa e Oribela enxerga homens gritando na frente da casa de Bernardinha. Ela pede que o marido tome alguma providência a respeito daquilo e, nesse instante, fica claro que ele é um homem temido e respeitado:

Fez tal promessa Francisco de Albuquerque. Foi à porta da casa de dona Bernardinha, disse e disse mais, a vozes altas, os homens tiraram as espadas, os de Francisco de Albuquerque apontaram arcabuzes, veio o capitão deles e fez que seus homens tornassem ao terreiro nas veniagas, nos bailes, deixando assim em paz a pobre da mulher. (MIRANDA, 1996, p. 151).

Essa personagem masculina também tem sempre o sobrenome evidenciado, Albuquerque, uma herança portuguesa que deve ser mantida e respeitada ao longo dos tempos. Isso mostra outro fator de imposição sobre os nativos que mal recebem um primeiro nome. Atesta-se, mais uma vez, a superioridade masculina encarregada, na cultura lusitana, de passar o nome da família de geração a geração.

Assim, Francisco de Albuquerque é o oposto de Mathurin: um homem sem sobrenome, o que implica ser apenas um trabalhador a serviço da metrópole francesa e é mais um empregado que deve obedecer ao rei. Mathurin não consegue

¹⁵⁹ Quando Mathurin vê Laure sentada perto do fogo, ele toma um passo para trás assustado. Ela não tem certeza se é a sua aparência que o assusta ou a arma que ela está segurando em seu colo.

se impor sobre os outros colonizadores da narrativa, não alcança algum respeito e é visto como um preguiçoso que trabalha pouco, como notamos no seguinte excerto, apresentado pelo narrador quando ele mostra que a protagonista, Laure, vai para a feira em Ville-Marie trocar e vender alguns itens que havia costurado:

*Even Madame Tardif had to admit that Mathurin should not have left Laure for the summer as well as the winter. She had disapproved of the small number of furs Mathurin had returned with in the spring compared with the rich supply her own husband had brought back.*¹⁶⁰
(DESROCHERS, 2013, p. 230).

Ao invés de ser um marido presente para sua esposa, ele se mostra como um homem folgado e preguiçoso, que prefere ficar à sombra dos nativos, usufruindo daquilo que o outro povo possa oferecer e, dessa forma, sua representação contrapõe-se a de Francisco, um homem viril, que deseja enriquecer no “Novo Mundo”.

Assim, por meio da exposição da tentativa de domínio cristão católico e da imagem do colonizador português, retratado por Francisco de Albuquerque, é que se representa o poder na colônia brasileira. No assentamento francês, a imagem de Mathurin não se configura como a de alguém que age em nome do poder, mas alguém que o teme. A representação da autoridade fica, então, por conta do intendente Jean Talon, que dita as regras a partir dos desejos do rei francês, Luís XIV – ambos são personagens de extração histórica.

Segundo o narrador, é o intendente Jean Talon quem impõe que os homens devem se casar para continuar usufruindo dos privilégios de caça e pesca. Suas palavras são leis e não opções que alcançam todo o território já em domínio, como podemos contemplar: *“The official’s voice booms across the assembly, sending an echo of his words into the woods.”*¹⁶¹ (DESROCHERS, 2013, p. 149).

Acerca da linguagem empregada nas obras elaboradas pelas ficcionistas, a obra brasileira apresenta um linguajar mais próximo daquele que seria usado pelos portugueses do século XVI, característica que pode ser observada no romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017, p. 111), pois evidencia uma

¹⁶⁰ Até Madame Tardif teve que admitir que Mathurin não deveria ter deixado Laure sozinha no verão e no inverno também. Ela não tinha aprovado o pequeno número de peles que Mathurin tinha trazido com ele quando retornou na primavera, comparado com o grande fornecimento que seu marido tinha trazido.

¹⁶¹ A voz do oficial alcança toda a assembléia ali reunida e envia um eco de suas palavras para dentro das matas.

linguagem mais arcaica, empregada com a finalidade de dar mais verossimilhança às obras. Em *Desmundo*, segundo Marques (2016, p. 187), há uma recriação histórica da linguagem, a do português do século XVI, aquele falado na colônia. Ocorre, nesse caso, “um pastiche do português quinhentista” (MARQUES, 2016, p. 187). De acordo com Samoyault (2008, p. 55), denomina-se pastiche um recurso estilístico que consiste na imitação do estilo de um texto elaborado por outro autor, mas que não se remete a um texto específico.

A linguagem da obra canadense se mostra mais moderna, presente no dia a dia daquele leitor mais comum, com frases curtas e um vocábulo mais simples. Embora a autora faça uso de alguns termos em francês, também para ofertar mais verossimilhança com o processo de colonização, isso ocorre apenas algumas vezes e não em grande escala. Logo, os romances mostram-se de fácil compreensão porque, além desse vocábulo engajado para aproximar o leitor do período que se narra, há, também, a disposição das frases e da história exposta de forma linear, que ajudam o leitor em seu processo de compreensão.

A partir dessa linguagem e do conteúdo exposto que perpassa os romances *Desmundo* e *Bride of New France*, ambos tentam mostrar as “órfãs da rainha” e “filhas do rei” como mulheres que deveriam ser submissas, acatar seus papéis de esposa e mãe, crescendo ao lado do marido. Contudo, com o decorrer das narrativas há uma transposição de vontades e de papéis femininos.

A protagonista portuguesa, Oribela, descobre outros hábitos e costumes, e acrescenta isso em sua vida para melhor sobreviver na colônia brasileira. Conforme ela se abre à outra cultura, também enxerga sua condição inferiorizada e se desespera, indo contra as concepções que lhe foram ensinadas. Ao invés de haver uma separação de povos europeus, mouros e nativos, há uma junção dos mesmos – fato simbolizado pelos filhos de Francisco que correm soltos pelas matas brasileiras e pelo filho de Oribela com o mouro, Ximeno Dias.

Além disso, a protagonista francesa, Laure, também tem seus ideais transformados. As concepções que lhe foram inculcadas, o valor pregado de que ela deveria ter inúmeros filhos, não prevalece e a jovem sonhadora, que pensava ser costureira no “Novo Mundo”, vai contra aquilo que se esperava dela. Assim como a personagem central de *Desmundo*, ela promove a união de povos com sua filha, Luce, gerada da relação com o nativo, Deskaheh.

Se a ideia era ter uma religião, um só Rei e uma só língua, conforme expressou Santiago (2000), isso não se consolida de forma absoluta. O que permanece na ressignificação desse passado pela ficção é uma mescla de cultura e de hábitos, um reconhecimento de inferioridade por parte das personagens femininas centrais das obras, e um sentimento e uma vontade de ir contra aquilo que foi imposto de forma brutal, como os desejos das Coroas em forçar a migração de jovens que atendessem seus requisitos.

Com isso, atentamos para o fato de que os discursos historiográficos sobre os programas de inserção da mulher branca europeia no Brasil e no Canadá exibem uma versão mais fabulosa de seus propósitos, pois mostram que essas moças tinham o amparo de Portugal e da França, a viagem custeada e um enxoval. Para as “filhas do rei” esse enxoval era composto por itens pessoais ou para casa, segundo Runyan (2010, p. 26). Entretanto, para as “órfãs da rainha” era assegurado um ofício público melhor para o marido após a efetivação do matrimônio, de acordo com Costa (1946, p. 105).

Na história tradicional, a mulher branca europeia que se aventurou pelo “Novo Mundo” foi considerada de grande valor, tinha seu *status* enaltecido e considerada “a grande força da constituição e desenvolvimento da família ou sociedade brasileira.” (COSTA, 1946, p. 111). No Canadá não foi diferente. Sobre todas as notícias colhidas por nós e que se encontram presentes nos estudos de Zug (2016), Runyan (2010) e Gagné (2004), a cerca do programa ofertado pelo rei Luís XIV, nenhuma delas apresenta depreciações. Zug (2016, p. 45) até menciona o fato de uma prostituta, Catherine Guichelin, encontrar um marido após faltar-se da vida que levava – característica também já mencionada por nós.

Se há exaltação por parte da historiografia, a ficção oferece um confronto de imagens solidificadas. Nesse enfrentamento de programas, fica clara a falta de prioridade para com as jovens que se casaram em terras ultramarinas. Oribela, a título de exemplo, vive abusos físicos impostos pelo marido e vê-se obrigada a suportar os maus tratos da sogra, que já tentara matá-la com veneno. Dona Bernardinha, mais um modelo do desleixo do programa, e como já observamos, era vendida pelo marido aos outros homens da vila por um pedaço de coisa qualquer. Oribela, ocasionalmente, diz que o Brasil “era um pagode de vidas perdidas” (MIRANDA, 1996, p. 166) para se referir à falta de organização do local e, sobre a

situação das órfãs ali, segundo ela, tinha “muito ódio de nosso desamparo.” (MIRANDA, 1996, p. 184).

Em *Bride of New France*, Laure também reconhece o desamparo do programa em alguns momentos. Primeiro, observamos que “*Laure is saving the stub of the candle given to her by Mère Bourgeoys as a wedding gift*”¹⁶² (DESROCHERS, 2013, p. 203), o que indica que ela mal tinha luz dentro da casa. Em seguida, ela menciona que a lenha deixada pelo marido para aquecer a casa é pouca, mas “*the axe he used to cut the wood was borrowed from the Tardifs. Laure would have to wade through hip-deep snow to get to their cabin to borrow it.*”¹⁶³ (DESROCHERS, 2013, p. 203.)

Fica evidenciado que após o matrimônio, era o casal que tinha de se preocupar com sua sobrevivência e não mais o rei francês. Momentos como esses, expostos nas narrativas, levam-nos a crer que, na ficção, os programas de envio de mulheres europeias ao “Novo Mundo” apenas cumpriam a tarefa de deslocar e casar as jovens, mas, depois de se estabelecerem em suas novas casas e com seus esposos, não havia algo significativo que o programa fizesse em prol dessas mulheres e de uma melhor qualidade de vida para elas.

Ao ter como base a questão histórica inserida nas narrativas fictícias, acreditamos que a temática das “filhas do rei” se faz mais presente que a das “órfãs da rainha”. As fontes históricas disponíveis no Brasil, sobre as órfãs ainda são bastante escassas. Por exemplo, a tese de doutorado de Suely Creusa Cordeiro de Almeida traz várias informações, mas o referencial teórico utilizado na pesquisa provém, em grande parte, de fontes disponíveis em Portugal.

Já sobre as “filhas do rei”, vemos que esse é um tópico amplamente estudado e difundido no Canadá. Sobre esse evento há mais opções de material, como mostram as pesquisas do historiador Peter J. Gagné (2004) e a própria tese de mestrado de Aimie K. Runyan (2010).

No quesito ficcional, até o momento dessa pesquisa, ainda não conseguimos encontrar outra obra que trouxesse a história das “órfãs da rainha” à tona. Assim, a narrativa de Ana Miranda continua sendo a principal fonte fictícia. No entanto, sobre

¹⁶² Laure está guardando o toco da vela dado a ela por Madre Bourgeoys como um presente de casamento.

¹⁶³ O machado que ele usou para cortar a madeira foi emprestado da família Tardif. Laure teria que caminhar com dificuldade por meio da neve, que estava até seu quadril, para chegar até a cabana deles e emprestá-lo.

a temática francesa existem mais obras, como a de Suzanne Martel (2011), a de Aimie K. Runyan (2016) e o romance de Desrochers (2013), que chegaram até nós.

A ficcionista da narrativa *Bride of New France* consegue transpor nesse mundo elaborado de papel e tinta, temperado com imensa criatividade, a história da história das “filhas do rei.” Ela utiliza figuras históricas, como o ministro Jean Baptiste Colbert, o intendente da colônia Jean Talon, o rei Luís XIV, a Madre Marguerite Bourgeouys, entre outras, aliadas à ambientação do período de colonização e dos acontecimentos verídicos, como a vinda das jovens, que deixaram a França rumo ao Canadá, o desembarque que foi tão aclamado e esperado pelos colonizadores da colônia, o tempo de espera para a escolha de um marido que poderia levar alguns meses, as cabanas no meio da floresta com apenas um cômodo e condições precárias, o medo de serem surpreendidos e mortos pelos nativos iroqueses, a questão da ajuda financeira com um dote e o enxoval, além do grande número de filhos amplamente desejados pela monarquia.

Contudo, tais momentos não ocorreram somente na história. Eles podem ser vistos na ficção de Suzanne Desrochers. A história serve, então, como base para a narrativa fictícia que, ao utilizar episódios reais, configura outra possibilidade dessa história. Todas as situações discorridas trazem outra perspectiva daquilo que as jovens retratadas como “filhas do rei” poderiam ter vivenciado e enfrentado. Há uma ressignificação do passado que serve para descortinar a visão homogênea do programa e das jovens enviadas. Consequentemente, o leitor desse tipo de obra, tem sua comodidade e crença nos fatos “desarrumada”, uma vez que lhe é apresentado um panorama mais crítico e desconstruído.

Em *Desmundo*, o leitor também é presenteado com tamanho desmantelamento. A história das “órfãs da rainha” embora tenha fundo histórico, com personagens como dona Brites de Albuquerque e a Velha, conhecida como Maria Dias, também ambientada numa capitania brasileira no século XVI, período no qual as órfãs portuguesas tiveram seu deslocamento posto em prática, ela traz toda a dificuldade enfrentada pelas jovens, momentos que a historiografia não apresenta.

A historiografia, cimentada pelo viés da história vista de cima (SHARPE, 1992), tem seu lugar usurpado pela história vista de baixo (SHARPE, 1992) que lança luzes para um passado obscuro antes não mencionado, mas, que agora, tem a chance de vir à tona por meio do discurso fictício.

Quando as narrativas, *Desmundo* e *Bride of New France*, apresentam suas ressignificações, elas expõem o ponto de vista de sujeitos ex-cêntricos, marginalizados que fazem suas releituras críticas de forma verossímil da história tradicional, por meio de uma narrativa linear e com um vocábulo que se volta para o leitor com menos prática de leitura do gênero romance histórico. A modalidade que prima por esse tipo de reescrita da história pela ficção é a mais atual de todas: o romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2007-2017).

Nesse modelo de romance histórico mais atual, há uma junção das características empregadas nas fases acrílicas – clássica e tradicional – com as premissas escriturais críticas desconstrucionistas – novo romance histórico latino-americano e metaficção historiográfica – e, segundo Fleck (2017, p. 113), a principal característica dessa modalidade de romance histórico é “a mediação entre as categorias híbridas antes cultivadas.” Conforme o pesquisador,

[...] justamente ao amalgamar algumas das características fundamentais das propostas escriturais antes desenvolvidas, essa modalidade consegue abandonar a complexidade do experimentalismo formal e linguístico que torna essas escritas um verdadeiro desafio de leitura. Em seu lugar, a modalidade adota, em sua maioria, a linearidade das ações históricas recriadas pela ficção. (FLECK, 2017, p. 113).

Ainda, de acordo com Fleck (2017, p. 116), o romance histórico contemporâneo de mediação apresenta respostas práticas para aquelas análises que encontram dificuldades de enquadramento das obras nas teorias sobre as produções tradicionais ou desconstrucionistas desse gênero. Dessa maneira, a teoria elaborada especificamente sobre essa modalidade mais atual colabora para uma melhor “compreensão do processo de produção híbrida de história e ficção contemporânea de modo prático e apropriado.” (FLECK, 2017, p. 116).

Em seguida, passamos às “Considerações finais”, deste estudo. Apresentamos, na sequência, alguns resultados da nossa pesquisa, mencionando como se deram as ressignificações do passado nas obras *Desmundo* e *Bride of New France*, narrativas que fizeram uso dos eventos históricos sobre a vinda das “órfãs da rainha” e das “filhas do rei”.

Desse modo, nosso olhar volta-se, entre outros aspectos, à representação das personagens protagonistas e à visão sobre o fato de elas terem, ou não, as

concepções históricas das mulheres brancas destinadas ao “Novo Mundo” alteradas na representação ficcional.

Além disso, observamos como ocorre o processo de transformação dessas personagens uma vez que passaram a viver no “Novo Mundo”. Assim, veremos, entre outros fatos, que o discurso fictício deve ser visto como uma fonte de releitura dos momentos históricos, reativados pelas representações das protagonistas Oribela e Laure na colônia brasileira e na canadense, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo objetivamos mostrar, por meio de uma análise das obras *Desmundo* e *Bride of New France*, como cada obra constrói uma representação simbólica do processo de deslocamento, estranhamento e adaptação a uma nova realidade da mulher branca europeia no início da colonização brasileira, no século XVI, e na canadense, no século XVII, respectivamente, sob a égide do romance histórico. Propomo-nos, também, a analisar se as personagens protagonistas, Oribela do Mendo Curvo e Laure Beauséjour, mantêm a instrução recebida pelas instituições que as abrigavam ou se suas concepções se transformam quando passam a viver no “Novo Mundo”; bem como verificar os enfrentamentos dessas visões literárias com o discurso oficial. Nesse intento, buscamos mostrar como as vozes das “órfãs da rainha”, de Portugal, e as “filhas do rei”, da França, refletidas no discurso literário, podem divergir do discurso historiográfico e revelar novas perspectivas desse passado.

O estudo foi realizado com a intenção de estabelecer algumas semelhanças e diferenças desse processo, considerando-se também, além do espaço geográfico ficcionalizado em cada obra, as iniciativas da Coroa Portuguesa e da Francesa que as propunham.

Para alcançar tal finalidade, partimos de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e de cunho interpretativo-crítico que teve sua base nos pressupostos da Literatura Comparada que, segundo Carvalhal (1992), investiga pelo menos duas ou até mais formas literárias e que essas podem estar fundidas com outras áreas; e mencionamos, como exemplo, a história e a arte. Por meio desse método, conseguimos observar como a história se fez presente nas narrativas híbridas em estudo e como os registros históricos serviram como base para a constituição da ficção.

Buscamos no *corpus* selecionado, o romance brasileiro *Desmundo* e o canadense *Bride of New France*, material necessário para apresentar outro ângulo da história tradicional sobre o tema em debate. Essas são narrativas que não se irmanam com os ideais difundidos, mas que, ao divulgar um olhar crítico marginalizado com relação à época recriada e os sujeitos nela envolvidos, estabeleceram uma ruptura com o marasmo da história tradicional.

Os registros oficiais até então difundiam as vantagens dessa ação tanto para as mulheres como à colônia e à metrópole, exaltando os programas de inserção das jovens europeias no “Novo Mundo” como um ato de grande consideração para com as moças que, por esse meio, teriam garantida sua inserção nas camadas valorizadas da sociedade da época.

Ao longo de nossas pesquisas sobre os processos de inserção da mulher branca europeia no “Novo Mundo”, optamos por um *corpus* de narrativas que abordassem a mesma temática, contudo em literaturas diferentes. Assim, chegamos à eleição da brasileira e da canadense – para evidenciar que o tema escolhido se mostra relevante a várias literaturas, principalmente no espaço interamericano.

Desmundo foi selecionado a partir de estudos já desenvolvidos durante a graduação, porque acreditamos que o conteúdo da obra ainda tinha muito a oferecer, principalmente no quesito de enquadramento numa modalidade crítica sobre a forma de tratamento do material histórico no romance, pois ao seguirmos, então, as teorias de Menton (1993), percebemos que essa narrativa não se ajustava dentro da modalidade que ele propunha: o novo romance histórico.

Contudo, não havia, na época, uma teoria que nos elucidasse sobre as diferenças que já percebíamos ao “forçar” o enquadramento da obra de Miranda nessa modalidade. Também não conseguíamos fixá-la na modalidade tradicional, pois é evidente a releitura crítica que a obra propõe.

Já *Bride of New France*, uma obra pouco conhecida no território brasileiro, foi selecionada a partir de algumas pesquisas em *websites* canadenses, buscando por produções da temática eleita. Entre as possibilidades encontradas, o romance de Suzanne Desrochers se mostrou como uma narrativa inovadora e promissora para nossas expectativas.

Além de um estudo aprofundado na área da Literatura Comparada, que também contou com uma vasta seleção de obras sobre o gênero romance histórico, fez-se necessário um bom conhecimento das línguas inglesa e espanhola para a execução da proposta. A primeira delas foi imprescindível para realizar a leitura da obra de análise do corpus e, também, daquelas obras teóricas que apresentavam a trajetória da história das “filhas do rei”, como os estudos de Gagné (2004), Runyan (2010) e Zug (2016). A segunda, o espanhol, também foi essencial em razão de que proporcionou um maior esclarecimento na área do romance histórico, por meio das obras teóricas de autores como Varga Llosa (2002), Fernández Prieto (2003) e

Márquez Rodríguez (1996), entre outros. Nesse contexto, onde foi necessário mesclar diferentes áreas de conhecimento e línguas, deu-se a efetivação de nossa pesquisa.

A temática da inserção da mulher europeia no “Novo Mundo”, seja ela observada pelas “órfãs da rainha” ou pelas “filhas do rei”, ressignificada pela ficção interamericana, traz para a atualidade a rememoração dessas árduas jornadas e todos os eventos pelos quais essas jovens passaram nas colônias, que hoje se tornaram grandes nações. Com isso, suas histórias não caem no esquecimento.

A historiografia, nos registros que consultamos sobre a temática, apresenta uma versão dos programas monárquicos europeus para a inserção da mulher branca na colônia com aspectos que foram consideradas louváveis, que tinham a intenção de ajudar e propiciar uma vida melhor para essas moças, casando-as com homens – colonizadores ou trabalhadores livres – e gerando filhos desses.

O discurso da história glorifica a vinda dessas moças, mas não apresenta relatos de como foram suas novas vidas, sua adaptação num outro território, como sua cultura mostrou-se diferente em relação àquela do nativo, a relação com o marido após o matrimônio e as crianças advindas dessa união. Assim, há lacunas de grande importância que poderiam prover outra visão da realidade experimentada, mas que, nessa área do conhecimento, não se encontram disponíveis.

É nesse momento que a imaginação da ficção torna-se expressiva, pois ela se insere numa área mediada por documentos limitados, baseados na perspectiva de historiadores, viajantes, figuras religiosas, entre outros detentores do poder da palavra que, embora explicitassem aquilo que viram, seus discursos estavam permeados pelos seus pontos de vistas, carregados da ideologia que julgavam ser correta naquelas épocas. A ficção se mostra, então, mais interessante não porque desconstrói aquilo que era considerado único e absoluto, mas porque tem a condição de criar um mundo verossímil no qual múltiplas possibilidades podem ser cogitadas e imaginadas.

O discurso ficcional, elaborado pelo gênero híbrido romance histórico, coloca à disposição dos romancistas, na atualidade, uma trajetória que vai desde as releituras acríticas até àquelas altamente críticas e desconstrucionistas para que as ressignificações do passado, em múltiplas perspectivas e ângulos, possam ser expostos no campo das “possibilidades”, das “probabilidades” ou, ainda da “pura invenção”.

Constatamos, pela pesquisa realizada em nossa temática, que, na atualidade, uma imensa variedade de releituras, desde as acríticas, as desconstrucionistas até a mediativas, seguem sendo produzidas em várias partes do mundo, ancoradas em material histórico produzidos em séculos passados e que são reavivados por essa escrita híbrida na contemporaneidade.

A primeira modalidade, a clássica, cujo precursor foi Walter Scott, abordava a história num sentido de corroborar os registros oficiais. Suas principais características, apontadas por Márquez Rodríguez (1996), a história oficial como um “pano de fundo” e uma trama fictícia que termina de forma feliz ou trágica, tem o intuito de ensinar a história a seu leitor e promover a continuidade da lógica instituída.

O romance histórico tradicional, segundo Fleck (2017), também tem a intenção de ensinar a história tradicional, contudo seu grande diferencial encontra-se no fato de que a narrativa está ancorada num narrador autodiegético que apresenta a trama perante seu ponto de vista. A história também deixa de agir como “pano de fundo” e passa a ser recriada em primeiro plano. Essa união de discursos promove a exaltação dos heróis, já conhecidos, e de seus atos. Por isso, essas modalidades são consideradas como pertencentes a fase acrítica, de acordo com Fleck (2017) porque favorecem um discurso que concorda com eventos e versões já expostas pela historiografia.

O novo romance histórico latino-americano, estudado por Aínsa (1991) e Menton (1993), surge para romper com essa estabilidade difundida. Tais obras primam pelo experimentalismo linguístico e pela desconstrução de ideias já consagradas. A distorção da história com recursos bakhtinianos, como a carnavalização, paródia, polifonia, heteroglossia, os anacronismos e os exageros, diferem, profundamente, das obras das modalidades clássicas e tradicionais. Vale a ressalva de que Aínsa (1991) especifica dez características dessa modalidade e Menton (1993) as condensa em seis. Essa modalidade enquadra-se na fase crítica e desconstrucionista proposta por Fleck (2017).

A metaficção historiográfica, nomenclatura difundida por Hutcheon (1991), diferencia-se do novo romance histórico latino-americano porque apresenta com muito mais recorrência as estratégias da metanarração – relatos que revelam a ação do narrador, do autor implícito sobre a construção discursiva, dentro do romance, problematizando o conhecimento histórico e confrontando-o com o fazer literário

que, também, é fruto da linguagem manipulada. Isso estabelece paralelos entre a representação ficcional e histórica. Assim como o novo romance histórico latino-americano, a metaficção historiográfica não age em acordo com a versão difundida, mas vai contra ideias pré-estabelecidas. As duas modalidades integram a fase crítica e desconstrucionista do gênero, de acordo com as pesquisa de Fleck (2017).

A última fase, a mediadora, tem como expoente a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação e foi detectada nos estudos de Fleck (2007-2017), quem cunhou esse termo para classificar em uma nova categoria as obras mais recentes desse gênero. Nessa modalidade ocorre uma união entre as modalidades anteriores. Essas narrativas dão valor a uma leitura crítica verossímil do passado e não mais se curvam diante do discurso hegemônico da história tradicional. Também deixam de exaltar os heróis do passado e colocam seu foco em personagens ex-cêntricos, antes marginalizados.

Esses relatos fluem de maneira linear, com um vocabulário mais simples e, às vezes, valem-se do arcaico para criar verossimilhança, aproximando-o da realidade retratada. Assim, os anacronismos exacerbados não aparecem, mas apenas manipulações temporais simples: uma lembrança ou outra que remete ao passado. Recursos como a intertextualidade e a paródia são mais presentes que aqueles extremamente desconstrucionistas, como a carnavalização, o grotesco, e a metanarração, utilizados para desconstruir nas obras que se enquadram como novo romance histórico latino-americano e metaficção historiográfica.

Contudo, recursos metanarrativos também podem se fazer presentes na fase mediativa, a mais atual, para lembrar o leitor de que sua leitura funda-se em um trabalho discursivo construído propositalmente. Tais recursos nunca são empregados como elemento determinante da estrutura geral da obra nessa modalidade. O mesmo passa com a paródia e a carnavalização, por exemplo, cujo emprego, nessa modalidade é bastante ameno.

As ficcionistas, Ana Miranda e Suzanne Desrochers, mesmo distantes no espaço geográfico, e com produções em épocas diferentes, optaram por uma mesma modalidade de romance histórico para reler determinado período da colonização brasileira e canadense: o romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2007-2017).

Seja o leitor brasileiro ou canadense, ambos são apresentados às ressignificações do passado por meio de uma modalidade romanesca que auxilia o

leitor menos experiente em leituras desse gênero na compreensão de perspectivas sobre os eventos que antes foram menosprezadas, mas que, agora, têm a oportunidade de serem evidenciadas por visões que tiveram seus prismas excluídos.

Essa resignificação do passado pela literatura atua de maneira importante não só no contexto brasileiro, mas também no canadense, porque propicia a essas nações a preservação da memória coletiva de seu povo e a formação de suas identidades com fundamento num passado histórico pluralizado.

Em nossa pesquisa, analisamos que essas narrativas resignificam os períodos históricos recriados por meio das ações inventadas para as personagens femininas centrais inseridas nesses contextos e mostram outra versão das ações, supostamente, vividas por essas jovens que, na ficção foram retratadas como protagonistas, metonímias das mulheres que, em sua época, enfrentaram-se com essa realidade.

Assim, nesse processo enunciativo ficcional, a representação evolutiva das protagonistas vai desconstruindo a condição da mulher submissa, ingênua e obediente das primeiras representações de Oribela de Mendo Curvo e Laure Beauséjour. Essa primeira retratação, conforme o discurso narrativo deixa transparecer, é fruto do condicionamento patriarcal e machista do espaço metropolitano de onde as personagens se originam.

A princípio, no “Novo Mundo”, elas são, da mesma forma, submetidas por parte dos maridos, mas, logo abandonam a posição de sexo frágil para assumir um papel de mulheres destemidas, arrojadas e corajosas. Elas desafiam, não apenas o poder do marido, mas, também, enfrentam todas as dificuldades que uma terra recém-descoberta tinha a oferecer.

A protagonista de *Desmundo*, Oribela, por exemplo, dizia que nunca se rebaixaria a condição de esposa e que seu marido era um homem de feitos horríveis. Ela também enuncia “nunca querer parir de tal aventureiro, [porque] devia ele de ser tocado pelos maus sopros daquelas bandas, comera carne de cafres, fossem mouros e tinha Francisco de Albuquerque, em sua carne, carne moura.” (MIRANDA, 1996, p. 133).

Tal atitude de rebelar-se também é encontrada em Laure Beauséjour, a protagonista da obra canadense, quando o narrador mostra que ela não consegue imaginar-se grávida: “*Mathurin is always thinking of the future, in decades, whereas Laure cannot foresee the next week with him. She also cannot imagine being*

pregnant even once [...]”¹⁶⁴ (DESROCHERS, 2013, p. 224). Além de lidar com um esposo, aparentemente, preguiçoso, ela também precisava superar a falta de alimentos.

Em *Desmundo*, a versão da história das “órfãs da rainha” não corrobora a versão historiográfica difundida, embora a ficcionista, Ana Miranda, apresente, de forma bastante verossímil, a vinda das jovens órfãs e o processo de adaptação dos seus primeiros anos durante o início da colonização brasileira.

Nessa ressignificação do passado pela ficção, temos a imagem de uma moça jovem católica que acreditava, cegamente, na ideologia cristã que lhe fora ensinada, que, aos poucos, abre-se a outro mundo, o do “outro”. A exaltação de sua pele branca e de sua virgindade não é mais de grande valia, pois ela reconhece que os nativos da terra também tinham sua importância.

Oribela, na construção discursiva do romance, deixa, gradativamente, de ver aquele povo como gente “sem alma” e compreende que eles também tinham hábitos e tradições como o povo português. Ela também passa a observar tudo o que a cerca e nota que os hábitos e costumes são diferentes daquilo que tomava como universal e único. De uma maneira natural, com o passar dos dias no “Novo Mundo”, a protagonista adiciona, ao seu modo de vida europeu, a forma como os habitantes nativos do lugar se portavam, alimentavam-se e falavam.

Enquanto a protagonista embarca nesse processo de adaptação, a sogra, dona Branca de Albuquerque não participa desse novo modo de vida da Oribela. Ela enxerga nesses atos “aberrações”, um estilo “des”civilizado de vida, conforme sua nora menciona: “A Perra advertira o filho de estar eu em conluios com as naturais, em um despudor, a me despir, tingir de urucum e a lhes aprender a fala [...].” (MIRANDA, 1996, p. 131).

O marido, Francisco, na construção do romance, não tem seu pensamento exposto sobre tal acontecimento. O que sabemos é que essa personagem também adaptou-se a alguns “hábitos gentílicos” (CUNHA, 2000, p. 122), como ao idioma falado, pois, de acordo com a protagonista, após a notícia de sua gravidez ele “vivía sujo da tinta das naturais, metia na boca uma comida cuspidada por elas, tomava do cauim, **falava mais a língua do gentio que a do reino**, pescava com eles e

¹⁶⁴ Mathurin está sempre pensando no futuro, nas próximas décadas, enquanto Laure não consegue enxergar a próxima semana com ele. Ela também não imagina estar grávida nem ao menos uma vez [...].

aprendia a lançar as setas feito um deles [...]” (MIRANDA, 1996, p. 195, grifo nosso). Enquanto que na protagonista Oribela há uma fusão de hábitos, os eventos finais da diegese reportam que há nele quase um esquecimento de seus hábitos europeus. Ocorre com a personagem Francisco, praticamente, a troca de uma cultura por outra.

Além desse contato, o tempo passado ao lado do mouro, Ximeno, também possibilita que ela se torne outra pessoa, uma personagem menos crente na sua fé cristã, que lhe instituía medo e castigo, e mais crítica da realidade que a cerca. Embora ela saiba que o marido é seu “senhor”, ela deseja distanciar-se do homem europeu e cristão com quem casou, mas aprecia ficar perto do mouro, aquele ser que julgavam ter uma conduta errada.

A representação ficcional de Oribela quebrou o estereótipo da órfã que veio para ajudar o marido a conquistar a terra e a amenizar a dura vida dos colonizadores. Com sua conduta, sempre voltada para a ideia de regressar a Portugal, ela proporciona ao marido dias não muito pacíficos, pois as duas tentativas de fugas causaram transtorno para aquele homem que se mostrou responsável por mudar sua condição social.

A protagonista se recusa, a todo momento, a aceitar o papel de esposa que foi forçada a assumir e não teme os castigos impostos pela Igreja ou pelos representantes da monarquia portuguesa. Essa é, sem dúvidas, uma representação nada convencional ou ajustada aos moldes das submissas mulheres do século XVI. A releitura dessa mulher, supostamente “assujeitada”, da época da colonização é feita de forma contestadora e crítica.

Dessa maneira, a ficcionista Ana Miranda, quando relê a história das “órfãs da rainha”, apresenta uma versão menos idealizada da vinda dessas mulheres brancas ao Brasil, dando a elas um papel muito mais ativo e complexo na percepção e efetivação da hibridação cultural que nos gerou como nação.

Em *Bride of New France*, a representação ficcional da protagonista também vai contra a história tradicional. A construção dessa personagem mostra uma mulher menos crente na bondade da monarquia francesa. O conceito de que o matrimônio lhe iria proporcionar uma vida melhor e mais segura é, totalmente, desfeito quando passa a viver uma vida de casada na qual está mais sozinha que acompanhada do esposo, situação não aludida nos registros oficiais que estabeleceram o programa de envio dessas mulheres à colônia ultramarina.

Quanto mais tempo a personagem passa nas florestas canadenses, tendo que racionar a vela que utiliza como luz dentro de sua cabana e sua própria comida para não morrer de fome, ela se dá conta que sua nova vida não será agraciada com conforto e a suposta “proteção” do marido. Em meio a tanta necessidade, ela questiona Deus por tê-la abandonado numa situação como aquela. É no contato com outro lugar e uma cultura diferente da sua – a dos nativos – que a personagem se transforma e deixa de ser aquela moça sonhadora que imaginava que se tornaria costureira no Canadá.

A protagonista, Laure, já sai da França com alguns pré-conceitos estabelecidos sobre o Canadá, como uma floresta para morrer congelada e que os nativos comiam os corações dos franceses. Todavia a representação ficcional busca dar um viés diferenciado a essa personagem, pois, apesar das dificuldades enfrentadas por essa jovem, ela se fortalece com o passar do tempo e não se deixa abater pelas adversidades. Sua construção mostra que ela busca o melhor pra sua sobrevivência, por exemplo, hospedar-se sem o marido na pousada de Madame Rouillard durante a feira em Ville-Marie para negociar alguns itens que havia costurado e, assim, obter um pouco de dinheiro para então melhorar sua vida.

Vemos, nas ações da personagem, que ela também se entrega a uma relação que não era “abençoada” e “bem-vista” pela igreja, gerando uma filha, Luce, que foi considerada ilegítima, perante os conceitos cristãos europeus. Isso é uma mostra de seu desespero que, baseado em suas atitudes, leva-nos a crer que ela foi contra as leis impostas pelo rei e pela colônia francesa. Tal construção é, igual como a da protagonista Oribela, avessa à imagem idealizada da mulher branca europeia que foi responsável pela constituição de uma raça branca, pura e católica no norte da América.

Logo, mediante a análise apresentada, depreendemos que a protagonista rompe com o protótipo de “filha do rei”, estabelecido para o século XVII, e mostra-se como outra pessoa: uma personagem, extremamente, ciente do papel da mulher e da forma como foram manuseadas para atingir um propósito – o de povoar a terra e manter os homens longe dos navios que retornavam à França. Impossibilitada de regressar ao seu país de origem, ela permanece no Canadá para recomeçar sua saga e encontrar outro marido, contudo muito mais consciente de sua realidade.

A autora, Suzanne Desrochers, por meio de *Bride of New France* ofertou uma nova visão sobre os acontecimentos da Nova França, o atual Canadá, em meados

do século XVII, período no qual a metrópole Francesa enviou setecentos e setenta mulheres para se casarem com colonizadores franceses e gerar filhos desses, evitando que eles retornassem à França. Assegurar o território com o maior número possível de filhos era a tarefa a ser cumprida por essas jovens que, na ficção que ressignifica esse passado, foram retratadas ao longo da narrativa de modo bastante crítico em relação aos princípios postos pela historiografia.

Assim, a forma como os romances construíram a representação dessas personagens protagonistas, deixa claro que as duas personagens foram contra o modelo de mulher obediente ao sistema monárquico e cristão. Segundo as concepções cristãs daquela época, não foram boas esposas porque tiveram outras relações fora do casamento e com homens que também foram considerados inferiores e adversos ao modelo único que se tentava instituir.

Evidenciar essa outra possibilidade de relações e de comportamentos das mulheres brancas que vieram colonizar a América significa expandir o horizonte de atuação e de imaginação sobre essas personagens históricas que atuaram na formação sócio histórica e cultural das nações híbridas do nosso continente.

Se a presença das jovens esposas europeias deveria ter sido usada como uma maneira preventiva dos colonizadores manterem relações com as nativas, isso não ocorreu, conforme Ribeiro (2014, p. 69) observou, porque tanto a personagem Francisco como, também, Mathurin, segundo os relatos dos romances, fartavam-se dos corpos dessas mulheres. Fatos possíveis de se imaginar naquela situação e época, mas não consignados nos registros oficiais que, antes de mais nada, buscavam exaltar as ações desses sujeitos como os grandes heróis que mantinham, nesse território, as premissas da metrópole, mesmo que isso não passasse de discurso. A ficção, assim, expande a interpretação e amplia o universo de possibilidades imaginativas sobre as vivências desse período.

Entretanto, na construção ficcional se evidencia, abertamente, que não cabia à mulher branca discutir essas aventuras masculinas, mesmo que se mostrassem insatisfeitas para com a forma de tratamento dispensado a elas. Nesse sentido, há vozes presentes nas narrativas que serviam como instrumentadoras da “verdade”, como, por exemplo, a da Velha¹⁶⁵, de *Desmundo*, e a do ministro da colônia, Jean Talon, de *Bride of New France*.

¹⁶⁵ Por meio da análise de *Desmundo*, na tese de Marques (2016), depreendemos que a pesquisadora acredita que as personagens femininas mais velhas, como dona Brites de Albuquerque

Segundo o discurso proferido por essas vozes legalizadas pelo poder, as personagens não deveriam questionar as atitudes dos homens retratados ou mesmo seu papel, mas apenas cumpri-lo. Se as personagens masculinas das narrativas poderiam se unir às nativas para saciar o “pecado” de sua carne, às esposas cabia a tarefa de não se preocuparem com tal ato. Gerar filhos portugueses ou franceses brancos, de raça pura, deveria ser suas únicas preocupações. Tanto a concepção da igreja quanto a da monarquia estavam em comum acordo e tomavam a mesma direção: fazer da mulher uma reprodutora. Os romances, em suas ressignificações críticas do passado, expõem essa situação de forma bastante clara ao leitor contemporâneo.

O prisma das personagens centrais, Oribela e Laure, eleito para reler o passado colonial do Brasil e do Canadá, mostra uma realidade que poderia ter ocorrido naquela época, mas que não foi apresentado pela história tradicional porque, o discurso oficial, desejava que o prisma masculino, detentor do poder, prevalecesse ao invés de dividir o espaço com um contingente maior, com aqueles que sempre estiveram excluídos da sociedade. Os pontos de vistas dessas protagonistas, expostos na ficção que relê o passado colonial da América, apresentam uma relação bem próxima àqueles da história “vista de baixo”, segundo Sharpe (1992), ou conforme Le Goff (1988), que se dedica às experiências dos marginalizados.

Agora, não são mais prismas centrais, mas o foco narrativo do excluído, do marginalizado, do ex-cêntrico, que entra em oposição com o discurso europeu cristianizado por conta daquela experiência vivenciada nos primórdios da colonização. Tais personagens, Oribela e Laure, são agora incluídas num mundo que ajudaram a criar. Suas visões elaboram uma releitura crítica da história tradicional.

Quando observamos os momentos do passado ressignificados pelos romances, entre os quais mencionamos a exaltação do programa de envio de mulheres para se casar no “Novo Mundo”, notamos que as ficcionistas Miranda e Desrochers mantêm a verossimilhança nas narrativas ancoradas nas informações sobre esses projetos, cujas bases utilizam em suas renarrativizações.

e a Velha, têm um pouco mais de acesso ao poder da palavra, visto que elas incutem nas “órfãs da rainha” maneiras de se comportarem. Contudo, essa mesma característica não é observada entre as órfãs, personagens mais novas.

Contudo, uma visão mais crítica toma o espaço daqueles pontos de vista que enalteciam os processos de descobrimento e de desbravamento das terras americanas. Essa construção discursiva do “poderia ter sido assim” – que chamamos de verossimilhança – evidencia uma característica do romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2007-2017), que foi menosprezada por grande parte dos modelos de romance histórico críticos, como a metaficção historiográfica e o novo romance histórico latino-americano, cuja ênfase recai sobre o multiperspectivismo, o desconstrucionismo e a impugnação do discurso historiográfico hegemônico. Tal intuito ideológico no romance de mediação garante-lhe certa “autenticidade” para com os eventos que são renarrativizados.

Desmundo e *Bride of New France* não fazem parte da fase acrítica do gênero romance histórico – clássico e tradicional – e nem da crítica desconstrucionista – novo romance histórico latino-americano e metaficções historiográficas – mas da fase mediadora, que transita entre essas duas fases e que foi detectada por Fleck (2007-2017), em uma grande modalidade por ele denominada de romance histórico contemporâneo de mediação.

As narrativas híbridas em estudo permitem que seus leitores vivenciem um universo diferente daquele já conhecido, exposto pelo discurso historiográfico tradicional, e isso permite que eles tenham outras concepções acerca da vinda das jovens que foram enviadas para se casar, procriar e povoar o “Novo Mundo”, mais especificamente, no caso dessas releituras, o Brasil e o Canadá.

A reescrita ficcional do envio de mulheres brancas europeias para se casar possibilita a rememoração, na atualidade, da vinda das “órfãs da rainha” e das “filhas do rei” e de seu papel a ser cumprido, que foi tão desejado pelas Coroas Portuguesa e Francesa. As obras ficcionais que ressignificam esse passado propiciam o não esquecimento dos árduos desempenhos dessas jovens para que as colônias ultramarinas se tornassem metrópoles.

Dessa forma, perante alguns pontos ressaltados, mas não exauridos, esperamos que a temática sirva como uma porta de entrada para outros pesquisadores que desejam (re)ler a história, explorando outros prismas, principalmente aqueles dos excluídos e marginalizados que não tiveram oportunidades para fazê-lo, bem como os inúmeros eventos verídicos que possam evidenciar os esquecimentos da historiografia.

Ademais, que outros projetos de envio de mulher europeias para se casarem no novo continente, durante a “colonização” da América, possam ser revelados em outras culturas e literaturas. Isso irá mostrar, cada vez mais, como esse mesmo tema foi utilizado por outros países para alcançar seus desejos: a posse do território da América pelo incentivo à geração de uma grande população branca, cristã e dominadora nesse espaço geográfico.

REFERÊNCIAS:

NARRATIVAS HÍBRIDAS ANALISADAS:

DESROCHERS, S. *Bride of New France*. New York: Norton & Company, 2013.

MIRANDA, A. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OUTRAS NARRATIVAS HÍBRIDAS SOBRE A TEMÁTICA MENCIONADAS:

ALLENDE, I. *Inés del alma mía*. Buenos Aires: Debolsillo, 2006.

MARTEL, S. *The King's Daughter*. 8. ed. Toronto: Groundwood Books, 2011.

RUNYAN, A. K. *Promised to the Crown*. New York: Kensington, 2016.

REFERENCIAL TEÓRICO:

AINSA, F. La nueva novela histórica latinoamericana. In: *Plural*. México: 1991. p. 82-85.

ALBUQUERQUE, A. B.; FLECK, G. F. *Canudos: conflitos além da guerra – entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleilton Fonseca (2009)*. Curitiba: CRV, 2015.

ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVIII*. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45–77.

BACCHELLI, R. *O moinho do Pó: Deus te salve*. Tradução: Nair Lacerda. São Paulo: Mérito, 1951a.

_____. *O moinho do Pó – A miséria viaja de barco*. Tradução: Nair Lacerda. Porto Alegre: Brasileira, 1951b.

_____. *Il mulino del pó*. Milano: Mondadori, 2013.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 7. ed. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Pastoral, 2003.

- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-38.
- CABAJSKY, A.; GRUBISIC, B. J. *National Plots: Historical Fiction and Changing Ideas of Canada*. [S.l.]: Wilfrid Laurier University Press, 2010.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.
- CARPENTIER, A. *O reino deste mundo*. Tradução: Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARVALHAL, T. F. *Literatura comparada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTRO, S. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- COSTA, A. As órfãs da rainha. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v.190, p. 105-111, jan./mar. 1946.
- CUNHA, E. *Os sertões*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- CUNHA, G. *La narrativa histórica de escritoras latinoamericanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2004.
- DOUGLAS, J. The Status of Women in New England and New France. *Bulletin of the Department of History and of Political and Economic Science in Queen's University*. n. 3, p. 1-16, Kingston: Jackson Press, 1912.
- ECCLES, W. J.; FOSTER, J. E. *Fur Trade*. 2016. Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/fur-trade/Chicago16thEditionJohnE.FosterAndW.J.Eccles>>. Acesso em: 06 set.2017.
- ESTEVES, A. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: UNESP, 2010.
- FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERNÁNDEZ PRIETO, C. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2. ed. Navarra: Universidad de Navarra, 2003.
- FLECK, G. F. A conquista do "entre-lugar": a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá*, Niterói, n. 23, p. 149-167, jul./dez. 2007.

_____. Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação — leituras no âmbito da poética do descobrimento. In: RAPUCCI, C. A.; CARLOS, A. M. (Orgs.). *Cultura e representação: ensaios*. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011. p. 81-95.

_____. O romance histórico: uma breve trajetória. In: GIACON, E. M. O.; ABRÃO, D. (Orgs.). *Pesquisa em literatura: deslocamentos, conexões e diferenças: reflexões da crítica, teoria e historiografia literárias do Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*. Curitiba: Appris, 2014. p. 69-93.

_____. O romance histórico: processo de leituras cruzadas – uma via de descolonização para a América Latina. In: FLECK, G. F. (Org.). *Coleção Literatura Comparada*. Curitiba: Atena, 2016. p. 157-167.

_____. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GAGNÉ, P. J. *King's Daughters and Founding Mothers: The Filles du Roi, 1663-1673*. 9. ed. 2 v. USA: [s.n.], 2004.

GARCIA, R. As órfãs. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v.192, p.137-143, jul./set. 1946.

GÄRTNER, M. *Mulheres contando história de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina*. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, São Paulo.

GASPÉ, P-J. A. *Les Anciens Canadiens*. [S.l.: s.n.], 1863. Disponível em: <<https://beq.ebooksgratuits.com/pdf/Gaspe-Canadiens.pdf>>. Acesso em: 23 out.2017.

GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

HUTCHEON, L. *A poética do pós-modernismo: história teoria e ficção*. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KNIBIEHLER, Y. *História da virgindade*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2016.

LA MONNOYE, B. et al. *Oeuvres choisies*. Paris: Le Haye, 1770.

LANE, R. J. *The Routledge Concise History of Canadian Literature*. Abingdon: Routledge, 2011.

LE GOFF, J. Uma ciência em marcha, uma ciência na infância – apresentação da edição de 1978. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Orgs.). *A história nova*. 4. ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988a. p.15-24.

_____. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Orgs.). *A história nova*. 4. ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988b. p. 25-67.

LIENHARD, M. *Disidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra en América Latina*. Ensayos de historia testimonial. Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2008.

LUKÁCS, G. *O romance histórico*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, G. *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda, e Finisterre, de María Rosa Lojo*. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, São Paulo.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. *Historia y ficción en la novela venezolana*. 2. ed. Caracas: La Casa de Bello, 1996.

MARSH, J. H. *Champlain and the Founding of Quebec*. 2015. Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.com/en/article/champlain-and-the-founding-of-quebec-feature/>>. Acesso em: 22 dez.2016.

MENTON, S. *La nueva novela histórica da la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974. 520 p.

MORTON, D. *Breve História do Canadá*. Tradução: Luiz Roberto de Godoi Vidal. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3. ed. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Minha história das mulheres*. 2. ed. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção: diálogos literários da história com a literatura. *Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Florianópolis, v.2. p. 819–831, jul. 1999.

RAGO, M. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 73-95, jul. 1999.

RAMA, A. *Transculturación narrativa en América Latina*. 2. ed. Buenos Aires: El Andariego, 2008.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.19-54.

REIS, V. L. À imitação de um risco de bordado. In: XAVIER, E. *Tudo no feminino: a presença da mulher na narrativa brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p. 83-104.

RIBEIRO, B. O. *Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização latino-americana*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras). UNIOESTE, Cascavel, Paraná.

ROSENTHAL, O. E. As Órfãs d'el Rei: Racialized Sex and the Politicization of Life in Manuel da Nóbrega's Letters from Brazil. *Journal of Lusophone Studies*, v. 1, n. 2, p. 72-97, 2016.

ROWLANDSON, M. *Narrative of the captivity and restoration of Mrs. Mary Rowlandson*. [S.l.: s.n], 2009. Disponível em:<<http://www.gutenberg.org/ebooks/851>>. Acesso em: 21 out.2017.

RUNYAN, A. K. *Daughters of the King and Founders of a Nation: Les Filles du Roi in New France*. 2010. 101 f. (Tese – Mestrado em Artes). University of North Texas, Denton, Texas.

SAMOYAUULT, T. *A intertextualidade*. Tradução: Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. (Org.). *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SCHMITT, J-C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Orgs.). *A história nova*. 4. ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 261-291.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, A. S. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução : Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SOMMERVILLE, S. B. *The Fur Trade in Nouvelle France: Coureurs de Bois and Voyageurs and Engagés*. 2012. Disponível em:

<[http://habitantheritage.org/yahoo_site_admin/assets/docs/Fur Trade in Nouvelle France - Suzanne 2014.14185434.pdf](http://habitantheritage.org/yahoo_site_admin/assets/docs/Fur_Trade_in_Nouvelle_France_-_Suzanne_2014.14185434.pdf)>. Acesso em: 03 set.2017.

TASCA, O. G. O. *Il mulino del pó: entre a história e a ficção na escritura de Bacchelli*. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras). UNIOESTE, Cascavel, Paraná.

TROUCHE, A. *América: história e ficção*. Niterói: EdUff, 2006.

TRUDEL, M.; D'AVIGNON, M. *Samuel de Champlain*. 2015. Disponível em: <<http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/samuel-de-champlain/>>. Acesso em 22 dez.2016.

VAINFAS, R. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VARGAS LLOSA, M. *La verdad de las mentiras*. Buenos Aires: Alfaguara, 2002.

WAXMAN, O. B. *Why Canada Day Is not the Same as Canadian Independence Day*. 2017. Disponível em: <<http://time.com/4828595/canada-day-150-years/>>. Acesso em: 29 ago.2017.

WYILE, H. *Speaking in the Past Tense: Canadian Novelists on Writing Historical Fiction*. 2007. Disponível em: <<https://quillandquire.com/review/speaking-in-the-past-tense-canadian-novelists-on-writing-historical-fiction/>>. Acesso em: 10 out.2017.

_____. *Speaking in the Past Tense: Canadian Novelists on Writing Historical Fiction*. [S.l.]: Wilfrid Laurier University Press, 2009.

WOOD, J. *Como funciona a ficção*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ZORZO, S. S. T. *Desmundo: retratos e fotogramas metaficcionais: as relações dialógicas entre o romance de Ana Miranda e o filme de Alain Fresnot*. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). UnB, Distrito Federal.

ZUG, M. A. *Buying a Bride: An Engaging History of Mail-Order Matches*. New York: New York University Press, 2016.